IX GOVERNO CONSTITUCIONAL DA
DREPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

DECLARAÇÃO DE ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL 2027

Reforçar a Resiliência através da Transformação:

Diversificar a economia, assegurar um futuro sustentável

BASES ORÇAMENTAIS MAIS SÓLIDAS

DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA E PRODUTIVIDADE

DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E CAPITAL HUMANO

INSTITUIÇÕES RESILIENTES E FUTURO SUSTENTÁVEL

Ministério das Finanças
Timor-Leste

Junho 2026

CONTEÚDO

NOTA TÉCNICA **2**

ACRÓNIMO **3**

RESUMO EXECUTIVO **5**

1. ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL E PERSPETIVA MACRO-FISCAL **7**

1.1. Estratégia Orçamental 7
1.2. Revisão dos Desenvolvimentos Macroeconómicos Recentes 9
1.3. Projeções Macroeconómicas, Fiscais e de Médio Prazo (2027–2031) 19
1.4. Análise de Sustentabilidade Fiscal 30

2. PRIORIDADES E REFORMAS DO GOVERNO **32**

2.1. Resultados Chave da Consulta ao Cidadão 33
2.2. Prioridades e Medidas do Governo para o Orçamento Geral do Estado para 2027 . 37
2.3. Desenvolvimentos Chave na Gestão das Finanças Públicas e a Nova Abordagem Orçamental 44

3. REVISÃO DE DESPESAS E TETO ORÇAMENTAL **53**

3.1. Evolução Recente das Despesas 53
3.2. Orçamento Retificativo de 2026 59
3.3. Despesa Obrigatória 2027 63
3.4. Tetos de Despesa para o Setor Público Administrativo 65

4. RISCOS FISCAIS E METODOLOGIA **67**

4.1. Limites de Recursos Externos e Dívida 67
4.2. Declaração de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes 82
4.3. Metodologia e Suposições 92

Nota Técnica

Nos termos do Artigo 23.º da Lei do Quadro do Orçamento e da Gestão Financeira Pública (Lei n.º 3/2025, 23 de abril de 2025)[1] e do Artigo 10.º da Regulamentação da Lei sobre Orçamento e Gestão Financeira Pública (Decreto-Lei n.º 42/2025, 15 de dezembro), este documento apresenta uma visão geral das mais recentes projeções macroeconómicas e fiscais, juntamente com a Declaração de Estratégia Orçamental do Governo que antecipa a proposta do Orçamento Geral do Estado de 2027.

Esta declaração do governo para o Orçamento Geral do Estado para 2027 e para o médio prazo antecede a Comissão de Revisão Orçamental, durante a qual o governo terá a oportunidade de avaliar as preocupações económicas, prioridades políticas e o financiamento disponível com mais detalhe. Assim, o teto orçamental e as projeções macroeconómicas delineadas neste documento estão sujeitos a alterações e revisões antes da apresentação da proposta orçamental, que terá lugar até 1 de outubro.

Todos os números também estão sujeitos a revisão antes da proposta orçamental, à medida que novos dados e informações forem disponibilizados ao Ministério das Finanças. Por isso, os números apresentados no documento abaixo devem ser tratados como indicativos e com o objetivo de facilitar uma maior transparência e compreensão da posição económica e fiscal do país antes da proposta orçamental e dos debates subsequentes. A oportunidade de análises adicionais e disponibilidade de dados durante o processo de definição orçamental poderá alterar a compreensão do Ministério das Finanças sobre as perspetivas de crescimento económico e receitas tanto em 2026 como para os seguintes.

Além disso, este ano é a segunda vez que o Ministério das Finanças publica uma Declaração de Estratégia Orçamental. O Ministério continuará a esforçar-se por melhorias no detalhe e na qualidade das análises fornecidas nos documentos futuros.

[1] https://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2025/serie_1/SERIE_I_NO_17.pdf

Acrónimo

AC	Administração Central
AOD	Apoio Orçamental Direto
ASEAN/ANSA	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BdP	Balança de Pagamentos
BNDTL	Banco Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste
CAFI	Conselho para a Administração do Fundo das Infraestruturas
CRP	Comité de Revisão de Políticas
DBFOT/CCFOT	Conceção, Construção, Finanças, Operação e Transferência
DGMRE	Direção Geral para a Gestão de Recursos Externos
DNPE	Direção Nacional de Política Económica
EDTL	Eletricidade de Timor-Leste
EF	Estimativas Futuras
FP	Fundo Petrolífero
GFP	Gestão das Finanças Públicas
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IFC/CFI	Corporação Financeira Internacional
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MCI	Ministério do Comércio e Indústria
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MTA	Ministério do Turismo e Ambiente
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PPG	Prioridades de Política Governamental

PPP	Parceria Público-Privada
RAEOA	Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno
RSE	Rendimento Sustentável Estimado
TCEN	Taxa de Câmbio Efetiva Nominal
TCER	Taxa de Câmbio Efetiva Real
TP-OMSU	Unidade de Operação e Gestão do Porto de Tibar
TPSA	Porto de Timor SA
UPPP	Unidade PPP

Resumo Executivo

A Estratégia Orçamental de 2027, **"Fortalecer a Resiliência através da Transformação: Diversificar a Economia para um Futuro Sustentável",** define a estratégia fiscal e económica do Governo para responder aos desafios de desenvolvimento de Timor-Leste. Reconhece que a prosperidade a longo prazo depende da redução gradual da dependência das receitas petrolíferas, do fortalecimento da resiliência económica e da criação de novas fontes de crescimento e emprego sustentáveis.

A perspetiva macroeconómica mantém-se amplamente favorável, apoiada por crescimento económico contínuo e uma inflação moderada. No entanto, a economia continua a enfrentar desafios estruturais, incluindo uma elevada dependência da despesa pública e do financiamento do Fundo Petrolífero, diversificação limitada dos setores produtivos e vulnerabilidade a choques externos como a volatilidade global dos preços das matérias-primas. Estes desafios destacam a importância de reforçar a sustentabilidade fiscal ao mesmo tempo que se acelera a transformação económica.

O Orçamento Geral do Estado para 2027 marca, portanto, o início de uma transição gradual para um caminho fiscal mais sustentável. O Governo propõe um teto de despesa consolidado de 2.100,0 milhões de dólares, representando uma mudança para uma maior disciplina fiscal, ao mesmo tempo que protege os serviços públicos essenciais e os investimentos prioritários que apoiam o desenvolvimento a longo prazo. Esta transição será apoiada por medidas para conter o crescimento da despesa recorrente, melhorar a eficiência dos gastos e reforçar a qualidade e eficácia da despesa pública.

No centro desta estratégia está um foco mais forte na priorização de políticas e na melhoria da alocação e impacto dos recursos públicos. O Orçamento Gerald do Estado para 2027 procura garantir que os recursos fiscais disponíveis sejam direcionados para as mais altas prioridades do Governo. O Orçamento é orientado por nove áreas estratégicas prioritárias de alto nível, que serão operacionalizadas através de 28 PPG. Estas PPG fornecem um quadro para traduzir a agenda estratégica do Governo em medidas políticas específicas e intervenções orçamentais, garantindo ao mesmo tempo o alinhamento com a capacidade fiscal e a sustentabilidade fiscal a médio prazo. A lista final das 28 PPG será determinada através da deliberação final do CRP em agosto.

Após este processo, as PPG selecionados passarão por uma revisão estruturada das políticas para garantir que estão estrategicamente alinhados, acessíveis, implementáveis e consistentes com a sustentabilidade fiscal a médio prazo antes de serem considerados para inclusão no Orçamento proposto para 2027.

As PPG traduzem as prioridades estratégicas do Governo em medidas políticas direcionadas destinadas a acelerar a diversificação económica, fortalecer a capacidade produtiva, melhorar a prestação de serviços públicos e reforçar a resiliência face a choques económicos e climáticos. Apoiam também esforços para fortalecer o capital humano, promover o desenvolvimento do setor privado e a criação de emprego, melhorar a governação e a eficácia institucional, e promover a sustentabilidade fiscal através de uma mobilização de receitas mais forte e reformas do setor público. Estas prioridades refletem os resultados das consultas públicas, que destacaram a procura contínua por melhorias em infraestruturas, melhores serviços públicos e oportunidades económicas alargadas.

Olhando para o futuro, a implementação planeada do IVA em 2027 será uma componente chave da estratégia de mobilização de receitas do Governo. Espera-se que a reforma alargue a base tributária, reforce a geração de receitas internas e apoie a sustentabilidade fiscal a médio prazo.

O Orçamento Geral do Estado para 2027 também introduz reformas importantes para reforçar a gestão das finanças públicas. O planeamento fiscal a médio prazo, as estimativas progressivas, o orçamento baseado em políticas, o reforço da monitorização do desempenho e a melhoria da prestação de contas irão reforçar o planeamento orçamental, promover a disciplina fiscal e garantir que os recursos do Governo sejam alocados de forma mais estratégica e transparente.

Em conjunto, estas medidas estabelecem a base para uma transição gradual para uma economia mais diversificada, competitiva e resiliente, apoiada por instituições mais fortes, finanças públicas mais sustentáveis e melhores resultados económicos e sociais.

1. Estratégia Orçamental e Perspetiva Macro-fiscal

1.1. Estratégia Orçamental

A estratégia orçamental do Governo para 2027, sob o tema ***"Fortalecer a Resiliência através da Transformação: Diversificar a Economia para um Futuro Sustentável",*** fornece o quadro estratégico para o Orçamento Geral do Estado para 2027 e para o médio prazo. Com base no Orçamento Geral do Estado para 2026, a estratégia mantém-se alinhada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Programa do IX Governo Constitucional. Visa reforçar a resiliência económica acelerando a diversificação económica, promovendo o crescimento liderado pelo setor privado, melhorando a prestação de serviços públicos e assegurando a gestão sustentável das finanças públicas.

O Orçamento Geral do Estado para 2027 é orientado por nove áreas estratégicas prioritárias de alto nível: (i) diversificação económica e desenvolvimento do setor produtivo; (ii) infraestruturas rurais, conectividade e serviços básicos; (iii) capital humano e prestação de serviços; (iv) qualidade e implementação do investimento público; (v) resiliência a choques, segurança alimentar e adaptação climática; (vi) compromissos nacionais e internacionais de grande relevo; (vii) desenvolvimento do setor privado, criação de emprego e transformação digital; (viii) sustentabilidade fiscal, mobilização de receitas e reforma do setor público; e (ix) justiça, governação e responsabilização.

O desenvolvimento macroeconómico mantém-se intimamente ligado à política fiscal. [2] Prevê-se que o crescimento económico continue em 2026 a um ritmo mais moderado, refletindo condições externas adversas, incluindo a volatilidade dos preços dos combustíveis e a sua transmissão para a procura interna. Dada a contínua dependência da economia da despesa pública, a política fiscal continuará a ser o principal motor da atividade económica em 2027. O investimento de capital continuará a apoiar o desenvolvimento de infraestruturas e a aumentar a capacidade produtiva, enquanto os gastos com transferências – incluindo benefícios sociais, pagamentos a veteranos e subsídios para serviços públicos essenciais – apoiarão os rendimentos familiares, a procura interna e a prestação de serviços. A médio prazo, a estratégia do Governo é deslocar gradualmente a composição dos gastos para investimentos produtivos que reforcem o desenvolvimento do setor privado, a diversificação económica e o crescimento sustentável.

[2] A análise detalhada do crescimento é fornecida na secção macroeconómica abaixo

Apesar do crescimento económico contínuo, os desafios fiscais continuam a ser significativos. O financiamento do Fundo Petrolífero continua a sustentar o Orçamento Geral do Estado, representando aproximadamente 72 por cento do Orçamento aprovado para 2026. Embora o Fundo Petrolífero tenha desempenhado um papel fundamental no financiamento do desenvolvimento nacional, a dependência contínua de levantamentos acima do Rendimento Sustentável Estimado apresenta riscos crescentes de sustentabilidade fiscal. Com as tendências atuais, o Fundo Petrolífero poderá enfrentar pressões significativas de esgotamento a médio e longo prazo, reforçando a necessidade de uma gestão fiscal prudente, uma mobilização mais forte das receitas internas e uma despesa pública mais eficiente.

Para apoiar esta transição, o Governo propõe um teto de despesa consolidado indicativo[3] de 2.100,0 milhões de dólares para 2027, representando uma redução de 10,5 por cento em relação ao Orçamento de Retificativo de 2026. Este ajuste é parcialmente apoiado por medidas de eficiência e estruturais, incluindo a descontinuação de pagamentos pontuais selecionados, a reforma obrigatória do pessoal aos 65 anos e o congelamento do recrutamento de pessoal permanente[4]. Estas medidas destinam-se a conter a despesa recorrente e a reforçar a sustentabilidade fiscal a médio prazo.

O Orçamento Geral do Estado para 2027 introduz um quadro de formulação orçamental reforçado, ancorado nas linhas de base das EF e alinhado com as prioridades estratégicas do IX Governo Constitucional. As projeções de base de despesa fornecem uma âncora de despesa estável e baseada em regras, enquanto novas medidas de política são acomodadas anualmente dentro do ano financeiro disponível. Para operacionalizar a agenda estratégica do Governo, as nove áreas estratégicas prioritárias de alto nível foram traduzidas em 28 PPG, agrupadas em três grandes categorias: (i) Criação de Espaço Fiscal; (ii) Pressões políticas do governo central; e (iii) Oportunidades e Pressões de Política Setorial. Este quadro destina-se a reforçar a priorização das políticas, melhorar a alocação dos recursos públicos e reforçar a disciplina fiscal a médio prazo.

As estimativas futuras serão atualizadas anualmente para refletir desenvolvimentos macroeconómicos, prioridades políticas e desempenho na implementação. Esta abordagem de médio prazo reforça a disciplina fiscal ao melhorar a priorização das

[3] Constituído pela AC e RAEOA

[4] Isto exclui o recrutamento para serviços essenciais.

despesas, a transparência, a previsibilidade e o alinhamento com um envelope sustentável de recursos.

Um pilar fundamental da estratégia de consolidação é a diversificação económica através do desenvolvimento de setores produtivos, expansão do setor privado e melhorias no ambiente empresarial. Estas reformas visam alargar a base tributária, aumentar as receitas não petrolíferas e reduzir a dependência do financiamento baseado no petróleo.

O Orçamento Geral do Estado para 2027 marca o início de um percurso gradual de consolidação fiscal, destinado a preservar a sustentabilidade do Fundo Petrolífero, reduzir gradualmente a dependência dos levantamentos excessivos e reconstruir os espaços orçamentais, continuando ao mesmo tempo que apoia investimentos prioritários em infraestruturas, desenvolvimento de capital humano e setores que aumentam a produtividade.

A estratégia orçamental de médio prazo (2028–2031) prevê uma transição gradual de um modelo de crescimento liderado pela despesa pública para uma economia mais equilibrada, impulsionada pelo setor privado. Esta transição é apoiada por investimento contínuo em infraestruturas e capital humano, reformas institucionais, mobilização mais forte das receitas internas e medidas para promover o investimento privado, a inovação e o crescimento da produtividade.

1.2. Revisão dos Desenvolvimentos Macroeconómicos Recentes

1.2.1. Crescimento Histórico do PIB

Timor-Leste registou um crescimento médio anual do PIB real não petrolífero de 3,5 por cento nas últimas duas décadas. O crescimento foi particularmente forte entre 2008 e 2011, impulsionado por despesas públicas expansionistas, incluindo investimentos significativos no setor elétrico. Esta despesa fez parte da estratégia do Governo para colmatar lacunas críticas de infraestruturas e criar as condições para o desenvolvimento a longo prazo do setor privado. O investimento público contribuiu para melhorias substanciais na infraestrutura rodoviária e na cobertura elétrica em todo o país, ajudando a melhorar o nível de vida e o ambiente empresarial desde a independência.

No entanto, o crescimento económico abrandou substancialmente na última década. Entre 2015 e 2025, o PIB real não petrolífero cresceu em média apenas 1,3 por cento ao ano. Isto reflete o impacto das contrações económicas em 2017, 2018 e 2020, que corroeram alguns dos ganhos alcançados nos anos anteriores. Em particular, o PIB real

não petrolífero diminuiu 8,5 por cento em 2020 devido aos efeitos combinados dos atrasos na aprovação do Orçamento Geral do Estado, incerteza política, pandemia de COVID-19 e Estado de Emergência, os quais levaram a uma contração da atividade económica impulsionada por menor consumo e investimento.

Em 2021, o crescimento recuperou para 3,0 por cento, apoiado por um aumento significativo da despesa pública, que subiu cerca de 26 por cento e foi impulsionado por um aumento de 32 por cento na despesa recorrente, ajudando a apoiar a recuperação após o impacto da pandemia COVID-19.

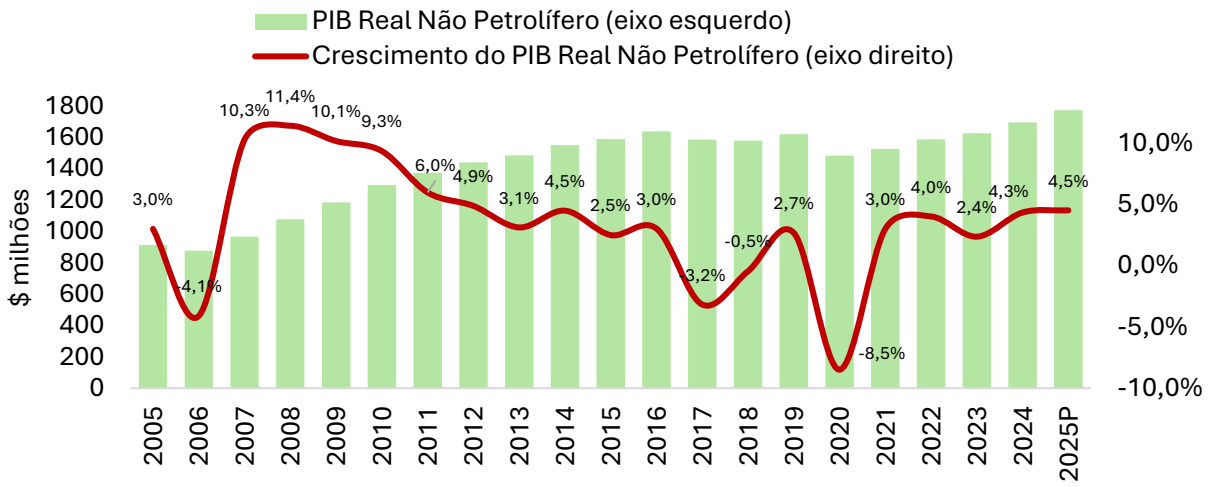
Em 2022, o PIB cresceu 4,0 por cento, impulsionado principalmente pelo aumento tanto do investimento público como privado. As transferências governamentais e a recuperação contínua da pandemia COVID-19 apoiaram uma forte expansão do consumo privado, que aumentou 14 por cento em termos reais, refletindo o impacto de transferências mais elevadas para os agregados familiares. Consequentemente, os gastos do Governo atingiram um máximo histórico de 1,74 mil milhões de dólares em 2022. Ao mesmo tempo, as importações aumentaram 22,8 por cento em termos reais, refletindo uma procura interna mais forte e preços globais mais elevados.

O crescimento do PIB abrandou para 2,4 por cento em 2023. Embora a despesa nominal do governo em salários e vencimentos e bens e serviços tenha aumentado 1,6 por cento, a elevada inflação resultou numa diminuição do consumo governamental de 0,8 por cento em termos reais. Apesar disso, o crescimento global manteve-se positivo, apoiado por aumentos na despesa de capital do governo e no investimento privado.

O consumo familiar aumentou 3,8 por cento, refletindo uma maior atividade económica global à medida que a economia continuava a recuperar dos efeitos persistentes da pandemia COVID-19. As exportações não petrolíferas aumentaram 31,8 por cento em termos reais, impulsionadas principalmente pelo crescimento das exportações de serviços, especialmente serviços de viagens. Em contraste, as exportações de bens (excluindo exportações de petróleo) diminuíram 20 por cento em termos reais.

O crescimento recuperou em 2024, atingindo 4,3 por cento em termos reais, impulsionado principalmente pelo aumento da despesa em capital e desenvolvimento (+47 por cento) e do investimento privado (+33 por cento). O consumo das famílias e do governo também contribuiu, aumentando 3,6 por cento e 0,9 por cento, respetivamente, enquanto as exportações registaram um crescimento positivo. No entanto, as importações aumentaram 14,6 por cento, compensando parcialmente a contribuição do crescimento da procura interna e das exportações, e sublinhando restrições estruturais persistentes à capacidade produtiva interna.

Figura 1. Nível do PIB Real Não Petrolífero e Crescimento entre 2005 e 2025



Fonte: Conta Nacional, INETL IP, Ministério das Finanças, 2026

1.2.2. Crescimento do PIB 2025

Estima-se que a economia tenha crescido 4,5 por cento em 2025, marcando uma das taxas de crescimento mais fortes da última década. Este contínuo impulso de crescimento reflete uma trajetória positiva sustentada desde a contração de 2020. O crescimento em 2025 é apoiado por um forte consumo familiar, maior despesa pública e aumento do investimento privado.

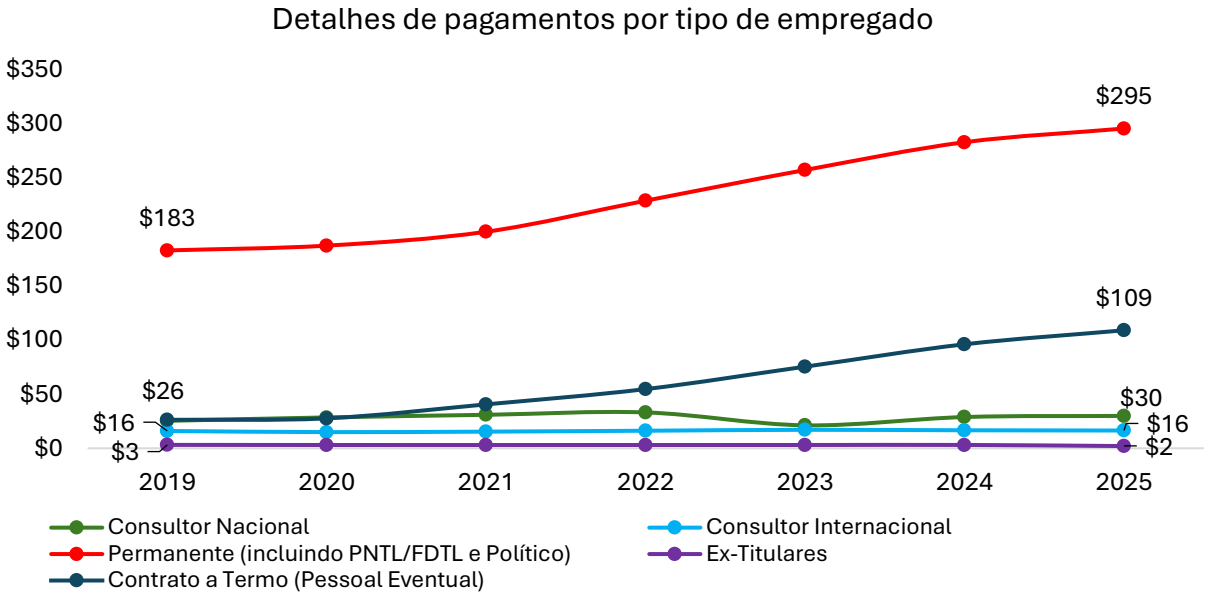
Esta estimativa preliminar de crescimento é ligeiramente superior aos 4,3 por cento projetados na anterior Declaração de Estratégia Orçamental, em 0,2 pontos percentuais. A revisão é impulsionada por um crescimento mais forte tanto do consumo como do investimento. A menor inflação média em 2025 também desempenhou um papel significativo no apoio a este desenvolvimento, já que preços estáveis ajudam a preservar o poder de compra e incentivam o investimento.

O consumo foi o principal motor do crescimento, liderado pelo consumo privado, que cresceu 3,6 por cento e contribuiu com 2,6 pontos percentuais para o crescimento do PIB. Isto foi apoiado por transferências governamentais, incluindo benefícios para veteranos, aumento do crédito bancário e maior rendimento disponível das famílias. Quase metade do crédito em dívida é concedido a indivíduos para fins de consumo, apoiando assim os gastos familiares. Mais detalhes sobre a evolução do crédito são fornecidos na secção do Setor Financeiro.

O consumo público também aumentou 4,4 por cento, contribuindo com mais 2,2 pontos percentuais, refletindo um aumento dos gastos em salários e bens e serviços. Um motor significativo da despesa pública tem sido a alocação orçamental em salários

e vencimentos para funcionários públicos ocasionais e permanentes, que quase duplicou desde 2019.

Figura 2. Distribuição dos Dados de Processamento Salarial do Governo por Tipo de Emprego (milhões de dólares)



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2026

O investimento também desempenhou um papel importante na definição dos resultados de crescimento. O investimento público cresceu 8,1 por cento, contribuindo com 1,6 pontos percentuais para o crescimento, impulsionado pelo aumento do investimento em infraestruturas em estradas e pontes. O investimento privado aumentou 9,7 por cento, acrescentando 0,5 pontos percentuais, apoiado por infraestruturas melhoradas, crescimento mais forte do crédito e um ambiente de negócios que continua a incentivar a participação do setor privado.

Do lado externo, as exportações mantiveram-se robustas, aumentando 20,1 por cento e contribuindo com 0,6 pontos percentuais para o crescimento do PIB, apoiadas por produtos agrícolas como café e serviços de viagem de entrada. No entanto, o crescimento global foi parcialmente compensado por um aumento de 5,9 por cento nas importações, que subtraiu 3,8 pontos percentuais ao crescimento do PIB. Isto refletiu-se do aumento das importações de serviços, especialmente os serviços de viagens de saída, que reduziram o crescimento em 2,6 pontos percentuais, e as importações de bens, que deduziram mais 1,2 pontos percentuais, impulsionados principalmente pela maior procura de capital e bens intermédios para apoiar as atividades de investimento.

1.2.3. Inflação e Taxa de Câmbio

A inflação média anual desacelerou para 0,5 por cento em 2025, face aos 2,1 por cento em 2024. Isto reflete o contínuo alívio das pressões inflacionárias após o pico pós-pandemia, de 8,4 por cento em 2023. A moderação foi apoiada pela diminuição dos preços globais das matérias-primas, incluindo uma queda nos preços do crude Brent de cerca de 14 por cento e uma queda nos preços globais dos cereais de aproximadamente 10 por cento em 2025.

Comparada com a projeção anterior, a taxa média real anual de inflação em 2025 foi inferior à previsão de 1,8 por cento reportada na submissão anterior da Estratégia Orçamental, refletindo principalmente os preços globais mais baixos das matérias-primas. Desde 2024, a inflação tem-se mantido bem controlada, mantendo-se abaixo do limiar de 4 por cento do Governo e ajudando a preservar o poder de compra das famílias, ao mesmo tempo que apoia um ambiente macroeconómico estável.

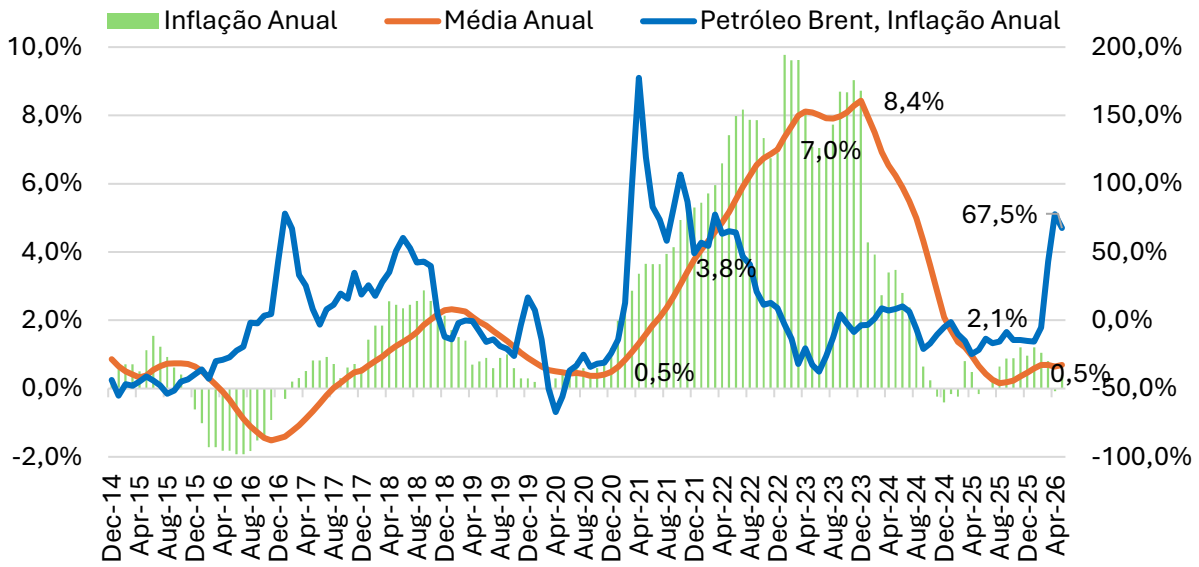
No entanto, a perspetiva continua vulnerável a choques externos de preços. Dada a forte dependência de Timor-Leste de combustíveis e alimentos importados, a inflação interna continua altamente sensível aos desenvolvimentos nos mercados globais de matérias-primas. Em 2026, os preços globais do crude Brent aumentaram cerca de 61,1 por cento entre janeiro e maio (e 67,5 por cento em termos homólogos em maio), levando a uma rápida transferência para os preços domésticos dos combustíveis. Os preços domésticos a retalho da gasolina e do gasóleo subiram cerca de 27 por cento em março de 2026 em comparação com o mês anterior, ilustrando a forte transmissão dos choques globais dos preços do petróleo para a inflação interna e os custos das famílias.

Apesar destas pressões, o impacto foi parcialmente contido através de controlos prudentes dos preços dos combustíveis e subsídios direcionados introduzidos no âmbito do Orçamento Retificativo de 2026. Como resultado, a inflação alimentar manteve-se relativamente baixa, em 0,5 por cento em maio, comparada com o mês anterior. Os preços do arroz e dos custos de transporte aumentaram apenas moderadamente 1,6 por cento e 2,6 por cento, respetivamente, no mesmo período, e provavelmente teriam sido mais elevados na ausência das intervenções políticas do Governo. Assim, prevê-se que a inflação média anual em 2026 aumente moderadamente para 2,2 por cento, mantendo-se abaixo do limiar do Governo.

Historicamente, o preço do petróleo Brent tem sido um indicador chave da inflação interna. O aumento dos preços globais dos combustíveis entre o início de 2017 e 2018 foi seguido por um aumento correspondente da inflação interna, como mostrado na Figura 3. De forma semelhante, o aumento acentuado dos preços globais dos combustíveis entre 2021 e 2022 foi parcialmente responsável por um aumento significativo da inflação anual nos períodos seguintes. Esta relação é esperada, pois os

preços dos combustíveis afetam a inflação interna não só através de efeitos diretos através dos custos importados, mas também indiretamente através dos custos de produção. O combustível serve como um *input*-chave na produção e distribuição de vários bens, incluindo produtos alimentares, contribuindo assim para aumentos mais amplos dos preços ao consumidor.

Figura 3. Inflação Doméstica Anual e Inflação Global do Brent Oil

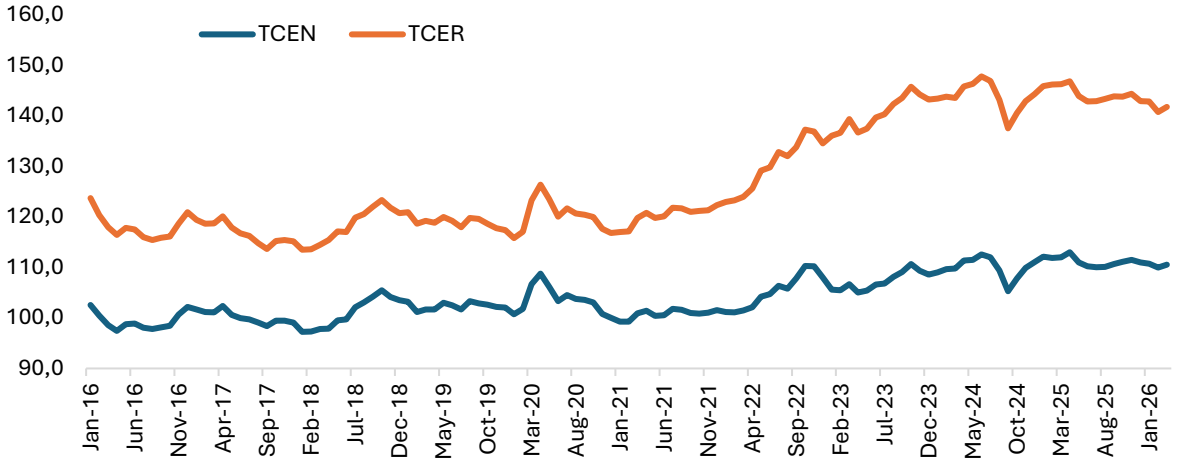


Fonte: INELT IP-MoF & Preço das Matérias-Primas do Banco Mundial, 2026

A TCER[5] valorizou-se significativamente, enquanto a TCEN manteve-se globalmente estável, indicando que os preços internos aumentaram em relação aos dos parceiros comerciais, em vez de por movimentos de taxa de câmbio nominal. Isto sugere uma deterioração da competitividade dos preços, o que pode reduzir a competitividade dos bens e serviços produzidos internamente nos mercados internacionais e incentivar as importações, se mantida.

[5] TCER é o NEER ajustado pelos níveis relativos de preços entre Timor-Leste e os seus principais parceiros comerciais. É um indicador-chave da competitividade externa dos preços, com uma valorização a indicar uma perda de competitividade e uma depreciação a indicar uma melhoria da competitividade.

Figura 4. Desenvolvimento da Taxa de Câmbio (TCER & TCEN)

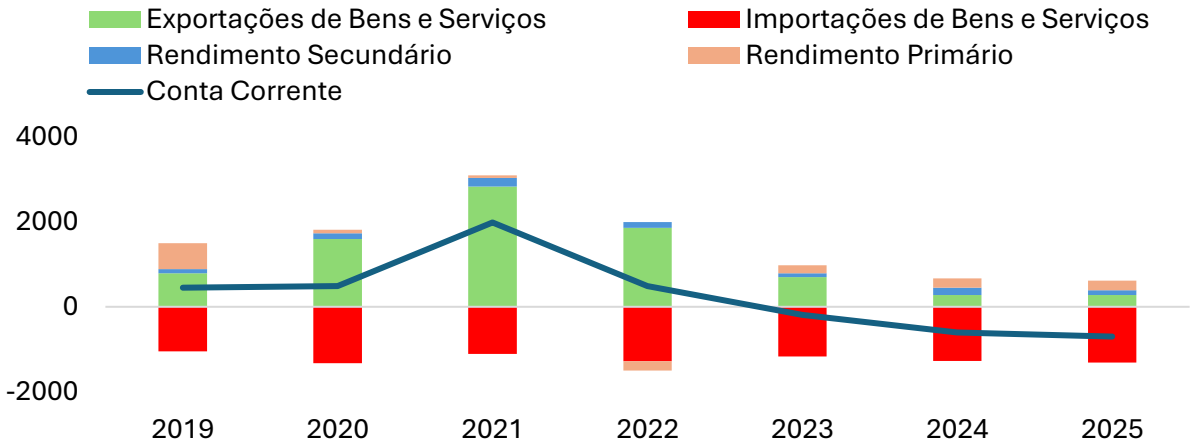


Fonte: Banco Central de Timor-Leste, 2026

1.2.4. Setor Externo

Como mostra a Figura 5, após o esgotamento das reservas de petróleo do campo Bayu-Undan, Timor-Leste registou défices na conta corrente nos últimos três anos. Isto implica que as importações de bens e serviços do resto do mundo excederam as exportações totais de bens e serviços[6]. O défice da conta corrente de 733,6 milhões de dólares em 2025 foi financiado por levantamentos do FP.

Figura 5. Saldo da Conta Corrente (milhões de dólares)



Fonte: Balança de Pagamentos, Banco Central de Timor-Leste, 2026

O excedente da conta corrente registado entre 2019 e 2022 foi impulsionado principalmente pelas exportações de petróleo, enquanto as exportações de bens não petrolíferas permaneceram limitadas, consistindo maioritariamente café. As exportações totais caíram drasticamente em 2023, à medida que a produção do campo

[6] Incluindo o setor petrolífero.

petrolífero de Bayu-Undan chegou ao fim, deixando o café como a principal mercadoria de exportação do país.

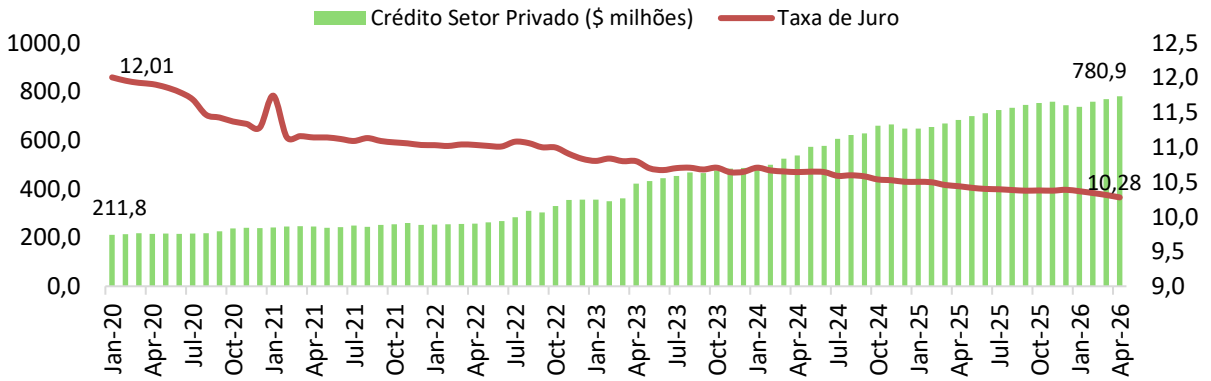
As importações de bens e serviços mantiveram-se persistentemente elevadas, resultando num défice comercial substancial e fazendo com que a conta corrente se deslocasse para défice após o Bayu-Undan. Além disso, os fluxos de rendimento primário e secundário continuaram insuficientes para compensar o défice comercial. Como resultado, a conta corrente manteve-se em défice, aumentando a vulnerabilidade do país a choques externos.

1.2.5. Setor Financeiro

As recentes reformas do setor financeiro contribuíram para um melhor acesso ao financiamento, especialmente para o setor privado. O crédito total em circulação aumentou mais de 269 por cento entre 2023 e 2026, refletindo um aprofundamento significativo da intermediação financeira.

O crescimento do crédito é apoiado por melhorias no regime de garantias, que permitem aos bancos aceitar contratos de trabalho legalmente executáveis e contratos governamentais como garantia. Estas medidas ajudaram a aliviar as restrições ao endividamento e a expandir o acesso ao financiamento para famílias e empresas, especialmente para a construção. No entanto, apesar de uma modesta queda na taxa média de crédito bancário, os custos de empréstimo mantêm-se elevados nos 10,28 por cento, limitando a inclusão financeira mais ampla e o investimento do setor privado.

Figura 6. Empréstimos[7] (milhões de dólares) e Taxa de Juro Bancária (por cento)



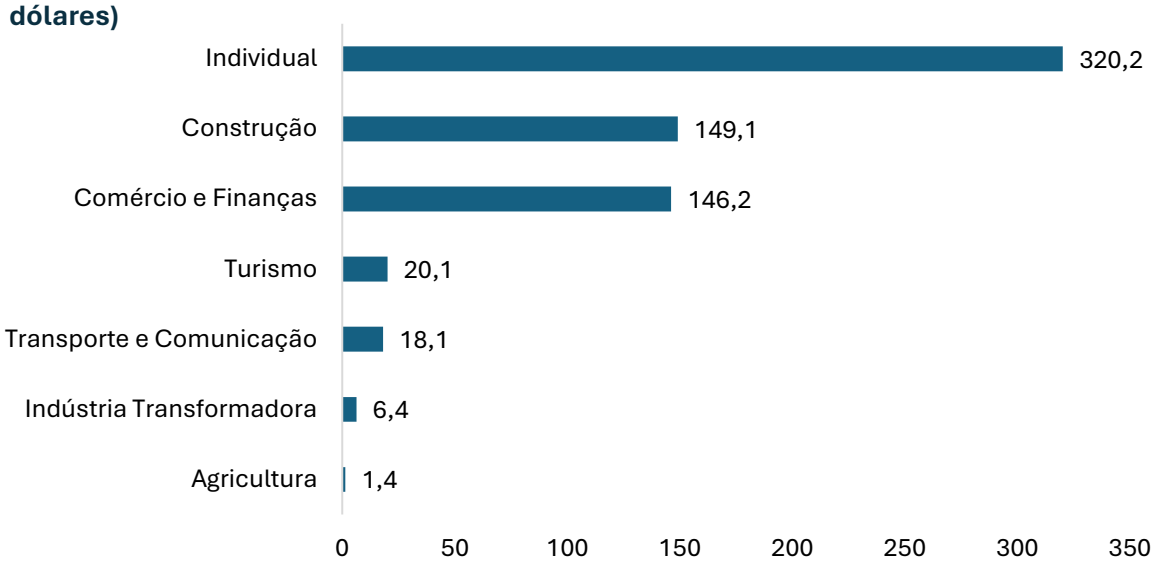
Nota: Taxa de Juro (lado direito, percentagem), Crédito (lado esquerdo)
Fonte: Banco Central de Timor-Leste, 2026

[7] Empréstimos totais de bancos comerciais e microfinanças; A taxa de juro apresentada aqui é a taxa média definida pelos bancos comerciais.

Apesar do crescimento substancial do crédito à economia, quase metade do total dos empréstimos em aberto foram concedidos a indivíduos, principalmente para fins de consumo. O crédito ao setor privado para investimento mantém-se concentrado nas atividades de construção (149,1 milhões de dólares) e no comércio e finanças (146,2 milhões de dólares), particularmente nos negócios grossistas e a retalho. Em contraste, o empréstimo a setores produtivos como a agricultura, a indústria transformadora e o turismo continua limitado.

A agricultura, em particular, representava apenas 1,4 milhões de dólares em empréstimos em aberto, enquanto a indústria transformadora recebeu apenas 6,4 milhões de dólares. Isto sugere que a alocação de crédito continua insuficiente para apoiar setores com potencial significativo para expandir a capacidade produtiva interna. Um maior investimento na agricultura e na indústria transformadora é particularmente importante para aumentar a produção interna, reduzir a dependência das importações, especialmente das importações alimentares, e apoiar a diversificação económica e o crescimento a longo prazo.

Figura 7. Empréstimos por setor de bancos comerciais, até março de 2026, (milhões de dólares)



Fonte: Banco Central de Timor-Leste, 2026

1.2.6. Emprego

As estatísticas mais recentes disponíveis do mercado de trabalho são retiradas do Censo de População e Habitação de 2022. De acordo com o censo, a taxa de participação na força de trabalho situava-se em 35,9 por cento, enquanto a taxa de desemprego foi de 2,9 por cento em 2022. A Tabela 1 apresenta uma distribuição da força de trabalho conforme reportada no censo.

Como em muitas economias da ASEAN, o mercado de trabalho de Timor-Leste caracteriza-se por uma elevada prevalência de informalidade, com a grande maioria dos empregados envolvidos em empregos informais, sublinhando a predominância das atividades do setor informal na estrutura do mercado de trabalho.

Tabela 1: Principais categorias e indicadores do estatuto da força de trabalho, por sexo

a. Categorias (em milhares)			
Categoria	**Total**	**Masculino**	**Feminino**
População em idade ativa 15+	874	441,6	432,4
Força de Trabalho	313,7	185	128,7
dos quais empregados	304,7	180	124,8
dos quais desempregados	9	5,1	3,9
Fora da força de trabalho	560,3	256,6	303,7
b. Categorias (em percentagem)			
Indicador	**Total**	**Masculino**	**Feminino**
Taxa de participação na força de trabalho	35,9	41,9	29,8
Rácio emprego-população	34,9	40,8	28,9
Taxa de desemprego	2,9	2,7	3

Nota: Os números podem não somar exatamente devido ao arredondamento. Isto aplica-se a todos os números ao longo do documento.
Fonte: Censo 2022, INETL IP-MoF

Olhando especificamente para o setor formal, o mais recente Inquérito à Atividade Empresarial indica que o emprego no setor privado formal aumentou para 66,6 mil trabalhadores em 2024, representando um crescimento de 27,3 por cento desde 2021. O crescimento do emprego foi mais forte entre as mulheres, cujo emprego aumentou 43 por cento, comparado com 21 por cento para os homens.

O emprego formal no setor privado mantém-se concentrado no Comércio Grossista e Retalho (19,3 mil trabalhadores) e na Construção (11,9 mil trabalhadores), enquanto a Indústria Transformadora empregava apenas 4,8 mil trabalhadores. A contribuição relativamente pequena da indústria sublinha o desenvolvimento limitado dos setores produtivos, que são críticos para a diversificação económica e a transformação estrutural.

Além disso, o crescimento do emprego na Construção tem sido largamente apoiado por projetos de investimento público, tornando-o altamente dependente da despesa pública e, por isso, menos sustentável como fonte de criação de emprego a longo prazo.

Apesar disso, a conclusão é consistente com o padrão de atribuição de crédito ao setor privado, sugerindo que os setores com maior acesso ao crédito tendem a gerar mais

emprego do que aqueles com acesso limitado. Isto fornece evidências úteis de que melhorar o acesso ao financiamento é crucial para o crescimento empresarial e a criação de emprego.

Dada a limitada contribuição para o emprego de outras empresas do setor privado, o setor público continua a desempenhar um papel dominante no emprego formal. O emprego no setor público é estimado em aproximadamente 76 mil trabalhadores, excedendo o total de emprego formal no setor privado. Isto reflete a estrutura mais ampla da economia, onde a despesa pública continua a ser o principal motor da atividade económica e da criação de emprego.

Embora a despesa pública tenha sido fundamental para apoiar o desenvolvimento, a sustentabilidade económica a longo prazo exigirá uma contribuição mais forte do setor privado, particularmente nos setores produtivos que podem gerar emprego de maior valor e reduzir a dependência dos recursos públicos. Neste contexto, as prioridades do Orçamento Geral do Estado para 2027 destinam-se a apoiar a transição para uma economia mais diversificada e liderada pelo setor privado, promovendo a criação sustentável de emprego, maior produtividade e um crescimento económico mais resiliente.

1.3. Projeções Macroeconómicas, Fiscais e de Médio Prazo (2027–2031)

1.3.1. Orçamentação de Despesas

A tabela seguinte apresenta a linha de base indicativa de despesas para o Orçamento Geral do Estado para 2027 e para o período de médio prazo (2028–2031). Com base na revisão de despesas até meados de junho de 2026, prevê-se que a despesa real consolidada total da AC e da RAEOA atinja aproximadamente 2,02 mil milhões de dólares em 2026, fornecendo a base para o planeamento fiscal de médio prazo.

Comparado com a anterior Declaração de Estratégia Orçamental, a dotação total aprovada para o Orçamento Retificativo de 2026 é significativamente superior. Este aumento é impulsionado por maiores alocações a despesas recorrentes, incluindo a aquisição de reservas estratégicas de combustível, apoio a programas de subsídios governamentais e outros serviços públicos essenciais. As despesas em capital de desenvolvimento também aumentaram em relação à projeção inicial, principalmente para apoiar prioridades-chave de infraestruturas, como a reabilitação e construção de estradas e pontes.

Em comparação com o orçamento revisto de 2026, espera-se que a execução orçamental acelere na segunda metade de 2026, em consonância com os padrões

históricos de implementação. Em particular, prevê-se que as despesas de capital de desenvolvimento aumentem no último trimestre, refletindo o momento da implementação dos projetos e os respetivos calendários de pagamento. Uma avaliação detalhada da execução das despesas até junho de 2026 é apresentada na secção intitulada "Revisão das Despesas do Orçamento de 2026."

As projeções de despesa para 2026 por categoria são apresentadas na tabela seguinte. A execução das despesas até junho de 2026 ultrapassou o nível registado no mesmo período de 2025. No entanto, se a execução nos meses restantes ficar aquém das expectativas, a despesa total poderá ser inferior à prevista, o que poderá resultar num crescimento do PIB mais fraco do que o esperado em 2026.

Para 2027, a proposta de teto consolidado é de 2.100,0 milhões de dólares, representando uma redução de 10,5 por cento em comparação com a alocação consolidada no Orçamento Retificativo de 2026. O ajuste visa alinhar melhor os planos de despesa com a capacidade de implementação do Governo, ao mesmo tempo que apoia os objetivos de consolidação orçamental. Esta abordagem é também aplicada no quadro orçamental de médio prazo. O teto proposto compreende dois componentes: (i) uma despesa base indicativa de 1.943,5 milhões8 de dólares para AC e RAEOA, derivada através do processo EF; e (ii) um montante indicativo de 156,5 milhões de dólares disponível para acomodar novas prioridades políticas de PPG 9selecionadas.

Tabela 2. Projeção de Despesas para 2026 e Alocação Proposta para 2027-2031, milhões de dólares

	Orçamento Rectificado de 2026	Linha Base de 2027	2028 FE1	2029 FE2	2030 FE3	2031 FE4
Salário e Vencimento	486,3	482,1	428,7	411,9	400,8	398,1
Bens e Serviços	703,2	396,9	397,4	398,0	398,5	406,5
Transferências Públicas	713,7	687,2	703,8	713,0	712,6	712,3
Capital Menor	41,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Capital & Desenvolvimento	400,8	377,4	323,2	323,2	323,2	323,2
Total	**2.345,8**	**1.943,5**	**1.853,0**	**1.846,1**	**1.835,1**	**1.840,1**
Teto Proposto 2027		**2.100,0**				
Espaço (Teto – Linha de Base)		**156,5**				

Nota: (i) Os números para 2027–2031 representam a despesa base de 2027 e as EFs para 2028–2031, excluindo quaisquer alocações potenciais para os novos PPGs; (ii) O teto indicativo de despesas é

[8] A despesa consolidada de referência ascende a 1.989,8 milhões de dólares para a AC, RAEOA, e INSS.

[9] Os 28 PPG foram aprovados pela CRP e aprovados pelo Conselho de Ministros para a preparação de propostas detalhadas, incluindo estimativas de custos. A seleção final dos PPGs a serem acomodados dentro do espaço fiscal disponível será determinada durante a reunião final de revisão da CRP.

mostrado apenas para 2027, enquanto os tetos de despesa para os anos seguintes serão determinados através do processo orçamental anual; (iii) O espaço representa a diferença entre o teto de despesa e a despesa base das EF, disponível para acomodar novas prioridades políticas; e (iv) as alocações orçamentais de 2026 por categoria de despesa apresentadas nesta tabela podem diferir do orçamento aprovado, pois refletem ajustes de despesa baseados em dados descarregados a 16 de Junho de 2026.
Fonte: DGPO $ GRP, Ministério das Finanças, 2026

Prevê-se que as despesas em salários e vencimentos abaixo da linha base indicativa diminuam 4,3 milhões de dólares em 2027 em comparação com o Orçamento Retificativo de 2026, seguido de uma redução média anual de aproximadamente 21,0 milhões de dólares nos quatro anos seguintes. Estas projeções são apenas uma referência indicativa e baseiam-se na alocação de despesas de 2026, estando as futuras alocações orçamentais sujeitas a decisões orçamentais anuais e ajustes de política.

A trajetória projetada dos salários e despesas salariais é consistente com a estratégia de consolidação Orçamental do Governo e apoia a contenção gradual dos gastos recorrentes a médio prazo. A alocação de 2027 baseia-se nos dados de salários de maio de 2026 e assume que não há novas contratações dentro do orçamento base, a menos que seja aprovada através de uma submissão PPG. Consequentemente, qualquer expansão da massa salarial para além da linha base requer justificação política explícita e aprovação do Conselho de Ministros.

A redução projetada nos salários e vencimentos é motivada principalmente pela introdução de uma idade obrigatória de reforma de 65 anos para os funcionários públicos, que se espera que gere poupanças a médio prazo. O Ministério das Finanças estima que as poupanças provenientes apenas da reforma obrigatória variam entre 2,0 milhões e 2,5 milhões de dólares em 2027.

O Governo pretende também financiar assessores nacionais e internacionais através de parceiros de desenvolvimento, bem como fixar um teto salarial dos assessores financiado pelo orçamento estatal, reduzindo os custos de pessoal e fortalecendo a transparência e a responsabilização no recrutamento e gestão do desempenho dos assessores. Os consultores dos setores de prestação de serviços na linha da frente, incluindo saúde, educação e militares, estarão isentos desta medida para evitar perturbações nos serviços públicos essenciais.

Estas medidas de poupança deverão compensar parcialmente as pressões ascendentes sobre a massa salarial resultantes do recrutamento de pessoal para a Autoridade Aduaneira e Autoridade Tributária para apoiar a implementação do Imposto sobre o IVA, bem como o recrutamento planeado de novos cadetes da polícia. O impacto fiscal líquido destes fatores compensatórios será avaliado adicionalmente durante o processo do CRP antes da finalização da Proposta de Orçamento Geral do Estado para

2027. Em conjunto, espera-se que estas medidas coloquem os salários e as despesas salariais numa trajetória descendente gradual, ao mesmo tempo que melhoram a eficiência, sustentabilidade e alocação estratégica do emprego no setor público a médio prazo.

Prevê-se que a alocação proposta para bens e serviços em 2027 diminua 43,6 por cento (306,3 milhões de dólares) para 396,9 milhões em relação ao Orçamento Retificativo de 2026, conforme mostrado na tabela acima. A redução reflete em grande parte a descontinuação das despesas pontuais e das medidas temporárias de subsídio incluídas no Orçamento Retificativo de 2026. Estas incluem subsídios aos combustíveis e o estabelecimento de uma reserva de combustível de sete meses em resposta ao aumento dos preços globais dos combustíveis. Como estas medidas temporárias não deverão continuar em 2027, prevê-se que os gastos em bens e serviços regressem a um nível mais normalizado e fiscalmente sustentável.

A alocação de Bens e Serviços reforça a disciplina das despesas ao exigir justificação detalhada da despesa operacional e ao remover estimativas de despesa injustificadas das estimativas futuras. Esta medida é tomada com o objetivo de melhorar a eficiência, a transparência e a relação qualidade-preço.

A médio prazo, assume-se que as alocações para bens e serviços cresçam amplamente em linha com a inflação, de modo a preservar o valor real dos gastos operacionais enquanto se mantém a sustentabilidade fiscal. No entanto, esta categoria permanece sujeita a revisão e pode ser ajustada através do processo do CRP durante a formulação do orçamento.

Prevê-se que as transferências diminuam 3,7 por cento, para 687,2 milhões de dólares em 2027, em comparação com o Orçamento Retificativo de 2026, refletindo principalmente a cessação das transferências pontuais em 2026. Como não se espera que estes pagamentos se repitam, prevê-se que as despesas com transferências diminuam em 2027.

Assume-se que as alocações de transferências cresçam de forma geral em linha com a inflação e o crescimento populacional a médio prazo, embora continuem sujeitas a revisão durante o processo de formulação orçamental. Além disso, espera-se que as transferências para entidades não governamentais e do setor privado sejam reduzidas e gradualmente substituídas por empréstimos e subsídios através do Banco Nacional de Desenvolvimento.

Como evidenciado na Secção 3, as transferências são principalmente dirigidas à Proteção Social e Empresas Estatais, nomeadamente a EDTL. A empresa depende de

subsídios governamentais para manter preços relativamente baixos da eletricidade, com grande parte dos seus custos impulsionada pelas importações de gasóleo para geração de energia. Uma transição acelerada para energias renováveis, incluindo painéis solares, poderá reduzir os custos operacionais da EDTL e diminuir os gastos de transferência a médio prazo.

O Governo também procurará poupanças de eficiência nas transferências para agregados familiares, reduzindo pagamentos duplicados, apoiado pela implementação planeada de um sistema nacional único de identificação para reforçar o acompanhamento e a gestão dos pagamentos de proteção social. Como resultado, assume-se que as alocações indicativas de transferência estão amplamente contidas a médio prazo.

A alocação indicativa para capital de desenvolvimento está projetada em 377,4 milhões de dólares em 2027, representando uma redução de 5,8 por cento em comparação com o Orçamento Retificativo de 2026. No entanto, este montante representa apenas uma referência indicativa, e a alocação final para esta categoria dependerá das decisões finais sobre a seleção dos PPGs a serem financiadas a partir do espaço fiscal disponível, o que poderá aumentar a despesa de capital de desenvolvimento. A comparação com o orçamentado em 2026 tem em conta a realocação de 60 milhões de dólares do Fundo das Infraestruturas em 2026 para a aquisição de reservas de combustível [10].

A alocação base indicativa para capital menor é definida em zero para evitar despesas não intencionais e garantir que quaisquer alocações futuras estejam alinhadas com prioridades políticas claramente identificadas. Qualquer alocação sob esta categoria dependerá das novas prioridades políticas identificadas pelo Governo através do processo PPG. As propostas de PPG estão atualmente em desenvolvimento e estarão sujeitas a revisão e aprovação pelos membros do CRP. Esta abordagem faz parte das medidas mais amplas de eficiência das despesas do Governo.

A médio prazo, assume-se que as alocações de capital base permaneçam amplamente inalteradas, refletindo uma capacidade de implementação atualmente limitada, com execução estimada entre 300 milhões e 450 milhões de dólares em relação aos recursos orçamentais disponíveis. Quaisquer ajustes nas alocações de capital dependerão das PPGs aprovadas em cada ano orçamental correspondente. À medida que se espera que a capacidade de implementação melhore gradualmente, apoiada pela reforma de GFP em curso e outras reformas estruturais, prevê-se que a execução efetiva converga mais estreitamente com os níveis atribuídos. As implicações macroeconómicas deste

[10] A divisão detalhada e a explicação podem ser acedidas no relatório do Orçamento Retificativo de 2026.

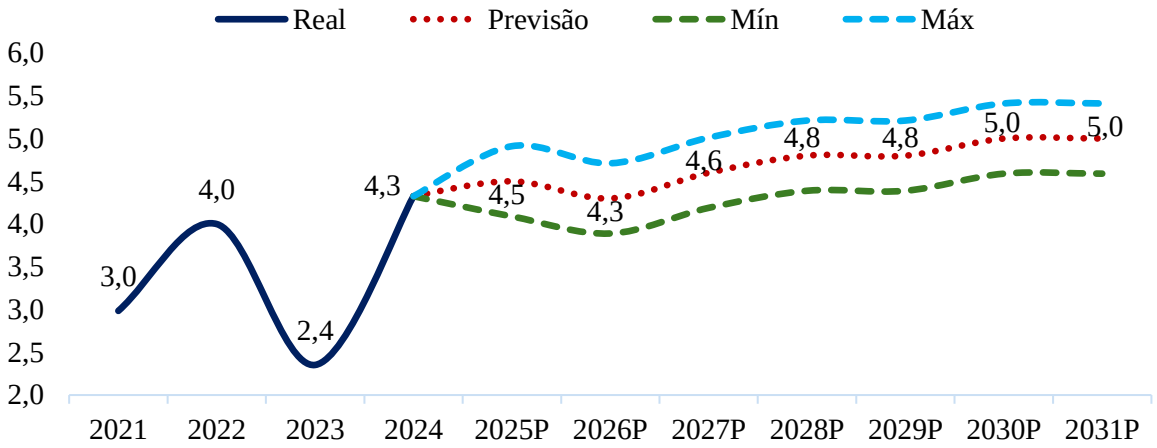
percurso da despesa pública, incluindo o seu impacto no PIB, são discutidas na secção seguinte.

1.3.2. Projeções do PIB

Embora se preveja que o crescimento económico modere em 2026 em relação ao ano anterior, a perspetiva de médio prazo mantém-se, de forma geral, resiliente e consistente com os objetivos de crescimento do Governo. No entanto, a elevada dependência de Timor-Leste de combustíveis e alimentos importados continua a expor a economia a choques externos.

O crescimento do PIB em 2026 está projetado nos 4,3 por cento, ligeiramente abaixo do crescimento estimado para 2025. Esta perspetiva é, em geral, consistente com a projeção do Banco Mundial de 4,1 por cento. A moderação do crescimento em relação ao ano anterior é principalmente impulsionada pelo aumento dos preços globais, que se transmitem através do aumento dos custos dos bens importados, transporte, produção e distribuição, levando a uma inflação mais elevada e enfraquecimento da confiança das empresas e das famílias no investimento e no consumo.

Figura 8. Crescimento do PIB 2021-2024 e Projeções para 2025-2031

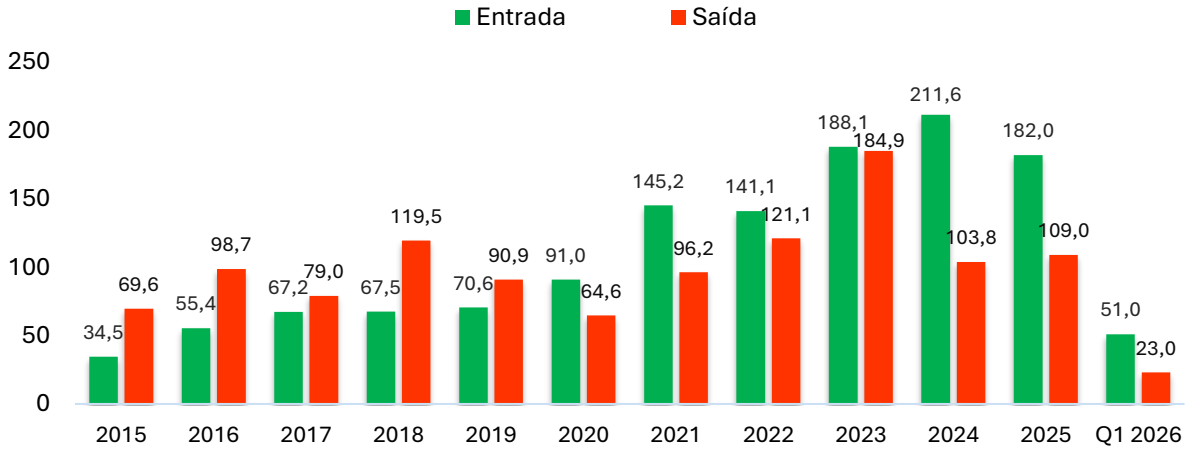


Fonte: Dados efetivos e preliminares do crescimento do PIB (2021–2025) provenientes das Contas Nacionais do INETL, I.P.; previsões para 2026–2031 da Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças (2026)

As medidas fiscais introduzidas no âmbito do Orçamento Retificativo, incluindo apoio ao combustível e à segurança alimentar, deverão mitigar parcialmente estas pressões ao apoiar o consumo familiar e garantir a continuidade dos serviços essenciais. No entanto, não se espera que compensem totalmente o impacto dos preços globais mais elevados na atividade económica.

As vulnerabilidades externas são ainda mais amplificadas pela diminuição dos fluxos de remessas, que caíram de 211,6 milhões de dólares em 2024 para 182 milhões em 2025 e espera-se que se mantenham moderadas em 2026, num contexto de menor capacidade de poupança entre os trabalhadores migrantes devido ao aumento dos custos de vida nas economias anfitriãs. Isto pode influenciar o consumo familiar e a atividade económica em geral.

Figura 9. Remessas de Trabalhadores de Entrada e Saída para Famílias, milhões de dólares



Nota: As remessas de entrada referem-se ao dinheiro enviado por timorenses que vivem no estrangeiro para agregados familiares em Timor-Leste, enquanto as remessas de saída referem-se ao dinheiro transferido de Timor-Leste para os destinatários no estrangeiro.
Fonte: Banco Central de Timor-Leste, 2026

Apesar disso, prevê-se que a despesa final de consumo cresça 4,9 por cento, tornando-se o principal motor de crescimento em 2026. Esta expansão é apoiada tanto pelo consumo governamental (6,2 por cento) como pelo consumo familiar (3,8 por cento). Embora o consumo das famílias possa ser parcialmente afetado pela inflação impulsionada pelo aumento dos preços globais da energia, espera-se que se mantenha resiliente, apoiado por subsídios governamentais e transferências para as famílias, especialmente para os veteranos.

Prevê-se que o montante real dos gastos do Governo em bens e serviços, bem como em salários e vencimentos, aumente e impulsione o consumo público em 2026 em comparação com o ano anterior, refletindo o contínuo apoio fiscal à economia.

Prevê-se que o crescimento do investimento modere para 4,1 por cento em 2026, face aos 8,1 por cento em 2025, refletindo custos mais elevados, incerteza e uma realocação temporária de cerca de 60 milhões de dólares dos gastos em infraestruturas para medidas de estabilização no orçamento retificativo, o que poderá afetar o calendário e a composição de projetos selecionados.

Espera-se que o impacto do montante de realocação nos resultados reais do investimento seja limitado, uma vez que a execução dos investimentos públicos historicamente se manteve abaixo das alocações orçamentais, sendo o montante realocado amplamente comparável ao gasto típico de capital não executado. No entanto, a realocação pode ainda afetar o momento e a composição de projetos de investimento público selecionados, com algumas atividades de menor prontidão ou menos urgentes adiadas ou reorganizadas. Mais detalhes são fornecidos na secção de revisão de despesas deste documento.

Prevê-se que as exportações cresçam 22,4 por cento em termos reais em 2026, acima dos 20,1 por cento em 2025. Estima-se que o aumento das exportações seja impulsionado principalmente tanto pela exportação de bens, particularmente café, como pela exportação de serviços.

Espera-se que as importações aumentem em termos nominais devido ao aumento dos preços globais dos combustíveis e dos alimentos, enquanto o crescimento real das importações é projetado nos 6,3 por cento. Espera-se que a procura por bens finais de consumo e bens intermédios, utilizados em atividades de produção e investimento, aumente, refletindo a capacidade produtiva interna limitada em meio a choques externos.

A médio prazo, prevê-se que o crescimento se mantenha robusto e alinhado com os objetivos de crescimento do Governo. Esta perspetiva é apoiada por uma agenda de reformas destinada a reforçar fundamentos económicos chave. As medidas prioritárias incluem acelerar a titulação de terras, melhorar a administração tributária, incluindo a introdução planeada do IVA, expandir a inclusão financeira e estabelecer o BNDTL. Espera-se também que os esforços contínuos para reforçar a regulação financeira e aumentar a transparência aumentem a confiança dos investidores e apoiem uma alocação de recursos mais eficiente.

O investimento público em infraestruturas críticas irá apoiar ainda mais o crescimento a médio prazo. Projetos-chave, incluindo a instalação do cabo de fibra ótica, a requalificação do Aeroporto de Dili e a continuação da construção e reabilitação de estradas, deverão melhorar a conectividade, reduzir os custos de transporte e comunicação, e reforçar a integração nacional e regional. Estas melhorias deverão facilitar o comércio, melhorar o acesso aos mercados regionais e ajudar a atrair investimento, especialmente das economias da ASEAN.

Juntamente com as oportunidades decorrentes da adesão à ASEAN e da integração na OMC, espera-se que estas reformas apoiem a expansão do setor privado e a

diversificação económica gradual. A melhoria da conectividade digital e física deverá facilitar o desenvolvimento de setores como o turismo, o agronegócio e os serviços digitais. No entanto, a concretização destes benefícios dependerá da implementação eficaz das políticas, da forte capacidade de execução do setor público e da coordenação sustentada entre as instituições. Uma implementação fraca limitaria o impacto das reformas e do investimento público no investimento privado, nas exportações, na criação de emprego e no crescimento económico global.

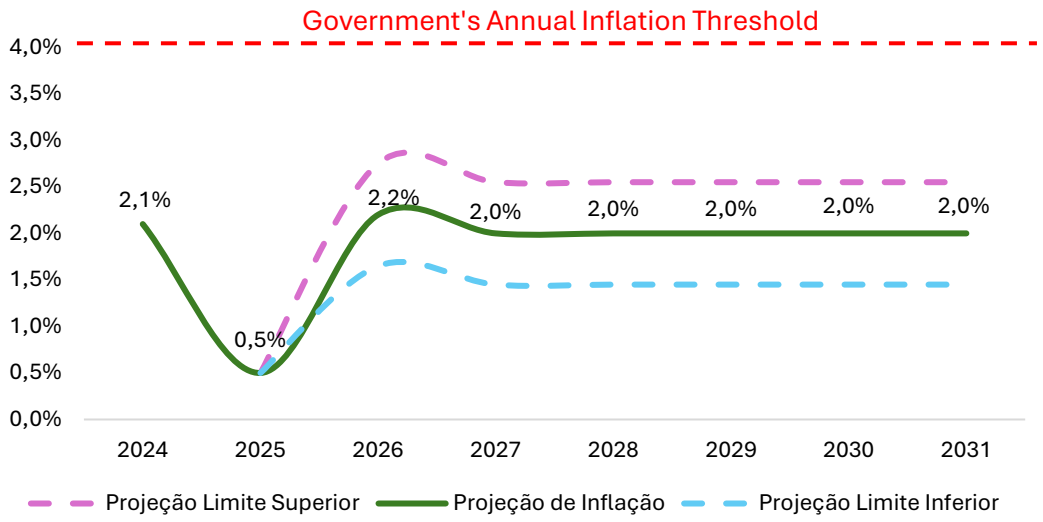
Dada a contínua dependência da economia na despesa pública, o crescimento mantém-se sensível à política fiscal e ao ritmo de execução do investimento público. A médio prazo, o desempenho económico dependerá do progresso na diversificação económica, no desenvolvimento do setor privado e na criação de emprego. Na ausência de grandes choques externos, espera-se que a implementação bem-sucedida da agenda de reformas do Governo apoie um investimento privado mais forte e melhores resultados de crescimento, enquanto atrasos na implementação e restrições institucionais poderão pesar sobre o desempenho económico.

1.3.3. Projeção de Inflação

Embora a incerteza global continue a pressionar os preços internos, prevê-se que a inflação se mantenha amplamente contida a médio prazo, com uma média de cerca de 2 por cento entre 2027 e 2031, valor que permanece abaixo do limiar estabelecido pelo Governo, conforme apresentado no gráfico abaixo. Uma inflação estável e baixa ajuda a preservar o poder de compra das famílias, apoiando a confiança do consumidor e sustentando o consumo privado. Com o tempo, isto contribui para um ambiente macroeconómico mais estável, propício ao investimento e que apoia o crescimento económico.

As projeções de inflação são, em geral, consistentes com as previsões do Banco Mundial, que estimaram uma inflação de 2,3 por cento em 2026, 2,1 por cento em 2027 e 2,0 por cento em 2028. Este alinhamento sugere uma perspetiva relativamente estável de inflação a médio prazo, com moderação gradual ao longo do tempo, refletindo pressões globais de preços contidas e um ambiente de preços domésticos amplamente estável.

Figura 10. Projeções de Inflação Interna a Médio Prazo



Fonte: INETL IP & DNPE-MoF, 2026

No entanto, as projeções estão sujeitas à incerteza e podem variar dentro de um intervalo de confiança de 90 por cento em torno da linha base, o que implica que os resultados da inflação podem flutuar acima ou abaixo do caminho central, dependendo da magnitude dos choques domésticos e externos.

1.3.4. Projeções de Receitas e RSE

A tabela seguinte apresenta a receita interna e o RSE do ano anterior e projeções para o ano corrente e médio prazo. A receita doméstica real em 2025 atingiu 272 milhões de dólares, impulsionada principalmente pelas receitas fiscais. Este montante é significativamente superior ao inicialmente projetado na Estratégia Orçamental de 2025, com 258 milhões de dólares.

A receita interna em 2026 está projetada em 271,6 milhões de dólares, em linha geral com o ano anterior. O desempenho das receitas é apoiado por uma maior cobrança de impostos indiretos, projetada para atingir 129,9 milhões de dólares, refletindo o aumento dos valores das importações associado ao aumento dos preços globais dos combustíveis.

Olhando para o futuro, a implementação planeada do IVA em 2027 será uma componente chave da estratégia de mobilização de receitas do Governo. Espera-se que a reforma alongue a base tributária, reforce a geração de receitas internas e apoie a sustentabilidade fiscal a médio prazo. Quando complementado por uma administração fiscal mais forte, mecanismos reforçados de conformidade e fiscalização, e uma maior digitalização dos sistemas de receita, espera-se que o IVA contribua para uma maior

arrecadação de impostos internos, com ganhos iniciais de receitas estimados entre 1 e 1,5 por cento do PIB, sujeito ao desempenho de conformidade e à capacidade administrativa. Com o tempo, espera-se que o potencial de receitas do IVA aumente à medida que a reforma incentiva uma maior formalização empresarial e fortalece o ambiente geral de conformidade fiscal.

As projeções de receitas fiscais para médio prazo não incluem o impacto potencial da adesão à ASEAN, que poderá exigir a remoção de certos impostos relacionados com o comércio, uma vez que as implicações fiscais continuam sujeitas a negociações em curso e serão refletidas em futuras submissões orçamentais.

Tabela 3. Projeções de Receita Interna e RSE (milhões de dólares)

	2025P	**Atual de 2025**	**2026P**	**2027P**	**2028P**	**2029P**	**2030P**	**2031P**
Receita Fiscal	210	206	212,9	232,8	245,9	260,1	275,1	285,6
Receitas Não Fiscais*	48	66	58,7	57,2	59,4	61,7	64,1	66,7
Receita Interna**	258	272	271,6	290,0	305,3	321,9	339,2	352,2
ESI***	552	552	543,3	533,7	531,8	529,3	523,7	523,3
Total	**810**	**824**	**815,0**	**823,7**	**837,1**	**851,2**	**862,9**	**875,5**

*Combinando receitas não fiscais da CA e da RAEOA.
**Este valor exclui valores de contas suspensas e reembolsos do ano anterior.
A estimativa RSE baseia-se na projeção atual do balanço do FP.
Nota: Estes valores baseiam-se em informações de 24 de junho de 2026. Os números finais tanto do RSE como da receita interna para 2027 serão publicados no relatório orçamental de 2027.
Fonte: DGPO e GRP, MoF, 2026

1.3.5. Financiamento do défice

Fontes adicionais de financiamento para a despesa pública incluem levantamentos do FP acima do RSE, desembolsos de empréstimos e subsídios. A tabela abaixo apresenta projeções para estes itens de financiamento a médio prazo.

A tabela seguinte exclui o financiamento dos saldos de caixa; no entanto, para garantir liquidez para os pagamentos essenciais nos primeiros meses do ano, o Tesouro normalmente mantém saldos de caixa de cerca de 200 milhões de dólares. Em anos anteriores, taxas de execução orçamental mais baixas permitiram que os saldos se mantivessem neste nível ou acima disso. Nos próximos anos, se a execução governamental se aproximar dos 100 por cento, o Ministério das Finanças terá de reavaliar o seu quadro de gestão do saldo de caixa e financiamento.

Tabela 4. Projeção das Fontes de Financiamento do Défice (milhões de dólares)

	2026P	2027P	2028P	2029P	2030P	2031P
Retirada Excessiva	1.175,9	1.155,1	1.151,0	1.145,5	1.133,4	1.132,5
Empréstimos*	50	45	57	67	78	51
Apoio Direto ao Orçamento**	7.9	9	9	9	9	9
Total	**1.211,9**	**1.182,6**	**1.171,1**	**1.165,6**	**1.153,5**	**1.152,6**

*As projeções de desembolso de empréstimos são preliminares, até ao início de julho de 2026. **O DNPE assume que o apoio orçamental direto será de 9 milhões de dólares anuais durante 2027–2031, mas não se baseia em qualquer acordo. O valor para 2026 vem do orçamento de 2026. O montante final do apoio orçamental direto e outros financiamentos externos será confirmado e incorporado na submissão do Orçamento Geral do Estado para 2027.
Nota: O saldo de caixa é outro financiamento deficitário que não está incluído na tabela acima.
Fonte: GRP e DGMRE, MoF, 2026

1.4. Análise de Sustentabilidade Fiscal

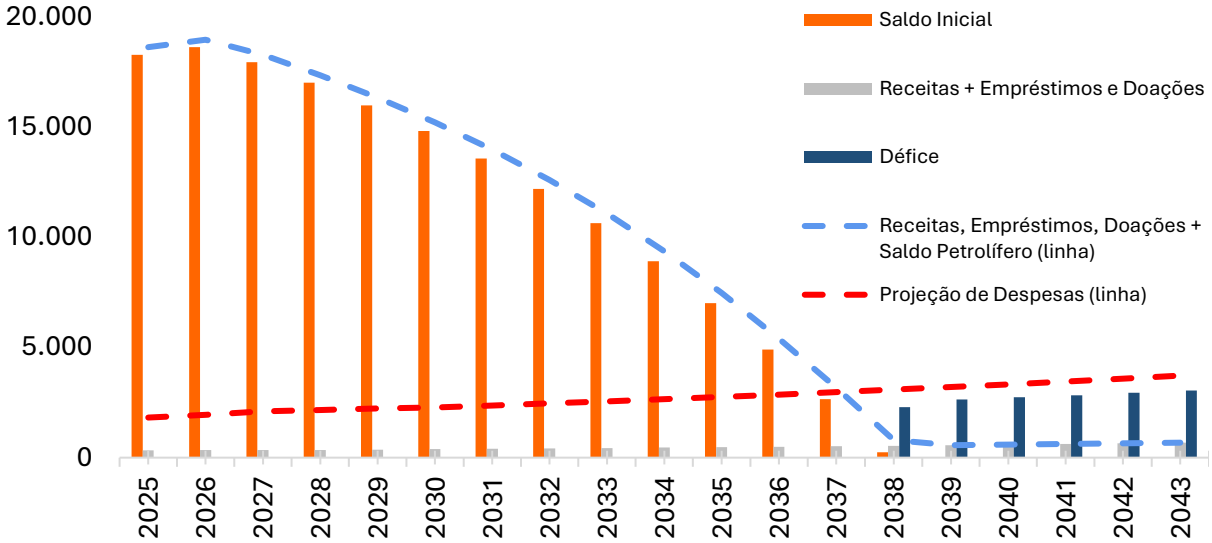
Timor-Leste continua a enfrentar um grande défice orçamental estrutural, refletindo necessidades substanciais de despesa em desenvolvimento e uma base de receitas internas estreita. Ao abrigo do teto orçamental de 2027, a despesa total permanecerá significativamente acima do nível combinado da receita interna e do RSE, exigindo a continuação do levantamento do FP acima do RSE.

O défice fiscal global está projetado em 59,9 por cento do PIB não petrolífero em 2027, a ser financiado por AOD, empréstimos, saldo de caixa e levantamentos excedentes. Este défice deve-se à despesa necessária para apoiar o desenvolvimento de infraestruturas, a proteção social e a prestação de serviços públicos essenciais.

O FP continua a ser a principal fonte de financiamento fiscal e um amortecedor crítico que apoia a estabilidade macroeconómica e os objetivos de desenvolvimento. No entanto, levantamentos contínuos acima do RSE sublinham a necessidade de reforçar a mobilização de receitas internas, melhorar a eficiência das despesas e promover o crescimento liderado pelo setor privado para reduzir a dependência fiscal a longo prazo da riqueza petrolífera.

Projeções atualizadas de sustentabilidade fiscal indicam que, segundo as atuais suposições políticas, o FP poderá ser esgotado até 2038. A projeção incorpora informações atualizadas sobre receitas internas, padrões de retiradas, execução orçamental e assume que o crescimento das despesas para além de 2031 segue amplamente a inflação e o crescimento populacional. Embora a data prevista de esgotamento tenha sido prolongada por mais um ano em relação às estimativas anteriores, a perspetiva mantém-se altamente sensível às decisões futuras de política fiscal, retornos de investimento, condições do mercado global e ao ritmo da diversificação económica.

Figura 11. Vida útil dos Fundos Petrolíferos sob Trajetória Atual (milhões de dólares)



Source: DGPO-National Directorate of Economic Policy (DNPE)

Manter a sustentabilidade fiscal exigirá uma estratégia de reforma gradual e equilibrada, focada em reforçar a mobilização de receitas internas, melhorar a qualidade e eficiência da despesa pública e reforçar o papel do setor privado como motor de crescimento. O progresso contínuo nestas áreas será essencial para preservar o FP, apoiar a resiliência fiscal a longo prazo e garantir o desenvolvimento económico sustentável.

2. Prioridades e Reformas do Governo

O Governo de Timor-Leste está empenhado em reforçar a resiliência nacional através da transformação. O Orçamento Geral do Estado para 2027 está a ser preparado num momento decisivo da história fiscal do país. O Fundo Petrolífero atingiu um pico de aproximadamente 19,6 mil milhões de dólares em 2021 e está agora a diminuir em termos reais, com projeções atualizadas que indicam potencial esgotamento até 2038. Esta realidade fiscal torna uma abordagem mais estratégica, baseada em evidências e disciplinada à despesa pública não só desejável, mas necessária.

O Orçamento Geral do Estado para 2027 é o primeiro orçamento elaborado ao abrigo do quadro completo estabelecido tanto pela Lei de Gestão Financeira Pública n.º 3/2025 como pelo seu regulamento de implementação, Decreto-Lei n.º 42/2025, publicado em dezembro de 2025. Em conjunto, estes instrumentos introduzem um sistema reforçado para o orçamento baseado em políticas, planeamento fiscal a médio prazo e responsabilização em todo o Setor Administrativo Público. Este quadro dá maior ênfase à sustentabilidade fiscal, à priorização e aos resultados mensuráveis.

A intenção estratégica do Governo é prestar melhores serviços públicos, apoiar a diversificação económica e direcionar os recursos públicos para as áreas de maior importância nacional, com maior disciplina e responsabilização. Isto exige proteger a base fiscal através de receitas internas mais fortes, redução das ineficiências de despesa e uma gestão prudente dos levantamentos do Fundo Petrolífero. O espaço orçamental disponível deve também ser direcionado para investimentos que gerem o maior impacto nacional a longo prazo.

Esta abordagem estratégica assenta em três fontes de evidência mutuamente reforçadas e em direção política. O Programa do IX Governo Constitucional e o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 fornecem o quadro nacional de desenvolvimento a longo prazo. A consulta pública nacional de 2027 fornece evidências diretas das prioridades dos cidadãos e das expectativas de desenvolvimento. A orientação do Primeiro-Ministro para o Orçamento Geral do Estado para 2027 estabelece o quadro para identificar e avaliar a PPG.

Em conjunto, estas três fontes informam um processo de preparação orçamental que dá maior ênfase do que qualquer outro ciclo anterior ao planeamento fiscal de médio prazo, à priorização baseada em políticas e ao desempenho. Asseguram que as decisões orçamentais estejam alinhadas com as prioridades nacionais, respondam às necessidades dos cidadãos e sejam apoiadas por uma avaliação realista dos recursos disponíveis e das obrigações de desenvolvimento a longo prazo.

Este capítulo apresenta as evidências, decisões e reformas institucionais que sustentam o Orçamento Geral do Estado para 2027. A Secção 2.1 apresenta os principais resultados da consulta pública de 2027 e as suas implicações estratégicas para as prioridades orçamentais. A Secção 2.2 apresenta as nove áreas estratégicas prioritárias do Governo e o quadro das 28 opções das PPGs aceites pelo Conselho de Ministros como base para o desenvolvimento da política do Orçamento Geral do Estado para 2027 . A Secção 2.3 descreve as principais reformas de gestão financeira pública que moldam a nova abordagem orçamental.

2.1. Resultados Chave da Consulta ao Cidadão

Em conformidade com os requisitos da Lei de Gestão Financeira Pública n.º 3/2025, o Governo realizou uma consulta pública nacional como componente integrante da preparação do Orçamento Geral do Estado para 2027. A consulta foi concebida para garantir que as prioridades dos cidadãos, as expectativas de desenvolvimento e as experiências de prestação de serviços públicos informassem a identificação das prioridades do Governo e apoiassem o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências e a tomada de decisões orçamentais.

Foram realizadas consultas em todas as Autoridades Municipais, incluindo Ataúro e a Região Administrativa Especial de Oecússi-Ambeno (RAEOA). O processo incluiu um envolvimento dedicado com parceiros sociais, organizações da sociedade civil, organizações de pessoas com deficiência, instituições académicas, organizações de trabalhadores, representantes do setor privado e parceiros de desenvolvimento, garantindo que uma ampla gama de perspetivas institucionais e comunitárias informou o Orçamento Geral do Estado para 2027.

Cobertura e Participação da Consulta: A Consulta Pública de 2027 alcançou uma cobertura nacional extensa. Um total de 1.214 cidadãos participaram no componente do inquérito, enquanto 40 representantes de organizações de parceiros sociais participaram através de uma consulta dedicada às partes interessadas. O processo combinou discussões em grupos focais e inquéritos estruturados para recolher perspetivas de diversos grupos demográficos e geográficos em todo o país.

Tabela 5: Cobertura e Participação na Consulta Pública de 2027

Grupo de Participantes	Formato do Engajamento	Cobertura
Cidadãos (Representantes Cidadãos)	Grupos focais, discussões e inquéritos	Todas as Autoridades Municipais, incluindo Ataúro e RAEOA

Parceiros Sociais (Organizações da Sociedade Civil e Representantes do Setor Privado)	Grupos focais, discussões e inquéritos	Cobertura Nacional (40 representantes)

Fonte: Ministério das Finanças, Relatório de Consulta Pública do Orçamento Geral do Estado 2027 (2026).

Dos 1.214 cidadãos inquiridos, 72,7 por cento eram homens, 22,9 por cento mulheres e 4,4 por cento não revelaram o seu género. As pessoas com deficiência representaram 4,5 por cento dos inquiridos, refletindo esforços para incorporar as perspetivas de grupos tradicionalmente sub-representados. Serão necessários esforços contínuos e direcionados nos próximos ciclos para reforçar a participação das mulheres e de outros grupos sub-representados.

A consulta alcançou uma cobertura geográfica abrangente em todos os municípios e territórios, fornecendo uma base de evidências suficientemente representativa para a identificação das prioridades nacionais de desenvolvimento. As conclusões apresentadas nesta secção refletem as prioridades e preocupações de uma amostra representativa nacional da população e fornecem uma base sólida e credível para informar as decisões do Orçamento Geral do Estado para 2027.

Conclusão 1 - A infraestrutura continua a ser a maior prioridade nacional: A infraestrutura é a maior prioridade nacional de desenvolvimento que emerge da consulta de 2027. Quando questionados para identificar o pilar de desenvolvimento que deveria receber maior ênfase na preparação do Orçamento Geral do Estado para 2027, 60,3 por cento dos inquiridos escolheram infraestruturas, comparado com 20,2 por cento que deram prioridade ao desenvolvimento económico, 15,2 por cento ao capital social e 4,2 por cento à governação e desenvolvimento institucional.

No pilar da infraestrutura, as estradas e pontes foram identificadas como a prioridade mais alta por 69,5 por cento dos inquiridos, seguidos pelo abastecimento de água e saneamento. Os cidadãos não veem a infraestrutura como um setor isolado, sendo amplamente entendida como a base habilitadora para a saúde, educação, emprego, produtividade agrícola e uma participação económica mais ampla, particularmente em comunidades rurais e remotas.

Tabela 6: Prioridades dos Cidadãos por Pilar de Desenvolvimento

Pilar de Desenvolvimento	Prioridade do Cidadão (percentagem de inquiridos)	Questões Chave Identificadas
Infraestruturas	60,3% (prioridade nacional máxima)	Estradas e pontes (69,5%), abastecimento de água e saneamento
Desenvolvimento Económico	20,2% (prioridade máxima para parceiros sociais)	Emprego, competências, produtividade agrícola, acesso ao mercado

Social Capital	15,2%	Serviços de saúde, qualidade da educação, formação de professores
Governação e Instituições	4,2%	Transparência, responsabilização, desempenho na prestação de serviços

Fonte: Ministério das Finanças, Relatório de Consulta Pública do Orçamento Geral do Estado 2027 (2026).

Conclusão 2 - O emprego e as oportunidades económicas são preocupações crescentes: O desenvolvimento económico emergiu como o segundo pilar de desenvolvimento mais importante a nível nacional e a prioridade mais elevada identificada pelos parceiros sociais. Parceiros sociais, incluindo empregadores, sindicatos, associações do setor privado e organizações da sociedade civil, colocaram o desenvolvimento económico à frente das infraestruturas, refletindo uma maior consciência dos desafios económicos estruturais que provavelmente se tornarão mais evidentes à medida que as necessidades de desenvolvimento evoluem.

Os cidadãos destacaram consistentemente o emprego juvenil, a educação técnica e profissional, o apoio aos setores produtivos e a geração de rendimento como prioridades para a ação do Governo. Os parceiros sociais foram mais longe, identificando uma persistente incompatibilidade entre competências e mercado, investimento limitado do setor privado e complexidade regulatória como as principais barreiras estruturais à criação de emprego. Em conjunto, estes resultados sinalizam uma crescente expectativa pública de que o desenvolvimento económico deve gerar resultados tangíveis no emprego, e não apenas expandir a capacidade do setor produtivo.

Conclusão 3 - As Expectativas do Público Estão a Mudar do Acesso para a Qualidade: Uma das conclusões mais significativas da consulta de 2027 é uma mudança notória nas expectativas do público. Embora o acesso aos serviços continue a ser uma preocupação importante, os cidadãos estão cada vez mais a avaliar o desempenho do Governo com base na qualidade, fiabilidade e eficácia do serviço, em vez de apenas na disponibilidade. Na área da saúde, os inquiridos deram prioridade aos medicamentos, equipamento e pessoal qualificado em detrimento da disponibilidade das instalações. Na educação, a qualidade dos professores e os resultados de aprendizagem foram avaliados acima da expansão da matrícula.

Nos serviços de infraestruturas, os inquiridos enfatizaram a manutenção, fiabilidade e funcionalidade em vez dos níveis de investimento. Estas expectativas em evolução têm implicações diretas na forma como o Governo desenha programas, aloca recursos e mede o sucesso. Os investimentos em garantia de qualidade, desenvolvimento da força

de trabalho, manutenção de ativos e sistemas de monitorização estão a tornar-se tão importantes quanto os investimentos de capital que pretendem apoiar.

Conclusão 4 - Desempenho na implementação e responsabilização são críticos: A mensagem mais forte e consistente da consulta de 2027 diz respeito ao desempenho e responsabilização da implementação. A nível nacional, 75,4 por cento dos inquiridos identificaram atrasos nos projetos como uma preocupação significativa, 61,1 por cento destacaram o fraco desempenho dos empreiteiros e 52,6 por cento identificaram supervisão e monitorização insuficientes como fatores-chave que prejudicam a execução dos projetos.

Tabela 7: Principais Preocupações de Implementação Identificadas pelos Cidadãos

Preocupação com a implementação	A Identificação da Questão pelos Respondentes
Atrasos no projeto	75,4%
Desempenho fraco dos empreiteiros	61,1%
Supervisão e monitorização insuficientes	52,6%

Fonte: Ministério das Finanças, Relatório de Consulta Pública do Orçamento Geral do Estado 2027 (2026).

Estas preocupações foram refletidas pelos parceiros sociais, indicando um amplo consenso de que a eficácia da implementação se tornou tão importante quanto o nível de investimento público. Os dados de gestão financeira governamental confirmam a evidência dada pelos cidadões: embora a contratação competitiva tenha melhorado para 79 por cento do valor contratual em 2024, os municípios, o Ministério das Obras Públicas e a RAEOA continuam a registar os problemas persistentes na execução e execução dos contratos.

Esta conclusão tem implicações diretas para o Orçamento Geral do Estado para 2027. Os cidadãos julgam o Governo não pelo que é anunciado, mas pelo que é entregue. O reforço da prontidão dos projetos, a responsabilização dos empreiteiros, a supervisão eficaz e a monitorização baseada em resultados são, portanto, componentes integrais do quadro de despesas do Governo para o Orçamento Geral do Estado para 2027.

Conclusão 5 - Diferenças Territoriais Exigem Respostas Diferenciadas: A consulta demonstra que os desafios e prioridades de desenvolvimento variam consideravelmente entre municípios e territórios. Municípios das terras altas como Aileu, Ainaro e Ermera enfatizavam a ligação rodoviária, a produtividade agrícola e o acesso ao mercado. As áreas urbanas, especialmente Dili, davam prioridade ao emprego, ao desenvolvimento juvenil e à formação profissional. Os municípios costeiros

destacaram a irrigação, meios de subsistência e acesso ao mercado. Territórios isolados como Ataúro e RAEOA enfatizavam a conectividade e o acesso a serviços essenciais.

Estas conclusões reforçam a importância de complementar as prioridades nacionais de investimento com abordagens baseadas no local que respondam às oportunidades e limitações distintas dos diferentes municípios e territórios. Sublinham também o valor do próprio processo de consulta como mecanismo para evidenciar necessidades que, de outra forma, os dados nacionais agregados obscureceriam.

Principais Implicações: As conclusões da consulta de 2027 fornecem uma base clara e baseada em evidências para a resposta estratégica do Governo. Ao longo dos cinco resultados, emerge um quadro coerente: os cidadãos apoiam o investimento contínuo em infraestruturas, mas esperam que seja implementado de forma eficaz, mantida de forma fiável e complementada por políticas económicas que gerem emprego e reforcem os meios de subsistência.

A consulta revela também uma evolução significativa nas expectativas públicas, desde a expansão do serviço até à qualidade, desempenho e resultados do serviço. A implementação da responsabilização tornou-se uma medida central do desempenho do Governo, confirmada tanto por evidências dadas pelos cidadãos como por registos documentados de gestão financeira. As nove áreas estratégicas prioritárias e o quadro da PPG descrito na secção seguinte foram concebidos para responder direta e deliberadamente a estas conclusões.

2.2. Prioridades e Medidas do Governo para o Orçamento Geral do Estado para 2027

O Quadro do Espaço Fiscal: O processo PPG baseia-se numa avaliação estruturada do espaço fiscal de Timor-Leste, definida como a capacidade do Governo para financiar novas políticas de maior prioridade sem comprometer a estabilidade fiscal, económica, social ou política. A análise do Ministério das Finanças identifica quatro fontes principais de margem orçamental para o Orçamento Geral do Estado para 2027: gestão responsável do Fundo Petrolífero; uma receita interna mais forte através da reforma tributária e da introdução do IVA; melhoria da eficiência das despesas; e uma utilização mais eficaz da assistência ao desenvolvimento através dos sistemas governamentais.

Análises preliminares do Ministério das Finanças, baseando-se no documento de opções de PPG, sugerem que as ineficiências sistémicas no setor público, incluindo práticas fracas de aquisição, pessoal não produtivo, fuga de subsídios e implementação fragmentada do programa, representam uma fonte significativa de possível melhoria fiscal, na ordem de 384 milhões de dólares anuais, equivalente a aproximadamente 14 por cento do PIB total, incluindo a atividade do setor petrolífero. Este valor é indicativo e

de ordem de grandeza, apresentado para ilustrar a escala da oportunidade de eficiência e não como uma conclusão confirmada de auditoria. As medidas aprovadas da PPG que visam a eficiência das despesas abordam os componentes mais tratáveis a curto prazo desta oportunidade, com ganhos adicionais esperados à medida que as reformas institucionais entrem em vigor a médio prazo.

A receita fiscal não subsidiada de Timor-Leste continua a representar aproximadamente 5 por cento do PIB, uma das proporções mais baixas da região da ASEAN. Evidências internacionais indicam consistentemente que melhorias na administração fiscal podem aumentar as receitas entre 1,8 e 3 pontos percentuais do PIB a médio prazo. A introdução planeada do IVA em 2027, juntamente com um cumprimento fiscal e aduaneiro mais rigoroso e a partilha de dados entre agências, representa um passo fundamental para alargar a base de receita interna.

Foi identificada uma quinta dimensão do espaço fiscal, o endividamento estratégico, para consideração. Timor-Leste detém aproximadamente 0,8 mil milhões de dólares em dívida concessionada, com uma relação dívida/PIB entre as mais baixas da região. Um quadro estratégico de endividamento a médio prazo poderia ajudar a suavizar a despesa ao longo do tempo, reduzir a pressão sobre os levantamentos do Fundo Petrolífero e diversificar as fontes de financiamento, desde que seja orientado por prioridades políticas e gerido dentro de limites sustentáveis.

O Processo PPG: Uma característica definidora do Orçamento Geral do Estado para 2027 é a introdução do processo PPG. O Ministério das Finanças desenvolveu um portefólio estruturado de 28 opções políticas abrangendo três grandes domínios: criação de espaço fiscal, pressões políticas do governo central e oportunidades de política sectorial. Estas opções foram avaliadas pelo Comité de Revisão de Políticas e o quadro resultante foi aceite pelo Conselho de Ministros como base analítica para o desenvolvimento da política do Orçamento Geral do Estado para 2027.

As 28 opções são de natureza analítica. Representam direções políticas identificadas através de uma análise rigorosa do Ministério das Finanças, não alocações orçamentais confirmadas ou decisões políticas. Para cada opção, o Conselho de Ministros instruiu as agências responsáveis a preparar submissões políticas detalhadas, incluindo custos credíveis, melhorias de implementação e resultados esperados para avaliação pelo Comité de Revisão de Políticas e consideração final na ronda de decisão orçamental de agosto de 2026.

O quadro aprovado é abrangente no seu âmbito. No plano fiscal, inclui medidas para proteger o Fundo Petrolífero, reforçar as receitas internas, melhorar a eficiência das

despesas e fazer melhor uso da assistência ao desenvolvimento. No lado das despesas, aborda a gestão da função pública, qualidade do investimento em infraestruturas, aquisições e pressões-chave. No âmbito setorial, abrange pescas, turismo, agricultura, emprego digital, água, energia, educação, saúde, justiça, direitos fundiários, soberania financeira e financiamento subnacional.

Esta amplitude reflete a determinação do Governo em utilizar o Orçamento Geral do Estado para 2027 como um verdadeiro instrumento de transformação nacional. Todas as propostas políticas devem ser analisadas e aprovadas pelo ministro responsável antes de serem submetidas ao Ministério das Finanças, reforçando a coerência política e a disciplina orçamental ao longo de todo o processo.

Áreas Estratégicas Prioritárias para o Orçamento Geral do Estado para 2027: S.E. o Senhor Primeiro-Ministro identificou nove áreas estratégicas prioritárias para orientar o desenvolvimento e avaliação das propostas políticas para o Orçamento Geral do Estado para 2027 . Estas prioridades refletem os objetivos de desenvolvimento a longo prazo do Governo, as conclusões da Consulta Pública de 2027 e as realidades fiscais que Timor-Leste enfrenta. As 28 opções de PPG aceites pelo Conselho de Ministros estão organizadas nestas nove áreas prioritárias, garantindo que o desenvolvimento de políticas e o trabalho analítico se concentrem nas questões de maior importância nacional.

Para traduzir estas nove áreas prioritárias em decisões orçamentais operacionais, cada área prioritária será mapeada para a estrutura do programa e subprograma através da qual deve ser financiada e implementada. Este mapeamento será comunicado aos ministérios de linha através da Circular de Preparação do Orçamento, que identificará os programas que contribuem para cada área prioritária estratégica e fornecerá o quadro para que os ministérios alinhem os seus Planos de Ação Anuais e propostas de despesas em conformidade.

Tabela 8: Áreas Estratégicas Prioritárias para o Orçamento Geral do Estado para 2027

Área Estratégica de Prioridade	Foco Estratégico
Diversificação Económica e Setores Produtivos Estratégicos	Promover o crescimento económico sustentável através do investimento na agricultura, pescas, turismo, comércio, serviços, a Economia Azul e outros setores produtivos que apoiem a criação de emprego e reduzam a dependência das receitas petrolíferas.
Infraestruturas rurais, conectividade e acesso a serviços básicos	Melhorar a conectividade, o acesso a serviços públicos e as oportunidades económicas através do investimento em estradas, pontes, abastecimento de água, saneamento, eletricidade,

	telecomunicações, escolas e instalações de saúde, especialmente em zonas rurais e remotas.
Desenvolvimento do Capital Humano e Prestação de Serviços	Reforçar a educação, saúde, nutrição, desenvolvimento de competências e preparação da força de trabalho para melhorar os resultados do desenvolvimento humano e apoiar a transformação económica a longo prazo.
Qualidade e Entrega do Investimento Público	Melhorar a seleção, planeamento, implementação, manutenção, monitorização e relação qualidade-preço dos projetos para garantir que o investimento público produza resultados atempados, eficazes e sustentáveis.
Resiliência Nacional, Segurança Alimentar e Adaptação ao Clima	Reforçar a resiliência face a choques económicos, desastres, riscos climáticos e pressões externas através do investimento em segurança alimentar, segurança energética, preparação para desastres, adaptação climática e gestão sustentável de recursos.
Crescimento do Setor Privado, Emprego e Transformação Digital	Apoiar o empreendedorismo, o investimento, a inovação, a transformação digital e o desenvolvimento do setor privado para expandir as oportunidades económicas e a criação de emprego.
Sustentabilidade Fiscal, Reforma Institucional e Eficácia do Setor Público	Reforçar a disciplina fiscal, a eficiência dos gastos, a mobilização de receitas internas, o desempenho do setor público e a eficácia institucional para apoiar finanças públicas sustentáveis.
Justiça, Governação e Responsabilização	Reforçar o Estado de direito, o acesso à justiça, transparência, responsabilização e instituições de governação que apoiem a confiança pública e o desenvolvimento económico.
Principais Eventos Nacionais e Internacionais	Apoiar a preparação e execução bem-sucedidas dos principais compromissos nacionais e internacionais, incluindo o CPLP 2027, eleições nacionais e a preparação de Timor-Leste para as responsabilidades de liderança da ASEAN.

Fonte: Carta do Primeiro-Ministro nº 105/PM-GPM/VI/2026 sobre a preparação do Orçamento Geral do Estado de 2027.

Diversificação Económica e Setores Estratégicos Produtivos: Reduzir a dependência de Timor-Leste das receitas petrolíferas exige construir setores produtivos e geradores de emprego a médio e longo prazo. As prioridades do Governo nesta área centram-se no desenvolvimento do potencial das pescas e da Economia Azul, na construção de uma indústria turística competitiva de nicho e na transformação da produtividade agrícola através de uma estratégia nacional de longo prazo. Um compromisso claro do Governo com o desenvolvimento petrolífero e mineral, a decisão fiscal de longo prazo mais significativa que enfrenta Timor-Leste, também é abordada nesta área prioritária.

Infraestruturas Rurais, Conectividade e Acesso a Serviços Básicos: O investimento em infraestruturas continua a ser a prioridade mais elevada identificada pelos cidadãos na consulta de 2027. As prioridades do Governo nesta área centram-se na reorientação do pipeline do Fundo das Infraestruturas para investimentos com maior contribuição para

a produtividade, crescimento e desenvolvimento a longo prazo. Incluem também um programa nacional para melhorar a segurança hídrica e o saneamento básico, a segunda maior prioridade de infraestruturas na consulta, e uma estratégia para reduzir os custos elevados e crescentes da eletricidade, estradas e pontes através de uma melhor recuperação de custos e um planeamento disciplinado de investimentos a longo de vários anos.

Desenvolvimento do Capital Humano e Prestação de Serviços: Os cidadãos que participam na consulta de 2027 esperam cada vez mais serviços de qualidade, e não apenas acesso a infraestruturas. As prioridades do Governo nesta área incluem uma estratégia para reforçar a capacidade nacional dos cuidados terciários de saúde, visando reduzir o custo, risco, igualdade e carga social associados ao tratamento médico no estrangeiro. Incluem também o investimento na qualidade da educação e o desenvolvimento de um sistema escolar multilingue competitivo para melhorar o acesso dos alunos a oportunidades regionais e globais. É também prioritário o reforço da eficiência, direcionamento e transparência dos programas de apoio à igualdade de género, às crianças e às pessoas com deficiência.

Qualidade e Entrega do Investimento Público: A execução de capital de desenvolvimento atingiu em média apenas 56 por cento nos últimos cinco anos. As prioridades do Governo nesta área centram-se no reforço da aquisição e da gestão de contratos em todo o Fundo das Infraestruturas, Ministério das Obras Públicas, RAEOA e municípios. Incluem também uma revisão da estratégia do Fundo das Infraestruturas para garantir que o *pipeline* está focado em projetos bem concebidos, prontos para implementação e alinhados com os objetivos prioritários do Governo. Melhorar a visibilidade das despesas obrigatórias também reforçará a supervisão do orçamento pelo Parlamento Nacional.

Resiliência Nacional, Segurança Alimentar e Adaptação ao Clima: Timor-Leste enfrenta riscos significativos e crescentes devido às alterações climáticas, desastres naturais, insegurança alimentar e choques económicos. As prioridades do Governo nesta área estão intimamente ligadas às estratégias de agricultura, água e energia, reconhecendo que a segurança alimentar, o acesso à água e a resiliência climática são desafios interdependentes que exigem investimento integrado e sustentado. Reforçar os mecanismos baseados em regras para a gestão de riscos e o planeamento a longo prazo garante que os investimentos em resiliência permaneçam protegidos e estrategicamente direcionados.

Crescimento do Setor Privado, Emprego e Transformação Digital: Criar emprego para os jovens timorenses é um dos desafios económicos e sociais mais urgentes que o país

enfrenta. A chegada do Sistema de Cabos Submarinos de Timor-Leste Sul cria uma oportunidade histórica para desenvolver uma economia digital e gerar emprego através de serviços digitais e empreendedorismo. Estabelecer direitos de propriedade privada seguros e exequíveis através de uma estratégia nacional de título de terras é um pré-requisito fundamental para o investimento privado e a transformação agrícola. Construir bases para uma maior soberania financeira é uma prioridade complementar a longo prazo.

Sustentabilidade Fiscal, Reforma Institucional e Eficácia do Setor Público: Proteger as bases fiscais de longo prazo de Timor-Leste é a condição essencial para todas as outras prioridades. As prioridades do Governo nesta área abordam toda a gama de desafios de sustentabilidade fiscal: proteger o Fundo Petrolífero através do reforço das regras fiscais; desenvolver um quadro estratégico de empréstimo a médio prazo; implementação do IVA e reforço da administração fiscal; reduzir ineficiências nas despesas; melhorar o uso da assistência ao desenvolvimento; controlar a fatura salarial do serviço público; melhorar a disciplina das despesas administrativas; reforçar a transparência e sustentabilidade da proteção social; e estabelecer um quadro mais justo para o financiamento do governo subnacional.

Justiça, Governação e Responsabilização: Um sistema judicial funcional, direitos de propriedade claros e instituições eficazes são fundamentais para a confiança pública, a confiança dos investidores e o desenvolvimento económico a longo prazo. As prioridades do Governo nesta área centram-se na conclusão da criação dos quatro tribunais superiores que permanecem totalmente constituídos: o Tribunal Constitucional, o Tribunal Supremo de Justiça, o Tribunal Administrativo e Fiscal e o Tribunal de Contas, através de um programa gradual de vários anos. O reforço dos direitos de propriedade privada através da reforma da titulação de terras e de uma estratégia mais ampla de ordem pública e segurança são também prioridades nesta área.

Grandes Eventos Nacionais e Internacionais: Timor-Leste enfrenta um programa significativo de eventos nacionais e internacionais nos próximos anos. As prioridades do Governo nesta área garantem que estes compromissos são devidamente planeados, com custos transparentes e fiscalmente assegurados. Incluem as Eleições Municipais e Presidenciais de 2027, as Eleições Parlamentares de 2028, os compromissos do CPLP 2027 e os preparativos para a Cimeira da ASEAN de 2029. Gerir as pressões de despesa associadas através de mecanismos disciplinares e baseados em regras protegerá a integridade orçamental e garantirá que as despesas em desenvolvimento não sejam afastadas.

Reforço Mútuo e Próximos Passos: Estas nove áreas prioritárias são concebidas para serem reforçadas mutuamente. Os investimentos na diversificação económica dependem de infraestruturas habilitadoras e de uma força de trabalho qualificada. Uma economia digital forte exige conectividade, segurança fundiária e instituições competentes. As reformas de sustentabilidade fiscal protegem a base de receitas que torna possíveis todos os outros investimentos. A melhoria da qualidade da implementação reforça o retorno do investimento em todas as áreas prioritárias. O Governo irá sequenciar os investimentos para maximizar o seu impacto combinado no crescimento, emprego, serviços e resiliência fiscal.

Em conformidade com o Artigo 23.º da Lei de Gestão Financeira Pública n.º 3/2025, que exige que o Governo submeta a Declaração de Estratégia Orçamental ao Parlamento Nacional até ao final de junho, este documento é preparado antes da conclusão das submissões finais de políticas e decisões orçamentais. O Conselho de Ministros aceitou as nove áreas estratégicas prioritárias e o quadro das 28 opções políticas como base analítica para o desenvolvimento da política do Orçamento Geral do Estado para 2027. As agências líderes estão agora a preparar submissões detalhadas para consideração final na ronda de decisão orçamental de agosto de 2026.

O conjunto final de PPGs, uma vez aprovado através do processo do Comité de Revisão de Políticas, incluindo medidas políticas específicas, entidades responsáveis líderes, resultados esperados e requisitos indicativos de recursos para cada área prioritária, será totalmente incorporado na proposta do Orçamento Geral do Estado para 2027 a ser submetida ao Parlamento Nacional até 1 de outubro de 2026. Juntamente com as reformas da gestão financeira pública descritas na secção seguinte, estas prioridades estabelecem a base estratégica para uma abordagem mais disciplinada, transparente e orientada para resultados na gestão dos recursos públicos em Timor-Leste.

***Medidas de Política Indexadas e Impacto Orçamental a Médio Prazo*:** De acordo com o Artigo 23 da Lei de Gestão Financeira Pública n.º 3/2025, a Declaração de Estratégia Orçamental deve incluir uma descrição das principais medidas políticas planeadas pelo Governo para o ano orçamental seguinte. As nove áreas estratégicas prioritárias do Governo e o quadro de 28 opções políticas, apresentadas na secção anterior, cumprem este requisito na fase atual do processo de preparação orçamental. Cada opção foi desenvolvida pelo Ministério das Finanças e avaliada com base na relevância estratégica, acessibilidade, prontidão para a implementação e resultados esperados.

Submissões detalhadas de políticas, incluindo medidas específicas, estimativas de custos plurianuais, fontes de financiamento, arranjos de implementação e resultados

esperados, estão atualmente a ser finalizadas pelas agências responsáveis para submissão ao Comité de Revisão de Políticas em agosto de 2026.

O conjunto completo de PPGs aprovadas, juntamente com os seus impactos fiscais ao longo do período 2027-2031, será totalmente incorporado na proposta de Orçamento Geral do Estado para 2027 submetida ao Parlamento Nacional até 1 de outubro de 2026.

2.3. Desenvolvimentos Chave na Gestão das Finanças Públicas e a Nova Abordagem Orçamental

O Orçamento Geral do Estado para 2027 é o primeiro orçamento elaborado tanto ao abrigo da Lei de Gestão Financeira Pública n.º 3/2025 como da sua regulamentação, Decreto-Lei n.º 42/2025, publicado em dezembro de 2025. Em conjunto, estes instrumentos introduzem um quadro mais integrado para a governação fiscal, planeamento, orçamentação, execução, relatórios e responsabilização em todo o Setor Administrativo Público.

Estas reformas respondem a fraquezas de longa data no orçamento anual focado em insumos. Processos orçamentais anteriores proporcionaram visibilidade limitada das pressões fiscais de médio prazo, enfraqueceram a ligação entre despesas e objetivos políticos e restringiram a capacidade do Governo de avaliar as implicações a longo prazo de novos compromissos de despesa. O novo quadro aborda estas limitações através de seis reformas orçamentais interligadas e de um programa institucional mais amplo de modernização.

As reformas respondem também a uma realidade fiscal e de desempenho urgente. A análise do Ministério das Finanças estima que as ineficiências no setor público custam atualmente aproximadamente 384 milhões de dólares anuais, aproximadamente 14 por cento do PIB. A execução do desenvolvimento de capital tem sido em média de apenas 56 por cento nos últimos cinco anos, com a agricultura, o turismo e o desenvolvimento rural a registarem taxas particularmente fracas de implementação. O reforço da gestão financeira pública é, portanto, essencial para a sustentabilidade fiscal, melhor investimento público e melhoria na prestação de serviços.

O Orçamento Geral do Estado para 2027 aborda estes desafios através de um pacote abrangente de reformas que reforçam o processo orçamental, as normas contabilísticas, a administração de receitas, as operações de tesouraria, o desempenho das aquisições e a capacidade institucional. A Tabela 10 resume as seis principais reformas do processo orçamental introduzidas para o Orçamento Geral do Estado para 2027, que representam as principais mudanças institucionais que sustentam a nova abordagem do Governo ao planeamento, orçamentação e alocação de recursos.

Tabela 10: Reformas Chave do PFM que Moldam o Orçamento Geral do Estado para 2027

Reforma	Propósito e Impacto Esperado
Planeamento Fiscal de Médio Prazo	Estabelece um quadro de planeamento fiscal quinquenal que liga as decisões orçamentais anuais à sustentabilidade fiscal de médio prazo e às prioridades do Governo.
Estimativas Futuras	Introduz projeções de despesa plurianual para políticas e serviços existentes, criando uma base transparente para a preparação do orçamento e identificando o espaço fiscal disponível.
Processo PPG	Estabelece um processo estruturado para avaliar propostas políticas estratégicas antes das decisões orçamentais, garantindo o alinhamento com as prioridades nacionais e os recursos fiscais disponíveis.
Orçamentação e Custos Baseados em Políticas	Exige que as novas propostas políticas incluam objetivos claros, arranjos de implementação, custos plurianuais e indicadores de desempenho antes de considerar o financiamento.
Avaliação da Disciplina Fiscal e da Acessibilidade	Reforça a avaliação da acessibilidade, das implicações recorrentes da despesa e da sustentabilidade fiscal para todos os novos compromissos políticos no quadro fiscal de médio prazo.
Planeamento e Desempenho Baseados em Resultados	Reforça a integração entre planeamento, orçamentação, implementação, monitorização e relatórios de desempenho para melhorar a responsabilização e os resultados do setor público.

Reformas do Processo Orçamental: Planeamento Fiscal a Médio Prazo. A base da nova abordagem orçamental é a transição da preparação orçamental anual para um quadro de planeamento fiscal quinquenal. Todas as principais decisões orçamentais devem agora ser avaliadas num horizonte fiscal e político de médio prazo, reforçando a ligação entre as alocações anuais e os objetivos de desenvolvimento a longo prazo. Esta reforma é particularmente importante, tendo em conta que se prevê que o Fundo Petrolífero se esgote até 2038 e que a base indicativa de despesa proposta para 2027 reflete o compromisso do Governo com um caminho gradual de consolidação fiscal a médio prazo.

Introdução de Estimativas Antecipadas. O Orçamento Geral do Estado para 2027 introduz as Estimativas Antecipadas como uma característica central do novo quadro orçamental. As Estimativas Futuras fornecem projeções de despesa plurianual para as políticas, programas e serviços governamentais existentes ao longo do ano orçamental e dos quatro anos seguintes, estabelecendo uma linha de base transparente a partir da qual começa a preparação orçamental. Em vez de reconstruir orçamentos a partir de zero todos os anos, os ministérios irão usar as Estimativas Antecipadas aprovadas como

ponto de partida, permitindo ao Governo identificar espaço fiscal e avaliar a capacidade financeira antes de serem assumidos novos compromissos.

Processo PPG. As 28 opções aprovadas pelo Conselho de Ministros representam a mudança mais significativa na forma como as novas propostas de despesa são desenvolvidas e avaliadas. Em vez de grandes volumes de pedidos orçamentais anuais não prioritários, os ministérios desenvolvem agora propostas estratégicas de política avaliadas através de um processo estruturado antes de serem tomadas decisões de financiamento. O Ministério das Finanças apresentou estas opções ao Comité de Revisão de Políticas, abrangendo a criação de espaço fiscal, pressões políticas do governo central e oportunidades de política setorial, com as submissões finais previstas para agosto de 2026.

Orçamento e Custos Baseados em Políticas. Todas as propostas para novas despesas devem ser apoiadas por objetivos políticos claros, evidências de necessidade, estimativas credíveis de custos e resultados mensuráveis. Os ministérios devem definir o problema político, explicar a justificação da intervenção do Governo, identificar os beneficiários pretendidos e fornecer arranjos de implementação, indicadores de desempenho, avaliações de risco e cálculos de custos plurianuais. Isto representa uma mudança importante do orçamento incremental para um modelo de alocação de recursos mais estratégico e orientado para resultados.

Avaliação da Disciplina Fiscal e da Acessibilidade. O Orçamento Geral do Estado para 2027 dá maior ênfase à acessibilidade, às implicações recorrentes nas despesas e à sustentabilidade fiscal a longo prazo ao avaliar novas propostas. Todas as novas iniciativas devem demonstrar como podem ser acomodadas dentro do quadro fiscal de médio prazo. As principais pressões de despesa que exigem uma gestão ativa incluem a fatura salarial do serviço público, subsídios de eletricidade, despesas de proteção social e o *pipeline* do Fundo das Infraestruturas, todos os quais devem ser geridos cuidadosamente para preservar espaço fiscal para prioridades estratégicas.

Planeamento e Desempenho Baseados em Resultados. O Governo continua a reforçar a integração entre planeamento, orçamentação, implementação, monitorização e gestão do desempenho. As propostas orçamentais devem demonstrar ligações claras entre prioridades, programas, resultados, resultados e indicadores de desempenho do Governo. Juntamente com o orçamento baseado em programas e o reforço dos relatórios de desempenho, estas reformas melhoram a responsabilização, apoiam a tomada de decisões baseadas em evidências e reforçam a capacidade do Governo para avaliar se a despesa pública está a produzir os resultados pretendidos.

Programa mais amplo de reforma da GFP: As seis reformas do processo orçamental acima descritas fazem parte de um programa mais amplo de reforma da gestão financeira pública que está a ser implementado em todo o Governo. Com base nas bases legais e institucionais estabelecidas pela Lei n.º 3/2025 e pelo Decreto-Lei n.º 42/2025, o programa destina-se a reforçar os sistemas, instituições e melhorias de governação que sustentam a estratégia fiscal, preparação orçamental, mobilização de receitas, controlo de despesas, reporte financeiro, investimento público e responsabilidade em todo o Setor Administrativo Público.

Quadro Legal e **Regulatório:** A Lei n.º 3/2025 e o Decreto-Lei n.º 42/2025 estabelecem um quadro comum para o planeamento orçamental, gestão do tesouro, contabilidade, relatórios, controlo interno e monitorização do desempenho entre AC, Segurança Social e RAEOA. O quadro esclarece as responsabilidades institucionais, os regimes financeiros e as competências delegadas, ao mesmo tempo que reforça os requisitos de transparência, reporte fiscal e a utilização de sistemas de gestão financeira do Governo.

A implementação do novo quadro inclui a utilização obrigatória de sistemas aprovados de gestão financeira, de ativos, de dívida e contratuais; controlos mais claros sobre compromissos e pagamentos; melhoria do registo dos bens públicos e das obrigações contratuais; e relatórios mais consistentes entre entidades governamentais. Estas reformas visam reduzir práticas fragmentadas, melhorar a fiabilidade da informação fiscal e reforçar a responsabilização pelo uso dos recursos públicos.

Estratégia Fiscal e Gestão do Risco Fiscal**:** O programa de reformas está a reforçar a capacidade do Governo para gerir as finanças públicas num quadro fiscal de médio prazo. Isto inclui a utilização de Estimativas Futuras, tetos de despesa a médio prazo, análise da dívida, projeções de sustentabilidade fiscal e melhor identificação de riscos fiscais.

Estão a ser realizados trabalhos adicionais para reforçar a monitorização das empresas estatais, parcerias público-privadas, garantias, passivos contingentes e outras potenciais demandas ao Orçamento. Estas reformas são particularmente importantes no contexto da contínua dependência de Timor-Leste do financiamento do Fundo Petrolífero, pois fornecem uma base mais sólida para avaliar a acessibilidade, controlar compromissos a longo prazo e proteger o espaço fiscal.

Reforma das Contratações e **Contratos:** O Decreto-Lei n.º 1/2025 moderniza o quadro de contratação pública e contratos através de uma concorrência mais forte, procedimentos de aquisição mais claros, melhores requisitos de relação qualidade-

preço e uma preferência de 10 por cento por fornecedores locais elegíveis. As reformas legais estão a ser apoiadas por documentos padrão de aquisição, modelos, orientações, formação e o desenvolvimento contínuo da aquisição eletrónica.

Entre 2015 e 2025, contratos com um valor total registado de aproximadamente 1,9 mil milhões de dólares foram acompanhados através dos sistemas governamentais. A aquisição competitiva representou aproximadamente 79 por cento do valor registado do contrato em 2024, enquanto o tempo médio necessário para processar faturas caiu para cerca de 14 dias. Estas melhorias são significativas, embora continuem a ser necessárias reformas no planeamento de aquisições, avaliação de empreiteiros, administração de contratos e monitorização da implementação. Isto é diretamente relevante para as conclusões da consulta cidadã, nas quais 61,1 por cento dos inquiridos identificaram o fraco desempenho dos empreiteiros como uma preocupação significativa.

A próxima fase da reforma dará, portanto, maior ênfase à implementação operacional, incluindo a profissionalização dos recursos humanos na área do aprovisionamento, melhores contratos, tratamento de reclamações e revisão, melhoria da informação sobre a gestão contratual e uma integração mais estreita entre aquisições, compromissos, pagamentos e monitorização de projetos.

***Investimento Público e Gestão de Ativos*:** A gestão do investimento público está a ser reforçada para melhorar a qualidade, prontidão e execução dos projetos de capital. As reformas abrangem a avaliação e seleção de projetos, cálculo de custos, prontidão para aquisições, orçamentação plurianual, monitorização da implementação e gestão do pipeline do Fundo das Infraestruturas.

A melhoria da gestão de ativos públicos está também a ser introduzida através de registos de ativos mais completos, uma responsabilidade institucional mais clara pela informação dos ativos e ligações mais fortes entre os ativos físicos e os registos financeiros do Governo. Com o tempo, informações melhoradas sobre avaliação, depreciação e deterioração apoiarão um relatório de balanço mais fiável e um melhor planeamento para a manutenção e substituição da infraestrutura e equipamentos públicos.

***Gestão do Tesouro e Relatórios Financeiros*:** O princípio da unidade do tesouro fortalece o controlo do Governo sobre os recursos públicos ao consolidar a gestão financeira através do Tesouro Central do Estado. Apoiadas pelo sistema de Planeamento de Recursos do Governo, melhoria da previsão de caixa, reconciliação bancária regular

e a contínua expansão dos pagamentos eletrónicos, as reformas visam melhorar a gestão da liquidez, o controlo das despesas e a pontualidade dos pagamentos.

O programa de reforma inclui também a contínua descentralização de funções selecionadas do Tesouro para os municípios, apoiada por arranjos legais mais claros, acesso ao sistema, formação, reporte e supervisão central. Isto destina-se a melhorar a prestação de serviços, mantendo controlos nacionais consistentes.

Um Plano de Contas melhorado e o reforço dos acordos de reporte financeiro apoiarão informações mais fiáveis sobre receitas, despesas, financiamento, ativos e passivos. É necessário trabalho adicional para garantir que as classificações orçamentais, relatórios do Tesouro e demonstrações financeiras consolidadas utilizam definições consistentes e são suportados por dados precisos dos sistemas subjacentes.

***Reforma da Contabilidade do Setor Público*:** O Governo continua a transição para as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público através de um quadro contabilístico duplo. A contabilidade orçamental continuará com uma base de caixa modificada, enquanto a contabilidade financeira avançará progressivamente para uma base de competência.

O Conselho Contabilístico de Timor-Leste, estabelecido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 42/2025, é responsável por apoiar a normalização e harmonização das normas contabilísticas do setor público. A implementação exigirá trabalho contínuo nas políticas contabilísticas, no Plano de Contas, no reconhecimento de ativos e passivos, consolidação, capacidade de pessoal e configuração do sistema.

O reforço do registo de ativos apoiará os cálculos de depreciação, a preparação das demonstrações financeiras e a elaboração de relatórios do balanço. Embora a base legal para a reforma já tenha sido estabelecida, a implementação completa do acréscimo será necessariamente faseada, dada a dimensão dos requisitos institucionais, técnicos e de dados envolvidos.

***Mobilização e Administração de Receitas Internas*:** O reforço das receitas internas é central para a estratégia fiscal de longo prazo do Governo. A introdução planeada do IVA em 2027 deverá alargar a base de receitas e apoiar uma redução gradual da dependência dos levantamentos do Fundo Petrolífero. A sua implementação bem-sucedida dependerá da conclusão dos acordos legais, administrativos, institucionais e de sistemas de informação necessários.

A reforma da administração de receitas inclui o desenvolvimento de um sistema integrado de administração fiscal, melhoria do registo dos contribuintes, entrega e

pagamento eletrónicos, gestão de conformidade, auditoria, gestão de atrasos e uma troca de dados mais forte entre impostos, alfândega, Tesouraria, bancos e outros sistemas governamentais. A experiência internacional sugere que uma administração fiscal mais forte pode gerar ganhos substanciais de receitas, embora o impacto fiscal real em Timor-Leste dependa do desenho das políticas, da conformidade, da capacidade de implementação e da dimensão da base tributária formal.

As reformas na administração aduaneira e na facilitação do comércio também estão a ser promovidas através da ASYCUDA, da Janela Única Nacional e da integração mais forte da informação das receitas aduaneiras com o sistema fiscal mais amplo. Paralelamente, o Governo continuará a procurar uma maior parte da assistência ao desenvolvimento através de sistemas nacionais de planeamento, orçamento, Tesouraria e reporte, melhorando assim a previsibilidade, reduzindo a fragmentação e fortalecendo o envelope global de recursos públicos.

Transformação Digital e Sistemas de Informação: A transformação digital é um componente central e habilitador do programa de reforma de GFP. A chegada do Sistema de Cabos Submarinos do Timor-Leste Sul representa uma melhoria significativa na conectividade digital nacional e cria uma oportunidade para reforçar os sistemas governamentais, a resiliência institucional e o acesso aos serviços públicos.

Um programa proposto de três anos procurará converter esta conectividade expandida numa capacidade operacional mais forte nos Ministérios das Finanças, Educação, Saúde e Agricultura. No Ministério das Finanças, a modernização contínua do sistema GRP, Acompanhamento de Faturas, Acompanhamento de Pagamentos Antecipados, *e-Procurement* e ferramentas de reporte relacionadas reforçarão o controlo de compromissos, processamento de pagamentos, gestão de contratos e supervisão fiscal.

O programa de reforma inclui também uma melhor interoperabilidade entre GRP, impostos, alfândega, aquisições, processamento salarial e outros sistemas governamentais. Isto deverá reduzir a reconciliação manual, melhorar a consistência dos dados e permitir aos decisores obter uma imagem mais completa e atempada das finanças públicas. O investimento na segurança do sistema, capacidade dos centros de dados, continuidade do negócio e apoio ao utilizador continuará a ser necessário para garantir que estas reformas sejam sustentáveis.

***Controlo Interno, Auditoria e Supervisão Externa*:** O programa mais amplo de reformas inclui o reforço do controlo interno e da auditoria interna em todo o Governo. Isto implica responsabilidades de gestão mais claras, auditoria baseada em risco

melhorada, supervisão mais rigorosa das despesas de alto risco e um acompanhamento mais sistemático dos resultados das auditorias.

O escrutínio externo está também a ser reforçado através do papel da Câmara de Contas, da supervisão parlamentar e da publicação de informações fiscais e de desempenho. Com o tempo, uma auditoria financeira e de desempenho mais rigorosa, combinada com respostas institucionais mais consistentes às recomendações da auditoria, deverá melhorar a responsabilização e proporcionar um ciclo de retroalimentação mais forte entre a execução orçamental, a avaliação e a futura alocação de recursos.

***Capacidade Institucional e Governação da Reforma*:** A sustentabilidade do programa de reforma dependerá da capacidade das instituições e do pessoal para operar os novos sistemas e processos. O Governo está, por isso, a reforçar a coordenação de reformas, a gestão do desempenho e o desenvolvimento profissional no Ministério das Finanças e entre as entidades orçamentais.

Isto inclui a integração dos Planos de Ação Anuais na DBFTL, a utilização de indicadores institucionais e do Quadro Comum de Resultados, bem como o desenvolvimento de competências e formação em GFP. Será também necessária uma governação reformista mais forte para coordenar a reforma jurídica, a implementação do sistema, a mudança organizacional e o apoio aos parceiros de desenvolvimento, reduzindo ao mesmo tempo a dependência de assistência técnica fragmentada ou autónoma.

***Marcadores Orçamentais Transversais e a Base Estatística*:** O Governo está a reforçar os marcadores orçamentais transversais para igualdade de género, inclusão das pessoas com deficiência e alterações climáticas. Estes marcadores destinam-se a melhorar a identificação e o acompanhamento das despesas face às prioridades nacionais e compromissos transversais, ao mesmo tempo que apoiam uma análise mais informada de quem beneficia dos programas públicos.

O Inquérito de Timor-Leste aos Padrões de Vida de 2024 e o Censo de População e Habitação de 2022 fornecem uma base estatística atualizada para o desenho de políticas, segmentação e monitorização do desempenho. Estes conjuntos de dados, juntamente com a melhoria da informação administrativa proveniente dos sistemas orçamentais, de receitas e de prestação de serviços, apoiarão decisões de alocação mais baseadas em evidências e uma avaliação mais credível dos resultados entre setores.

***Um Processo Orçamental Mais Estratégico*:** Coletivamente, as reformas descritas nesta secção representam uma das transformações mais significativas do quadro de

gestão financeira pública de Timor-Leste desde a independência. O Orçamento Geral do Estado para 2027 é o primeiro orçamento a reunir evidências de consulta dos cidadãos, prioridades políticas aprovadas pelo Conselho de Ministros, Estimativas Antecipadas, planeamento fiscal a médio prazo, revisão estruturada de políticas, reforma das contratações, reforma da administração de receitas e a introdução progressiva da contabilidade por competência num processo de preparação orçamental mais integrado.

A nova abordagem estabelece uma relação mais clara entre planeamento, política, orçamento, execução, relatórios e desempenho. Ao combinar prioridades dos cidadãos, orientação política governamental e sistemas de GFP reforçados, o Orçamento Geral do Estado para 2027 proporciona um quadro mais coerente para a alocação de recursos públicos limitados, com maior disciplina, transparência e responsabilização.

A importância da reforma dependerá, em última análise, da implementação. Se o Governo conseguir aplicar o novo quadro de forma consistente, proteger o Fundo do Petróleo, mobilizar receitas internas mais fortes, melhorar a eficiência da despesa e direcionar o espaço fiscal disponível para as políticas e investimentos de maior prioridade, o Orçamento Geral do Estado para 2027 marcará o início de uma abordagem mais estratégica, transparente e sustentável às finanças públicas. Isto, por sua vez, proporcionará uma base institucional mais forte para o crescimento económico não petrolífero, a melhoria dos serviços públicos e a prosperidade a longo prazo exigida pelo povo de Timor-Leste.

3. Revisão de Despesas e Teto Orçamental

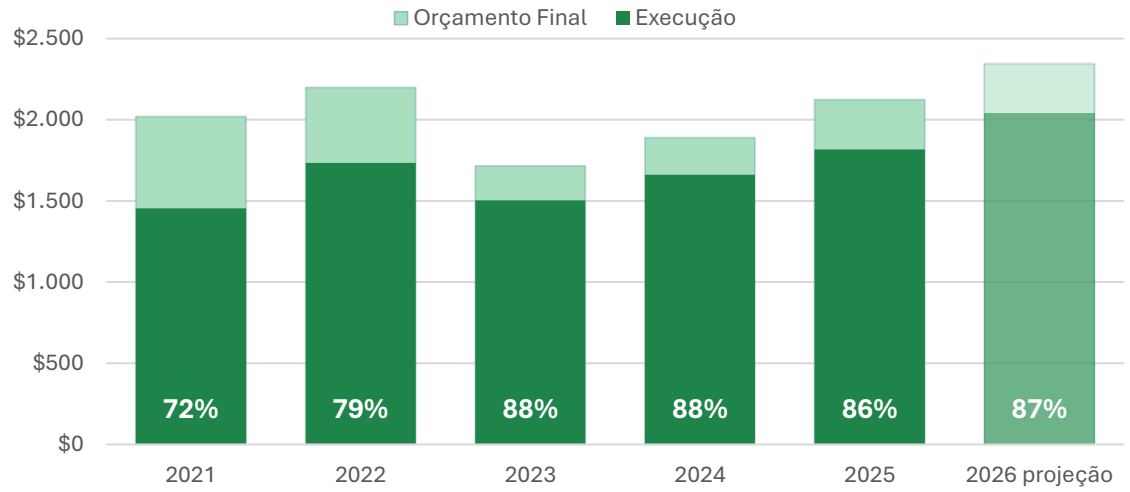
3.1. Evolução Recente das Despesas

Esta secção analisa as tendências de alocação e execução orçamental para o período de 2021 a 2026. A análise abrange a Administração Central e a RAEOA, incluindo transferências do Estado para o Fundo de Segurança Social. Fornece uma visão geral dos desenvolvimentos recentes das despesas, alterações na composição dos gastos, desempenho da execução e as implicações para a preparação do Orçamento Geral do Estado para 2027.

Entre 2021 e 2026, o orçamento final aprovado aumentou de aproximadamente 2,0 mil milhões de dólares para 2,3 mil milhões, representando um aumento de cerca de 16 por cento. O orçamento atingiu um máximo histórico inicial de 2,2 mil milhões de dólares em 2022. Após a racionalização das despesas através do Orçamento de Retificação de 2023, o orçamento aprovado foi reduzido para 1,7 mil milhões de dólares. No entanto, entre 2024 e 2026, o orçamento aumentou novamente cerca de 37 por cento.

A execução orçamental também melhorou durante este período. Com base nos dados do GRP, a taxa de execução aumentou de 72 por cento em 2021 para 88 por cento em 2024, e caiu ligeiramente para 86 por cento em 2025. Para 2026, prevê-se que a taxa de execução atinja cerca de 87 por cento. Se for alcançado, isto representaria os níveis nominais mais elevados de despesa anual em numerário registados pelo Governo.

Figura 12. Orçamento Final e Despesas 2021-2026 (AC e RAEOA), milhões de dólares



*Fonte: GRP, Ministério das Finanças, Junho 2026 *Nota – Números não consolidados e inclui tranefrências da Administração Central para a RAEOA, Exemplo: em 2025 a Administração Centra transferiu 10 milhões de dólares para a RAEOA RAEOA Signifando que o orçamento consolidado de $10 milhões é menor que apresentado acima*

A Tabela 11 apresenta os principais valores orçamentais de 2021 a 2025, como alocações originais e finais, despesas em numerário e obrigações e compromissos pendentes. Durante este período, os compromissos pendentes tiveram uma média de 35 milhões de dólares por ano, enquanto as obrigações pendentes de final de ano foram de 60 milhões de dólares por ano. Estes números sugerem que, embora a execução tenha melhorado, a gestão de compromissos e obrigações continua a ser uma área importante para monitorização contínua.

Tabela 11. Números Principais do Orçamento 2021-2025, milhões de dólares

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025
Original	1.895	1.885	1.920	1.890	2.125
Atual	2.030	2.211	1.717	1.890	2.125
Despesa em numerário	1.462	1.743	1.503	1.660	1.817
Compromisso pendente	54	45	34	8	34
Obrigação pendente	84	90	46	49	31
Taxa de Execução (%)	72	79	88	88	88
Contratos Não Executados (%)	3,4	2,4	2,1	0,4	1,6
Taxa de Pagamento Pendente (%)	5,4	4,9	3,0	2,6	1,5

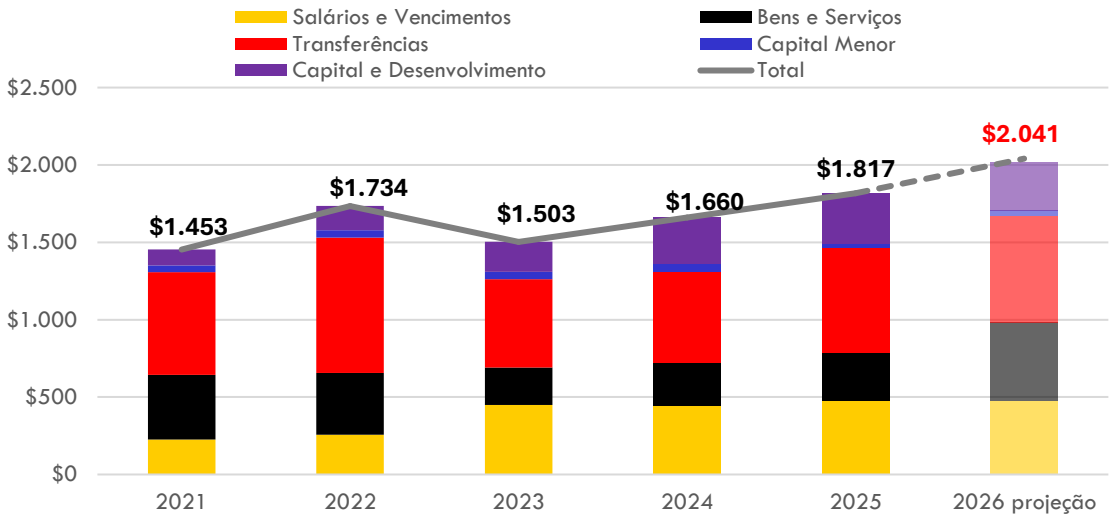
Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2026

A despesa anual em numerário aumentou 25 por cento entre 2021 e 2025. Após a baixa execução em 2020 devido ao início da pandemia COVID-19, os gastos aumentaram significativamente 29 por cento e 19 por cento em 2021 e 2022, respetivamente. Isto deveu-se principalmente ao aumento dos gastos de transferência. A despesa diminuiu em 2023 após a racionalização das despesas pelo novo Governo, mas voltou a aumentar 21 por cento entre 2023 e 2025. Prevê-se que aumente ainda mais em 2026, cerca de 12,3 por cento, o que está acima das taxas combinadas de inflação e crescimento populacional.

A composição das despesas nos últimos cinco anos tem sido dominada por despesas recorrentes, nomeadamente despesas com salários e vencimentos, Bens e Serviços e Transferências. A despesa recorrente representou 86 por cento do total em 2020 e aumentou para 90 por cento em 2021, restando apenas 10 por cento do total de despesas de capital. A quota das despesas de capital aumentou para 16 por cento em

2023 e para 21 por cento em 2024, à medida que o IX Governo Constitucional deu maior ênfase ao desenvolvimento económico e ao crescimento. No entanto, a participação de capital desceu para 19 por cento em 2025, principalmente devido ao aumento significativo das transferências relacionadas com benefícios para veteranos. Prevê-se que diminua ainda mais para 17 por cento em 2026, em parte porque a dotação do Fundo das Infraestruturas foi reduzida para financiar medidas de emergência no âmbito do Orçamento Retificativo de 2026.

Figura 13. Despesa Governamental Total 2021-2026, milhões de dólares



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2026

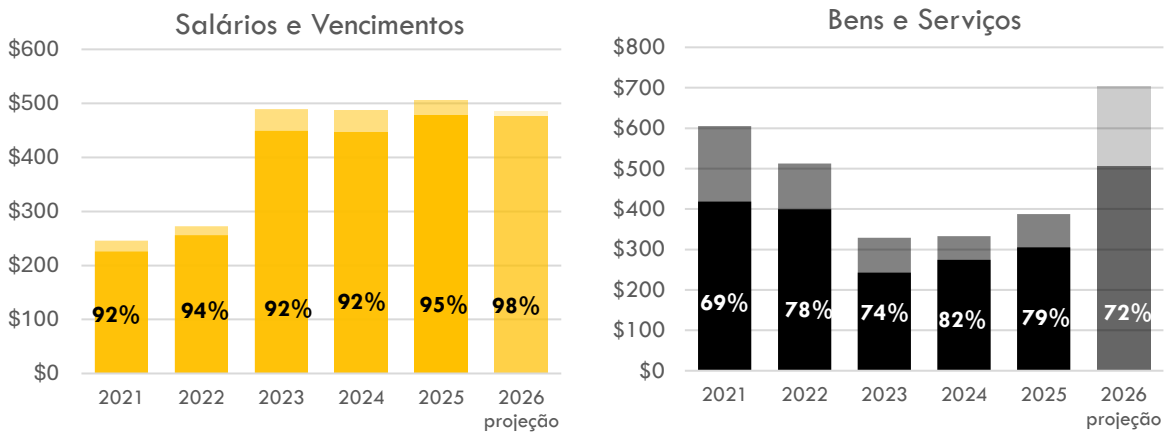
Uma análise mais detalhada das despesas recorrentes mostra que os salários e vencimentos tiveram taxas de execução relativamente elevadas e estáveis. Em contraste, as taxas de execução de Bens e Serviços variaram significativamente nos últimos cinco anos. Os gráficos também mostram uma grande diminuição nos gastos com Bens e Serviços em 2023, enquanto os gastos em salários e vencimentos aumentam de 256 milhões de dólares para 449 milhões de dólares (ver Figura 14).

Este aumento de salários deveu-se em parte à contratação de novos professores sob o IX Governo. No entanto, uma parte significativa do aumento reflete alterações na classificação das despesas. Antes de 2023, as despesas com Consultores Nacionais e Internacionais eram registadas ao abrigo da Secção de Bens e Serviços. A partir de 2023, esta despesa foi reclassificada como salários e vencimentos. Vários itens relacionados com viagens e subsídios dos funcionários também foram transferidos de Bens e Serviços para salários e vencimentos. Além disso, a contribuição do Estado para o Fundo de Segurança Social, que anteriormente estava incluída em Transferências Públicas, passou para o Salário e Salários em 2023. Como resultado, o aumento dos salários e

vencimentos após 2023 deve ser interpretado com cuidado, pois reflete tanto o crescimento genuíno das despesas como as alterações de classificação (ver Figura 15).

Após 2023, as despesas em Bens e Serviços continuaram a aumentar, especialmente no orçamento de 2026. A alocação aumentou mais de 81 por cento em comparação com 2025. Parte deste aumento pode ser explicada por novas despesas relacionadas com a PNTL, adesão à ASEAN e outras necessidades operacionais. No entanto, parte do aumento pode também refletir excesso orçamental e pode não ser totalmente executada durante o ano fiscal.

Figura 14. Orçamento e Dados de Execução para Salários & Salários e Bens & Serviços, milhões de dólares



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2026

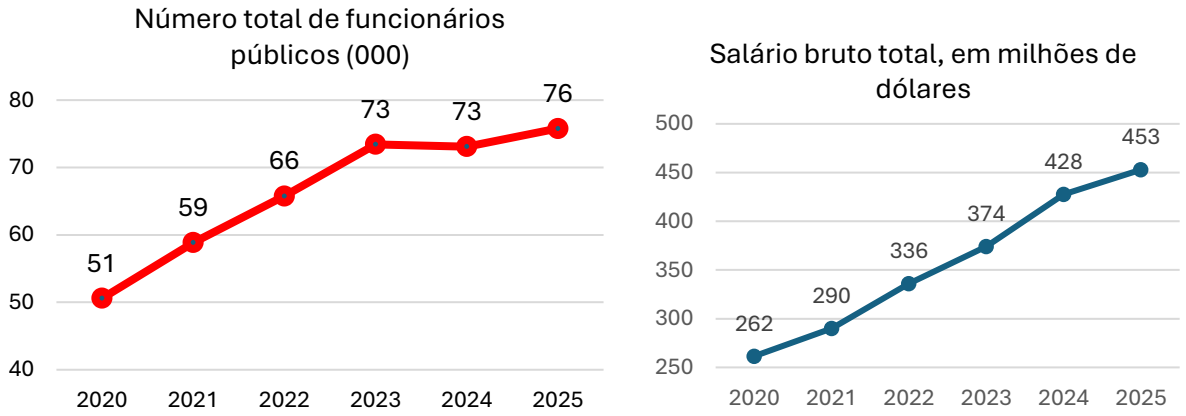
Devido à falta de um mapeamento claro ao nível do item e por linhas das categorias antigas para as novas, não é possível analisar totalmente a despesa histórica antes de 2023 sob a nova classificação. Por esta razão, os dados de processamento salarial fornecem uma fonte adicional importante para analisar os fatores que impulsionam a despesa salarial.

Os dados da folha de pagamento registam o número total de empregados a trabalhar para a CA e a RAEOA e os seus salários brutos totais. Estes valores excluem subsídios variáveis, como bilhetes de avião e diárias, e não incluem funcionários de entidades extra-orçamentais, como empresas públicas. A Figura 15 abaixo mostra o total de despesas salariais e o número total de funcionários do Governo de acordo com dados de processamento salarial de 2020 a 2025.

O primeiro gráfico mostra que as despesas salariais aumentaram cerca de 73 por cento entre 2020 e 2025. O maior aumento anual ocorreu em 2023, quando os gastos salariais subiram 16 por cento. O gráfico à direita mostra que o aumento foi parcialmente

impulsionado pelo maior número de funcionários. O quadro de funcionários aumentou 51 por cento entre 2020 e 2025, com o maior período de contratação a ocorrer em 2021, quando o quadro de funcionários aumentou 16 por cento.

Figura 15. Dados de Processamento de Empregos sobre Despesas e Pessoal

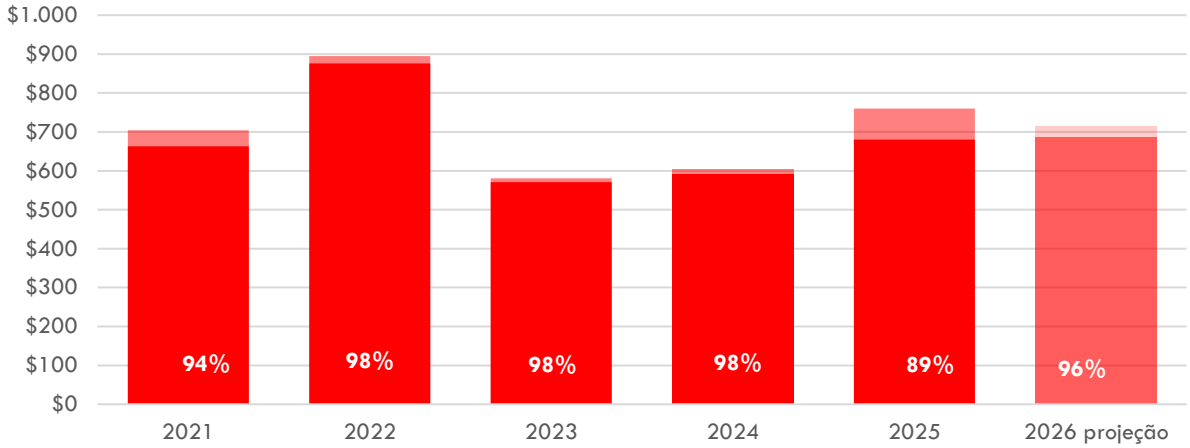


Note-se que os números de funcionários refletem o total de contratações ao longo do ano, pois como alguns contratados são contratados apenas para uma parte do ano, estes números são superiores ao número total de colaboradores no final do ano.
Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2026

As transferências aumentaram significativamente durante o período COVID-19, atingindo quase 900 milhões de dólares em 2023. Este aumento deveu-se principalmente aos programas de bem-estar introduzidos durante a pandemia e às transferências para entidades públicas, incluindo a criação do EDTL e do BTL em 2020.

O Orçamento Retificativo de 2023 reduziu significativamente as despesas com transferências. As transferências mantiveram-se relativamente baixas em 2024, mas voltaram a subir em 2025, principalmente devido a um grande aumento de transferências para os Veteranos. O Orçamento Retificado de 2026 reduziu a alocação em comparação com 2025, embora o nível se mantenha substancialmente superior ao de 2024. Em termos de execução, as transferências registaram geralmente uma execução elevada nos últimos cinco anos, exceto em 2020, quando a execução foi afetada pela pandemia COVID-19, e em 2025, quando a execução foi afetada por questões administrativas relacionadas com a lista de veteranos.

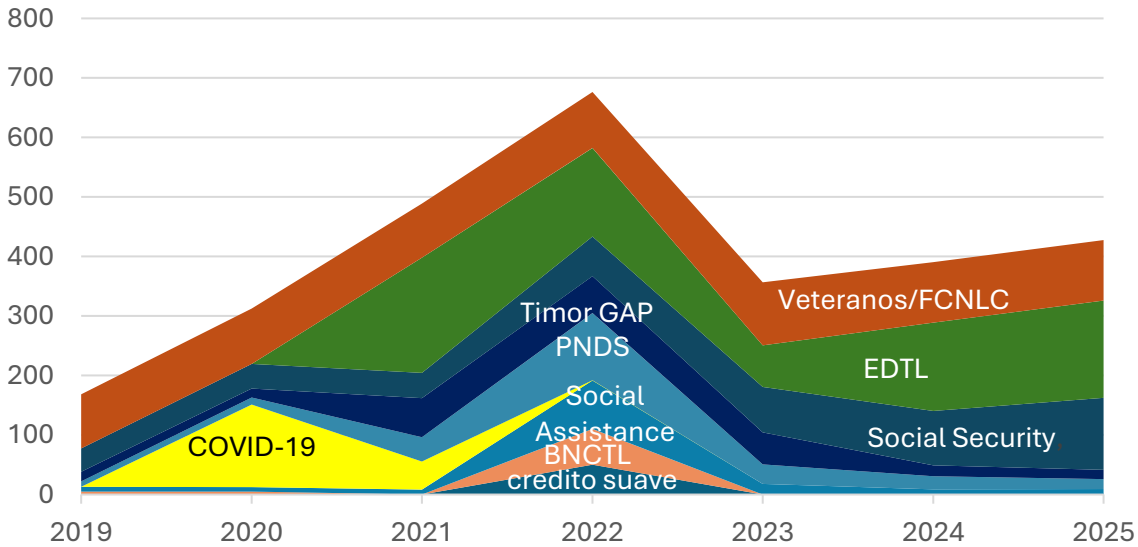
Figura 16. Transferência Orçamentada e Execução, milhões de dólares



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2026

A Figura 17 mostra os principais motores das despesas de transferência. Os maiores itens transferidos representaram mais de 60 por cento do total das despesas de transferências em cada ano de 2020 a 2025. Esta concentração indica que um número relativamente pequeno de programas de transferência tem uma influência significativa nas tendências globais de despesa.

Figura 17. Maior Despesa de Transferências 2019-2025, milhões de dólares



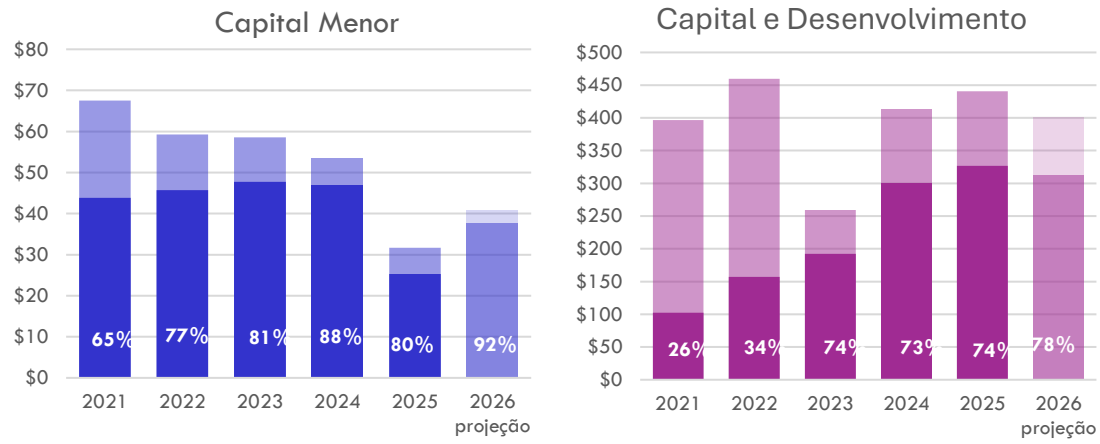
Fonte: Análise do DGPO baseada em dados de GRP, Ministério das Finanças, junho de 2026

As despesas em Capital de Desenvolvimento aumentaram no geral entre 2021 e 2025, tanto em termos de alocação como de despesa real. No entanto, a Capital de Desenvolvimento continuou a registar as taxas de execução mais fracas e mais variáveis entre todas as categorias económicas, com uma taxa média de execução de 56 por

cento entre 2021 e 2025. Isto sugere fraquezas persistentes na preparação de projetos, aquisições, planeamento de implementação e gestão de contratos.

No entanto, a despesa real tem aumentado de forma consistente todos os anos desde 2021. Em 2026, prevê-se que os gastos de capital sejam inferiores devido à redução da alocação ao Fundo das Infraestruturas após o Orçamento de Retificação. No entanto, espera-se que a taxa de execução melhore e possa atingir o nível mais alto registado nos últimos seis anos.

Figura 18. Orçamento e Execução para Despesas de Capital, milhões de dólares



Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2026

3.2. Orçamento Retificativo de 2026

Esta secção analisa a execução orçamental em 2026 a partir de 1 de julho e compara-a com a execução numa altura semelhante em 2025.

A taxa global de execução em 2026 é superior à de 2025, na mesma fase do ano fiscal. Isto deve-se em parte à execução de grandes pagamentos de subsídios de combustível. Um desenvolvimento positivo é a taxa de execução mais elevada das despesas em Capital de Desenvolvimento. Embora a execução de capital se tenha mantido baixa, nos 19 por cento no final de junho, isto representou uma melhoria de 5 pontos percentuais e um aumento de aproximadamente 28 milhões de dólares nas despesas efetivas em comparação com o mesmo período de 2025. Isto pode refletir melhorias nos processos de aquisição e implementação de projetos.

Tabela 12. Comparação entre a taxa de execução do OGE 2026 e do OGE 2025 no mesmo período do ano passado, milhões de dólares

Categoria Económica	OGE original 2025	OGE atual 2025 a 1 de julho	Experiência em Dinheiro OGE 2025 a 1 de julho	Taxa de execução OGE 2025 a 1 de julho %	OGE original 2026	Atual OGE 2026 a 1 de julho	Experiência em Caixa OGE 2026 a 1 de julho	Taxa de execução OGE 2026 a 1 de julho %
Salário e Vencimento	490	506	220	*44%*	483	486	226	*47%*
Bens e Serviços	415	387	100	*26%*	473	703	261	*37%*
Transferências	758	760	299	*39%*	790	714	296	*41%*
Capital Menor	23	32	2	*6%*	39	42	1	*3%*
Capital & Desenvolvimento	440	441	48	*11%*	460	401	76	*19%*
Total	**2.125**	**2.125**	**668**	***31%***	**2.245**	**2.346**	**859**	***37%***

Fonte: Ministério das Finanças, 1 de julho de 2026

A Tabela 13 mostra a taxa atual de execução de todos os programas com alocação superior a 1 milhão de dólares no orçamento de 2026. O desempenho da execução varia significativamente entre programas. Entre os programas maiores com alocações superiores a 100 milhões de dólares, Estradas e Pontes, o investimento em diversificação económica e programas de eletricidade registaram algumas das taxas de execução mais baixas.

A 1 de junho, o Governo já tinha gasto 19 por cento da dotação de Estradas e Pontes, 10 por cento da dotação de investimento e diversificação económica, e 8 por cento da eletricidade. Em comparação, vários outros grandes programas tiveram uma taxa de execução superior a 30 por cento. A baixa taxa de execução das Estradas e Pontes reflete a natureza intensiva em capital do programa, que depende da aquisição, prontidão do projeto, mobilização de empreiteiros e condições meteorológicas. A implementação também foi afetada pela redução da atividade dos empreiteiros durante a época chuvosa na primeira metade do ano.

A baixa execução do programa de eletricidade está relacionada com a transferência para a EDTL, que foi temporariamente adiada durante o processo de Orçamento Retificativo, mas deverá ser executada antes do final do ano. Por fim, a baixa execução do investimento e da diversificação económica explica-se pela inclusão de duas grandes medidas de retificação, a segurança alimentar e a segurança energética, que ainda não tinham sido implementadas em meados de junho.

Programas que dependem mais fortemente de transferências ou salários, como Inclusão Social e Educação Básica, registaram geralmente taxas de execução mais elevadas. Isto reflete o facto de que os programas recorrentes de despesa e transferências são geralmente mais fáceis de executar do que programas intensivos em capital.

Para programas com alocações entre 10 milhões e 100 milhões de dólares, a taxa de execução foi particularmente baixa em alguns programas, como o Tasi Mane e o Desenvolvimento Rural e Urbano. Isto deve-se em parte à sua dependência das despesas em desenvolvimento de capital, mas também reflete o facto de estes programas serem relativamente novos e poderem ainda estar a passar por processos de aquisição, preparação de projetos ou arranjos de implementação.

Por outro lado, programas bem estabelecidos como Política Externa e Segurança Nacional apresentam taxas de execução relativamente mais elevadas, de 47 por cento e 35 por cento, respetivamente. No entanto, vários programas do setor produtivo continuaram a registar uma execução fraca. A agricultura, apesar de ser um programa nacional prioritário bem estabelecido e apenas parcialmente dependente do desenvolvimento de capital, apresenta uma taxa de execução particularmente fraca de 14 por cento. Programas menores relacionados, como Pescas, Aquacultura e Gestão dos Recursos Aquáticos, e Pecuária, Veterinária e Tecnologia, também registaram baixas taxas de execução, respetivamente de 18 por cento e 9 por cento. Para o Turismo, outro setor prioritário, apresenta uma taxa de execução notavelmente fraca de 20 por cento (ver Tabela abaixo).

Estes resultados têm importantes implicações para o Orçamento Geral do Estado para 2027. Sugerem que os setores prioritários não só devem receber alocações orçamentais, mas também exigir um planeamento de implementação mais rigoroso, prontidão para aquisições, capacidade técnica e monitorização. A fraca execução na agricultura, pescas, pecuária, turismo e diversificação económica pode reduzir a eficácia da agenda mais ampla de transformação do Governo.

Tabela 13. Taxa de execução do programa com alocação superior a 1 milhão de dólares até 16 de junho (em milhões de dólares)

Não	Programa	Orig. Orçamento	Orçamento correto	Atual, junho	Ex. taxa, junho
1	Inclusão Social	392,0	391,0	154,4	39%
2	Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	372,3	366,0	108,6	30%
3	Desenvolvimento do campo de gás Greater Sunrise	52,0	231,4	173,5	75%

4	Estradas e Pontes	217,8	192,6	36,8	19%
5	Eletricidade	138,6	129,3	10,8	8%
6	Investimento e Diversificação Económica	97,0	114,8	11,8	10%
7	Educação Básica	108,9	109,0	45,2	41%
8	Segurança Nacional	69,8	72,1	25,4	35%
9	Gestão das Finanças Públicas	69,8	68,2	16,5	24%
10	Implementação do Projeto Tasi Mane	66,6	63,7	1,2	2%
11	Cuidados de saúde secundários e terciários	58,5	58,6	15,9	27%
12	Cuidados Primários de Saúde	55,9	55,4	17,1	31%
13	Contingência	45,0	52,3	-	0%
14	Política Externa de Timor-Leste	54,1	47,6	22,5	47%
15	Descentralização Administrativa e Autoridade Local	37,1	37,2	14,3	39%
16	Aeroporto	44,5	36,3	10,6	29%
17	Defesa Nacional	30,1	28,7	8,9	31%
18	Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	30,1	27,4	3,8	14%
19	Desenvolvimento de políticas e boas práticas na indústria	52,2	27,2	5,4	20%
20	Água e Saneamento	25,8	23,5	9,4	40%
21	Ensino Secundário	21,8	21,8	6,9	31%
22	Investigação académica	19,2	19,2	6,5	34%
23	Acesso à Justiça	19,3	18,5	5,7	31%
24	Ensino Superior	13,7	13,6	4,8	35%
25	Educação Pré-Escolar	10,6	10,6	3,2	30%
26	Integridade, administração e supervisão eleitorais	6,2	10,2	0,1	1%
27	Garantir o exercício do parlamento	10,1	10,1	4,6	45%
28	Trazendo os Serviços dos Tribunais de População	9,4	9,4	2,3	24%
29	Resposta às Estruturas Danificadas pela Calamidade	17,6	9,3	4,5	49%
30	Desenvolvimento Rural e Urbano	10,6	8,5	0,5	6%
31	Transportes	8,0	7,9	1,4	17%
32	Revitalização Comunitária	7,6	7,4	0,9	12%

33	Blocos de exploração petrolífera em terra e offshore	6,1	5,3	2,0	38%
34	Tecnologias de Informação e Comunicações	9,8	4,9	0,7	14%
35	Desenvovimento do Setor da Comunicação Social	4,8	4,8	1,4	30%
36	Cultura e património	5,0	4,8	0,9	20%
37	Política Estratégica Nacional	2,1	4,6	0,7	16%
38	Turismo	5,6	4,1	0,8	20%
39	Áreas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	4,0	4,0	0,0	0%
40	Implementação da Habitação comunitária digna	3,3	3,2	0,3	9%
41	Controlar a qualidade de projetos públicos	3,2	3,2	1,1	34%
42	Reforma da Gestão de Recursos Humanos na Administração	2,3	2,3	0,7	31%
43	Pecuária, Veterinária e Tecnologia	2,0	2,0	0,2	9%
44	Relações Internacionais e Cooperação do Parlamento	1,9	1,9	0,2	11%
45	Conectividade de infraestruturas	1,7	1,7	-	0%
46	Proteção e Conservação do Ambiente	1,7	1,7	0,3	16%
47	Pescas, Aquicultura e Gestão dos Recursos Aquáticos	1,5	1,5	0,3	18%
48	Desenvolver um sistema de Comunicação Institucional	1,4	1,4	0,4	29%
49	Reforma Administração Local e Simplificação Administrativo	1,3	1,3	0,4	26%
50	Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República	1,3	1,3	0,7	52%
51	Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	1,4	1,3	0,3	22%
52	Garantir a Liberdade de Expressão e o Acesso à Informação	1,1	1,1	0,3	23%
53	Ordenação Territorial	1,1	1,1	0,3	23%
54	Adaptações	1,0	0,9	-	0%

Fonte: GRP, Ministério das Finanças, junho de 2026

3.3. Despesa Obrigatória 2027

A despesa obrigatória para o Orçamento Geral do Estado para 2027 é estimada em aproximadamente 1,41 mil milhões de dólares. Esta categoria inclui despesas públicas que devem ser incorridas de acordo com a lei, acordos vinculativos, compromissos

contratuais, memorandos de entendimento ou a natureza essencial do serviço prestado. Inclui obrigações legais, pagamentos contratuais, despesas recorrentes críticas e compromissos de capital contínuos.

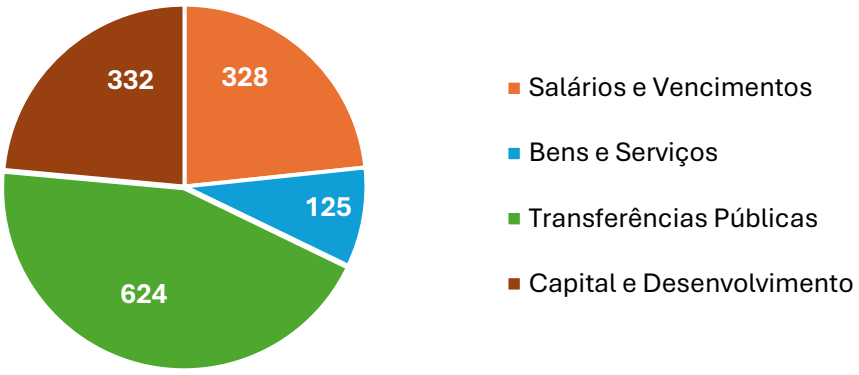
A maior parte das despesas obrigatórias são as Transferências Públicas, estimadas em aproximadamente 624 milhões de dólares. Isto inclui cerca de 287 milhões de dólares para transferência social, maioritariamente relacionados com os benefícios dos veteranos. Outros itens importantes de transferência incluem reembolsos de empréstimos e juros, transferências para municípios e transferências para empresas públicas. As transferências para empresas públicas são estimadas em cerca de 180 milhões de dólares, maioritariamente para EDTL.

Salários e Vencimentos são outro componente importante da despesa obrigatória. O Governo é obrigado a cumprir as obrigações salariais dos funcionários públicos sob regimes permanentes e especiais, assim como nós, bem como dos titulares de cargos políticos. Os salários e vencimentos estão estimados em cerca de 328 milhões de dólares em 2027.

As obrigações de capital e desenvolvimento são estimadas em aproximadamente 332 milhões de dólares. Isto inclui projetos em curso do Fundo das Infraestruturas e projetos de infraestruturas implementados por outras entidades públicas. Estes compromissos refletem a necessidade de concluir projetos existentes e cumprir obrigações contratuais antes de criar compromissos adicionais de capital.

Os Bens e Serviços Essenciais estão estimados em aproximadamente 125 milhões de dólares. Estas incluem combustível, bens públicos, equipamento essencial e outras despesas operacionais consideradas necessárias para manter as funções essenciais do Governo.

Figura 19. Despesa Obrigatória Ascendendo a 1,41 mil milhões de dólares por categorias (milhões de dólares)



Fonte: DGPO & GRP, Ministério das Finanças, junho de 2026

As despesas obrigatórias em 2027 são impulsionadas pela inflação e pelo crescimento populacional, mas o montante global é parcialmente moderado por uma alocação ligeiramente inferior de salários e vencimentos. No geral, prevê-se que a despesa obrigatória em 2027 se mantenha, de forma geral, semelhante ao nível estimado em 2025, cerca de 1,41 mil milhões de dólares.

Este nível significativo de despesa obrigatória tem implicações importantes para o Orçamento Geral do Estado para 2027. Isto exerce maior pressão sobre o espaço orçamental disponível para novas medidas políticas e reforça a necessidade de uma prioridade cuidadosa das despesas. Destaca também a importância de rever a eficiência, acessibilidade e sustentabilidade a longo prazo dos compromissos existentes, particularmente em transferências, subsídios, salários e projetos de capital.

3.4. Tetos de Despesa para o Setor Público Administrativo

A Tabela 14 apresenta os limites propostos de despesa para o Setor Administrativo Público. Estes limites abrangem a AC, a RAEOA e o Fundo de Segurança Social. Uma explicação mais detalhada dos tetos totais de despesa é fornecida na secção de projeções macro fiscais deste documento. A tabela abaixo apresenta uma divisão indicativa entre a AC, a RAEOA e o Fundo de Segurança Social. As decisões finais sobre estes limites serão tomadas através do processo do Comité de Revisão de Políticas.

Estes números correspondem às estimativas indicativas futuras anunciadas na primeira circular enviada aos ministérios em maio. Refletem o custo de manter as políticas existentes nos próximos seis anos, tendo em conta parâmetros como a inflação, o crescimento populacional, a reforma obrigatória dos funcionários públicos e políticas governamentais específicas, que podem impulsionar as estimativas para cima ou para baixo.

Como as novas propostas políticas dos ministérios ainda não foram aprovadas para o ano fiscal de 2027, estes números baseiam-se numa suposição de que não haveria alterações políticas. Isto significa que estimam o custo de continuar as políticas e serviços existentes, em vez do custo das novas medidas.

A aprovação de novas medidas políticas colocaria pressão ascendente sobre os valores orçamentados. No entanto, dada a capacidade limitada de execução do Governo, a despesa real poderá permanecer amplamente alinhada com as estimativas atuais, mesmo que algumas novas políticas sejam aprovadas. Isto reforça a importância de

avaliar não só a acessibilidade das novas propostas políticas, mas também a sua prontidão para a implementação e o perfil esperado de execução.

Tabela 14. Base de Despesas Consolidadas para o Setor Administrativo Público, milhões de dólares

Setor da Administração Pública	Orçamento Rectificado de 2026	Linha Base de 2027	2028 FE1	2029 FE2	2030 FE3	2031 FE4
AC	2.157,8	1.762,3	1.672,0	1.665,1	1.654,3	1.658,9
RAEOA	63,9	57,0	56,8	56,8	56,7	56,9
INSS	170,4	170,4	170,4	170,5	170,5	170,5
Total	**2.392,1**	**1.989,8**	**1.899,3**	**1.892,4**	**1.881,4**	**1.886,4**

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2026

A base indicativa de despesas para o Setor Administrativo Público está projetada entre 1.989,8 milhões de dólares em 2027 e 1.886,4 milhões de dólares em 2031. Para 2027, o espaço orçamental disponível para novas medidas políticas mantém-se moderado[11], especialmente tendo em conta o tamanho das despesas obrigatórias e a necessidade contínua de preservar a sustentabilidade fiscal.

Assim, os tetos proporcionam um ponto de partida disciplinado para o Orçamento Geral do Estado para 2027. Permitem ao Governo distinguir entre o custo de manutenção dos serviços existentes e o custo das novas decisões políticas. Apoiam também uma avaliação mais transparente dos compromissos fiscais, ajudando a garantir que as novas iniciativas sejam acessíveis, estrategicamente alinhadas e capazes de serem implementadas eficazmente.

[11] Explicação adicional fornecida na subseção 1.3.1.

4. Riscos Fiscais e Metodologia

4.1. Limites de Recursos Externos e Dívida

4.1.1. Empréstimos

O Governo utiliza empréstimos estrangeiros para satisfazer as suas necessidades de crédito. De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e a Lei do Regime da Dívida Pública n.º 13/2011, os empréstimos concessionais destinam-se principalmente à construção de infraestruturas estratégicas essenciais ao desenvolvimento nacional, de modo a apoiar a diversificação económica. Os termos dos empréstimos são descritos abaixo:

Tabela 15. Termos dos Empréstimos

Credor	Moeda	Empréstimo aprovado $ milhões	Período de Carência (anos)	Período de Amortização Original (anos)	Ano Completo	Taxa de juro 2026f
BAD	EUA, SDR	556,95	6	21	2065	3,74%
BM	EUA, SDR	134,18	7	23	2059	2,56%
JICA	JPY	68,72	10	20	2042	0,60%
AIFFP	EUA	45	5	20	2048	N/A
Total		**804.85**				

Nota: *O fundo AIFFP para o projeto do Aeroporto está atualmente em análise e ainda não entrou na fase de implementação. Portanto, não tem cobranças de juros aplicáveis.*
Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2026

A 11 de dezembro de 2024, o Conselho de Ministros decidiu cancelar vários acordos com o Banco Mundial e o BAD, reduzindo o total dos empréstimos em 428,17 milhões de dólares para 804,85 milhões de dólares.

Devido à sua grande quota e às taxas de juro globais persistentemente elevadas, espera-se que a taxa de crédito do BAD se mantenha elevada nos 3,74 por cento. Entretanto, prevê-se que a taxa de juro global da carteira desça para 3,2 por cento em 2026, após o cancelamento de vários empréstimos baseados no mercado. Embora ainda esteja abaixo do retorno projetado pelo Fundo Petrolífero de 3,3 por cento em 2026, isto

destaca a necessidade do Governo de priorizar o empréstimo a taxa fixa para manter custos possíveis de gerir de serviço da dívida.

Tabela 16. Custo do empréstimo vs retorno do PF

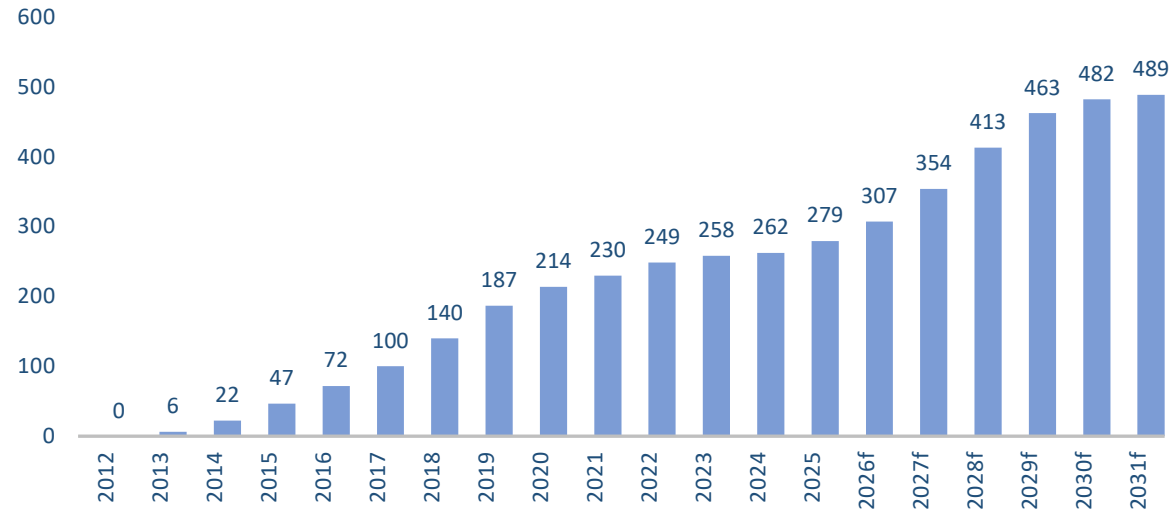
Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026f
Custo do empréstimo (taxa efetiva)	2,03%	1,50%	1,56%	3,25%	3,6%	3,3%	3,2%
Retorno histórico do FP (anual desde o início)	4,81%	4,90%	3,95%	4,27%	4,4%	4,4%	3,3%

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2026

As negociações com instituições de crédito internacionais indicam que alguns contratos de empréstimo podem ser alterados, podendo atrasar o desembolso. As previsões atuais sugerem que a dívida externa atingirá o pico em 2030 antes de diminuir. O Governo está também a considerar o reembolso antecipado, o que poderá reduzir ainda mais a dívida.

No final do ano fiscal de 2026, prevê-se que a dívida externa atinja aproximadamente 307,21 milhões de dólares. Prevê-se que os juros e taxas relacionadas aumentem de 8,9 milhões de dólares em 2025 para cerca de 9,4 milhões em 2026, impulsionados pela implementação de novos projetos financiados por empréstimos. Apesar deste aumento, a dívida externa mantém-se relativamente baixa em comparação com a dívida global do Governo.

Figura 20. Dívida Externa, milhões de dólares



Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2026

Em 2027, espera-se que os desembolsos aumentem à medida que vários contratos de construção e supervisão para novos projetos forem executados. Os desembolsos dos empréstimos estão projetados num nível moderado de 45 milhões de dólares, elevando o stock total de dívida para cerca de 354,05 milhões de dólares até ao final do ano. Para 2026, o governo está autorizado a contrair ou emitir dívida pública até um teto de 850 milhões de dólares, com um prazo máximo de 40 anos. O governo propõe manter este teto em 850 milhões de dólares em 2027, o que se prevê representar aproximadamente 40 por cento do PIB.

Os rácios de dívida do país registaram um aumento marginal nos últimos quatro anos. No entanto, a partir de 2023, houve uma ligeira diminuição nestes rácios, refletindo uma diminuição no desembolso dos empréstimos.

Tabela 17. Indicadores de Dívida Externa para o período 2021-2030, percentagem do PIB e Receita

	2025	2026f	2027f	2028f	2029f	2030f	2031f
Dívida Externa Total em relação ao PIB	14,0%	15,2%	16,6%	18,3%	19,5%	19,2%	18,5%
Serviço Total da Dívida em relação à Receita	3,0%	3,1%	3,8%	4,5%	5,1%	5,5%	5,4%
Dívida externa total	279,5	307,2	354,1	412,9	462,6	482,4	488,6
Serviço da Dívida	24,6	25,3	31,4	37,9	43,5	47,6	47,4
Receita (RSE+ receita interna)	**824**	**815**	**823,7**	**837,1**	**851,2**	**862,9**	**875,5**

Nota: Todas as informações apresentadas nesta tabela até junho de 2026

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2026.

Dívida Externa em relação ao PIB - A dimensão da dívida externa em relação ao PIB mantém-se abaixo do limiar de 30 por cento definido pelos quadros de sustentabilidade da dívida para países de baixos rendimentos com risco moderado de incumprimento. Em 2026, espera-se que a relação dívida/PIB seja de 15,2 por cento.

Serviço da Dívida/Receita (RSE+ Receita Interna) – Espera-se que a relação total do serviço da dívida/receitas aumente de 3,0 por cento em 2025 para 5,4 por cento em 2031, com o valor mais elevado previsto em 2029. Apesar da trajetória ascendente, os valores mantêm-se abaixo dos 14 por cento.

Tabela 18. Previsões de Serviço da Dívida, milhões de dólares

Credor	Serviço da Dívida	2025	2026f	2027f	2028f	2029f	2030f	2031f
BAD	Diretor	11,48	11,73	16,22	20,22	22,41	23,71	23,97
	Juros	7,06	7,49	9,07	10,24	11,28	11,47	10,63
	Acusações	-	-	-	-	-	-	
BM	Diretor	2,81	2,81	2,81	2,81	3,66	4,87	4,87
	Juros	1,65	1,67	1,68	1,76	1,79	1,75	1,77
	Acusações	-	-	-	-		-	
JICA	Diretor	1,39	1,39	1,39	1,39	1,39	1,39	1,39
	Juros	0,22	0,25	0,19	0,18	0,17	0,16	0,15
	Acusações	-	-	-	-		-	

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2026

4.1.2. Estado dos Projetos

Os custos dos projetos financiados por empréstimos concessionais provêm-se principalmente de três fontes diferentes: Empréstimo, Fundo das Infraestruturas e Subvenção. A Tabela 19 indica que o custo total do investimento dos projetos financiados por empréstimos entre 2012 e 2026 é estimado em 633,9 milhões de dólares, dos quais 474 milhões são financiados por empréstimos, 156,9 milhões pelo Fundo das Infraestruturas e 2,9 milhões por subsídios.

A Tabela 19 também mostra que o maior componente do custo de investimento são as obras civis, que representam 555,3 milhões de dólares do total. As obras civis são financiadas principalmente por empréstimos (72,7 por cento) e pelo Fundo das Infraestruturas (26,7 por cento), com uma pequena contribuição de subsídios (0,6 por cento). O segundo maior componente é a supervisão, que custa 56,3 milhões de dólares do total. A supervisão é totalmente financiada por empréstimos. O terceiro componente é outro, que inclui despesas como reassentamento e capitalização. Este componente custa 22,3 milhões de dólares do total e é financiado por empréstimos (61,9 por cento) e pelo Fundo das Infraestruturas (38,1 por cento). O governo garantiu uma subvenção adicional de 10 milhões de dólares para apoiar projetos de infraestruturas rodoviárias e hídricas.

Tabela 19. Custos Totais de Investimento, milhões de dólares

Categoria de Orçamento	Total	Empréstimo	Fundo das Infraestruturas	Grant
Obras Civis	555,3	403,9	148,4	8,9
Supervisão	56,3	56,3	N/A	N/A
Outros	22,3	13,8	8,5	N/A
Total	**633,9**	**474**	**156,9**	**2,9**

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2026

Além disso, a divisão do setor revela que o setor rodoviário representa a maior parte do financiamento e dos contratos, seguido pelos setores aeroportuário e da água. A tabela indica também que a maioria dos projetos rodoviários já foi concluída ou está quase concluída, enquanto o aeroporto e os projetos de água ainda estão em construção. Dois projetos rodoviários atualmente em construção são as rotas de Baucau a Viqueque Highway Project e o TL Branch Road Project.

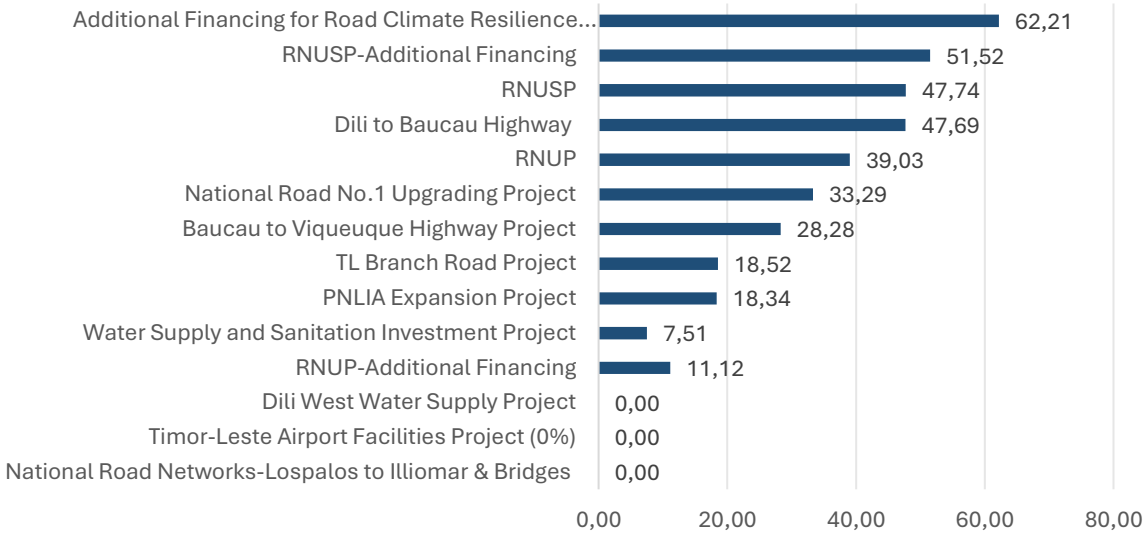
Tabela 20. Divisão Setorial

Setor	Orçamento Total (milhões de dólares)	Número de Contratos de Obras Civis	Número de Contratos de Supervisão	Número de Projetos Concluídos
Estrada	496,4	16	7	14
Aeroporto	93,0	1	1	Em construção
Água	37,5	2	1	Em Construção
Total	**626,9**	**19**	**9**	

Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2026

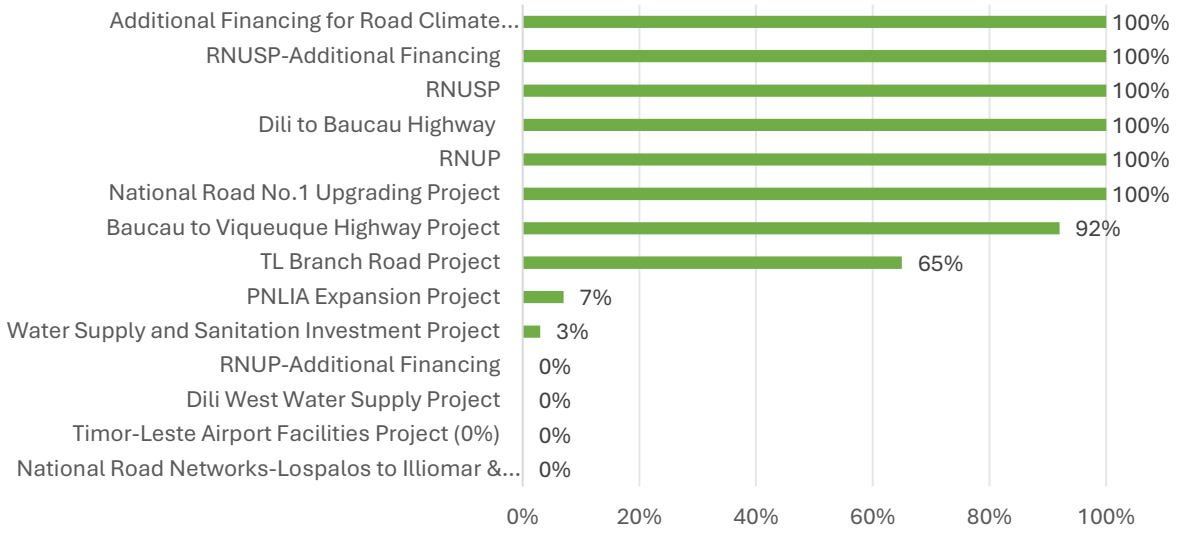
Como mostrado no gráfico seguinte, os projetos com a maior taxa de desembolso são a expansão da rede rodoviária. Estes projetos contribuíram para melhorar a conectividade e as condições de vida do país, tanto para a população urbana como para a rural. Por outro lado, os projetos com a taxa de desembolso mais baixa são o abastecimento de água, saneamento e os projetos aeroportuários. É importante salientar que, embora tenham sido executados acordos de financiamento entre instituições governamentais e internacionais, estes projetos estão a sofrer atrasos na implementação devido a reestruturações técnicas e financeiras.

Figura 21. Desembolso do Projeto, milhões de dólares



Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2026

Figura 22. Progresso por Projetos



Fonte: Ministério das Finanças, junho de 2026

4.1.3. Aceleração dos Pagamentos da Dívida

O Governo de Timor-Leste está a considerar a opção de pagamentos antecipados da dívida como uma componente chave da sua política fiscal para o ano de 2027. Esta medida estratégica visa reforçar ainda mais a estabilidade económica do país e a confiança dos investidores. Os pagamentos antecipados da dívida oferecem vários benefícios à economia de Timor-Leste. Em primeiro lugar, assegura a estabilidade económica ao reduzir a dependência do financiamento externo e minimizar o risco de incumprimento. Em segundo lugar, os pagamentos antecipados da dívida permitem a Timor-Leste tirar partido das taxas de juro elevadas prolongadas do mercado, poupando despesas significativas com juros a longo prazo. Isto traduz-se num perfil de dívida mais favorável, contribuindo em última análise para o desenvolvimento económico sustentável.

Em linha com estas considerações, o Governo notificou formalmente e envolveu-se com as principais agências de crédito relativamente à sua intenção de prosseguir com pagamentos antecipados da dívida.

Até 2027, doze contratos de empréstimo poderão ser elegíveis para reembolso antecipado, incluindo montantes desembolsados ao abrigo de acordos que, entretanto, foram cancelados.

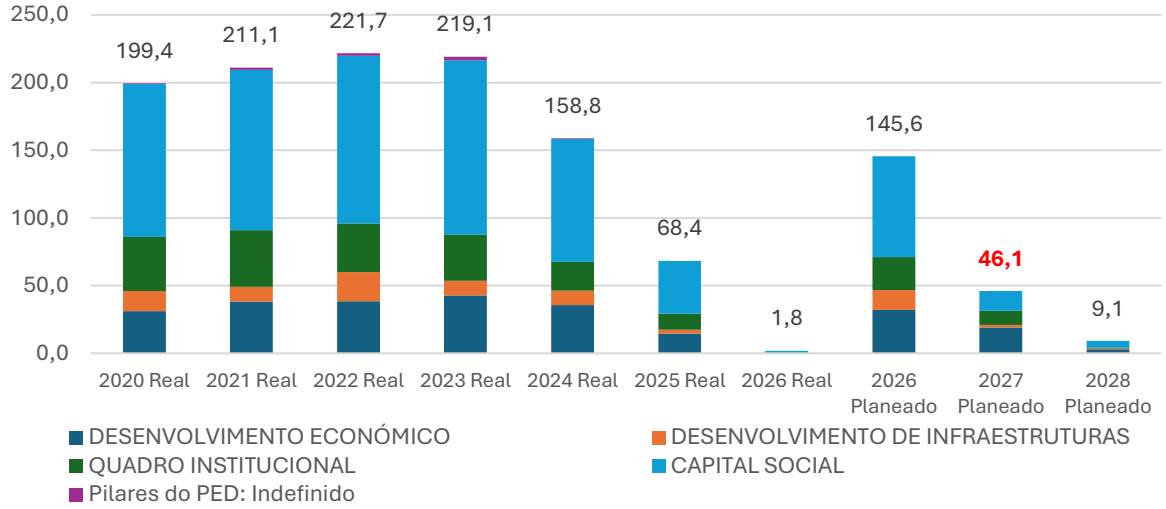
O Orçamento Geral do Estado para 2027 apresenta uma abordagem visionária para o financiamento das principais infraestruturas de desenvolvimento de infraestruturas petrolíferas. O teto de empréstimos do Governo, de 850 milhões de dólares, visa facilitar

negociações com potenciais credores, abrindo portas ao financiamento destas iniciativas cruciais. Com uma relação dívida/PIB relativamente baixa de 15,2 por cento, este plano de empréstimo responsável garante que os níveis de dívida se mantenham sustentáveis a médio prazo. Ao investir neste setor estratégico, o Governo pretende gerar novas ou adicionais fontes de rendimento para o Estado a médio e longo prazo, garantindo ainda mais a estabilidade financeira e o desenvolvimento de Timor-Leste.

4.1.4. Previsões Não Relacionadas com Empréstimos

A Figura 23 mostra a evolução dos desembolsos de assistência ao desenvolvimento não relacionada com Empréstimos a partir de 2020. Os desembolsos planeados para 2027 são atualmente reportados em 46,1 milhões de dólares. Estes números parecem ser baixos, no entanto, os valores de despesa planeada são frequentemente subestimados. Além disso, espera-se que os gastos planeados reportados aumentem à medida que os orçamentos anuais dos parceiros de desenvolvimento se tornam mais claros.

Figura 23. Desembolsos efetivos 2020-2025 e desembolsos planeados 2026-2028, milhões de dólares



Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, relatório gerado a 29 de junho de 2026. Os dados não incluem os valores do Apoio Orçamental Direto. Os números estão a ser atualizados e, por isso, devem ser considerados preliminares.

A Tabela 21 mostra os dados que foram incluídos no Portal de Transparência da Ajuda até 29 de junho de 2026. Esta informação é incompleta e deve *ser considerada apenas preliminar*. Números atualizados a serem incluídos numa fase posterior do processo orçamental.

Tabela 21. Desembolsos Preliminares de Parceiros de Desenvolvimento Planeados por Fonte do Fundo para 2027, milhões de dólares

Fonte do Fundo	2027 Planeado
Austrália	27,8
Comissão Europeia	9,5
Instalação Ambiental Global	5,0
Grupo do Banco Asiático de Desenvolvimento	1,4
Nações Unidas	0,9
Grupo do Banco Mundial	0,8
Japão	0,7
TOTAIS	**46,1**

*Os números não incluem o Apoio Orçamental Direto a ser fornecido pela União Europeia (ver abaixo).
Fonte: Direção Geral para a Mobilização de Recursos Externos (DGMRE), Ministério das Finanças, 29 de junho de 2026.

Tabela 22. Desembolsos Preliminares Planeados por Sub-pilar e Pilar do SDP para 2027, milhões de dólares

SDP	Subpilar do SDP	2027 Planeado
Social Capital	Saúde	3,0
	Educação e Formação	0,1
	Ambiente	0,9
	Inclusão Social	6,8
	Sub-pilar indefinido	4,0
Subtotal		**14,8**
Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento Rural	10,5
	Agricultura	5,7
	Investimento do Setor Privado	2,1
	Sub-pilar indefinido	1,0
Subtotal		**19,2**
Desenvolvimento de Infraestruturas	Água e Saneamento	1,7
Subtotal		**1,7**
Quadro Institucional	Gestão do Setor Público e Boa Governação	2,6
	Segurança	3,8
	Justiça	0,6
	Agência Nacional de Investimento e Agência de Política Económica e Investimento	0,2
	Sub-pilar indefinido	4,0
Subtotal		**14,8**
TOTAL		46,1

Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, Ministério das Finanças, 29 de junho de 2026

4.1.5. Apoio Orçamental Direto

Timor-Leste já recebeu anteriormente apoio orçamental direto da União Europeia, do Governo da Austrália e da Organização Internacional do Trabalho (apoio pontual em 2020). O AOD é considerado receita para o Orçamento do Estado de 2027 porque utiliza sistemas governamentais (o financiamento é colocado no Tesouro) e dentro do orçamento, onde o financiamento é utilizado diretamente pelos ministérios beneficiários.

Em 2027, a União Europeia irá utilizar este método de prestação de apoio para apoiar a GFP e a digitalização. Os números abaixo não estão incluídos no relatório acima, pois serão refletidos noutras áreas da informação do Orçamento.

Tabela 23. Apoio ao Orçamento dos Doadores 2027

Fonte	Programa governamental	2027	2028
União Europeia	Parceria para a Gestão Financeira Pública e Transição Digital em Timor-Leste	0,5 milhões de EUR (fixo)	0,5 milhões de EUR (fixo)
		2 milhões de EUR (variável)	2 milhões de EUR (variável)

Fonte: Direção Geral para a Mobilização de Recursos Externos, DGMRE, 29 de junho de 2026

Tabela 24. Resumo do Apoio Preliminar de Parceiros de Desenvolvimento Planeado ao Ministério Beneficiário 26-28, milhões de dólares

Ministério dos Beneficiários	Plano 2026	Plano 2027	Plano 2028
Ministério das Obras Públicas	9,4	5,6	0,5
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas	14,2	5,4	2,1
Ministério da Administração do Estado	6,1	4,5	0,0
Ministério do Interior	6,5	4,3	0,0
Instituição RDTL Não Especificada	7,4	3,1	0,5
Ministério da Solidariedade Social e Inclusão	2,4	2,4	0,5
Ministério da Saúde	29,4	2,4	1,9
Presidência do Conselho de Ministros	7,5	1,9	0,0
Ministério do Turismo e Ambiente	4,9	1,4	0,5
Ministério das Finanças	2,4	1,2	0,0
Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária	0,2	1,2	2,4
Secretário de Estado para a Igualdade e Inclusão	2,6	0,7	0,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	1,6	0,4	0,0

Ministério dos Beneficiários	Plano 2026	Plano 2027	Plano 2028
Ministro-Coordenador dos Assuntos Económicos	1,6	0,4	0,7
Ministério do Comércio e Indústria	0,9	0,4	0,0
Banco Central Timor-Leste	0,2	0,2	0,0
Ministério Coordenador para os Assuntos Sociais	0,8	0,0	0,0
Tribunal de Recurso	0,2	0,0	0,0
Ministério da Educação	13,0	0,0	0,0
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	2,6	0,0	0,0
Ministério da Justiça	0,1	0,0	0,0
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	0,9	0,0	0,0
Ministério dos Transportes e Comunicações	12,4	0,0	0,0
Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	4,5	0,0	0,0
Parlamento Nacional	0,0	0,0	0,0
Setor não governamental	14,0	10,6	0,0
Totais	145,6	46,1	9,1

Fonte: DGMRE de Mobilização, Ministério das Finanças, 29 de junho de 2026

4.1.6. Parcerias Público-Privadas

Em termos gerais, PPP refere-se a acordos de longo prazo em que o setor privado constrói ativos de infraestrutura e presta serviços que tradicionalmente foram prestados pelo Estado. A propriedade do ativo de infraestruturas permanece nas mãos do Governo e o setor privado precisa de o transferir de volta em boas condições no final do contrato.

O DL 8/2014 estipula a criação da PPPU, uma agência de facilitação de PPP sob o Ministério das Finanças, para assumir as tarefas de gestão e implementação do Ciclo de Projetos PPP em coordenação com ministérios de linha e CAFI. Um papel importante da PPPU é promover e criar ambientes para atrair investimento estrangeiro através da modalidade de PPC, ao mesmo tempo que procura formas de incentivar o envolvimento do setor privado local em projetos de PPC, adotando políticas que permitam o desenvolvimento de PPP de pequena e média escala.

Atualmente, um projeto de PPP encontra-se na fase de Implementação e Operação (PPP do Porto da Baía de Tibar), outro na Fase de Viabilidade (Habitação Acessível) e três na fase de Iniciação, identificado com a MTE MCI e a Autoridade Municipal de Baucau, bem como com o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas. O estado mais recente destes projetos é reportado abaixo.

A modalidade PPP escolhida para o Porto da Baía de Tibar foi uma concessão de 30 anos, incluindo DBFOT da infraestrutura portuária. O projeto foi atribuído a um consórcio composto pela *Bolloré Africa Logistics* e SDV Timor-Leste, através de um concurso internacional competitivo que formou a TPSA como Concessionária. O acordo de concessão foi assinado a 3 de junho de 2016 entre o Governo de Timor-Leste e o Concessionário (TPSA) e a concessão de 30 anos inclui um período de construção de três anos que começou a 30 de agosto de 2018.

A construção foi concluída a 29 de abril de 2023 com a emissão do Certificado de Conclusão do Engenheiro Independente para o Projeto do Porto da Baía de Tibar. O único trabalho que resta é a *Bluezone Construction*, pendente da atribuição de terrenos ao Ministério das Finanças e ao Porto de Timor para a construção da infraestrutura acima referida. Após a construção, a *Bluezone* estará equipada com instalações polivalentes para atividades desportivas e sociais, como futebol americano, basquetebol, futsal, centro de media e biblioteca, com acesso total à internet e outros eventos comunitários.

A data de início dos serviços foi a 30 de setembro de 2022 (início antecipado). Desde então, até 30 de abril de 2026 (37 meses), 668 embarcações fizeram escala no Porto da Baía de Tibar. Durante este período, o Porto da Baía de Tibar movimentou 265.677 TEUs. Entretanto, a receita total dos *Grantors* no período de outubro de 2022 a maio de 2026 foi de $5.513.496,16.

Como o papel e as responsabilidades atuais da PMU foram definidos para se concentrar na construção e supervisionar a implementação do projeto PPP do Porto da Baía de Tibar. As obras de construção foram concluídas e iniciaram operações em setembro de 2022. Portanto, o Concedente está em processo de criação de uma nova entidade, TP-OMSU, composta por funcionários públicos para supervisionar a operação e o cumprimento do Acordo de Concessão por todas as partes envolvidas. Prevê-se que a nova agência esteja totalmente operacional até ao final de 2026.

De acordo com o Acordo de Concessão, o Concedente está a realizar a sua primeira auditoria internacional ao Porto da Baía de Tibar, abrangendo auditorias financeiras, de gestão, operação e conformidade. O prazo para este serviço de auditoria é de 120 dias úteis, contados a partir de 15 de junho de 2026, e deverá ser concluído até 13 de dezembro de 2026. O Acordo de Concessão também sublinhou a importância de manter a profundidade da água do canal de acesso e das áreas portuárias em -15,0 m CD e deverá ser aprofundada para -16,0 m CD quando os serviços de navios de contentores fizerem pelo menos 26 escalas por ano na instalação portuária que necessite desta profundidade.

Neste contexto, foi contratado um topógrafo hidrográfico independente para realizar um levantamento hidrográfico da profundidade de água disponível do canal de acesso e do

porto, para avaliar os requisitos de manutenção de dragagem da profundidade mínima de projeto mencionada acima. Foi também incluído um orçamento adicional para uma confirmação de peritos independentes de que uma dragagem adequada foi concluída, antecipando a necessidade de a dragagem de manutenção no próximo ano.

O PPP de habitação acessível está a passar por um estudo de viabilidade e uma fase de estruturação de transações. O projeto beneficiou dos serviços de consultoria do IFC do Banco Mundial. Após revisão realizada pelo PET, o IFC submeteu um Relatório de Estruturação de Transações (TSR) atualizado em janeiro de 2026. Após a revisão final pelo PET, está pronto para ser apresentado ao CAFI para garantir a aprovação do CAFI para a próxima fase do ciclo do projeto PPP.

O projeto PPP de Habitação Acessível é um projeto residencial concebido para fornecer unidades habitacionais a compradores elegíveis a um preço acessível. Este objetivo deve ser alcançado através da construção de aproximadamente 500 unidades habitacionais – cerca de 90 por cento a preços acessíveis e o restante a preço de mercado. As unidades acessíveis serão uma mistura de estúdio, um quarto, dois quartos e três quartos, enquanto o tipo de unidades de mercado será decidido pelo licitante vencedor.

A habitação acessível sob o modelo PPA provou ser bem-sucedida em vários países. Para este projeto em particular, o Governo selecionou um terreno público de 20 ha em Suco Hera, cerca de 14 km a leste de Díli. Para além do projeto, financiamento e construção, o promotor será responsável pela venda das unidades habitacionais, enquanto a entidade responsável por certas obrigações de O&M, como a O&M da infraestrutura de utilidades e a manutenção das áreas comuns, será esclarecida numa fase posterior. Os beneficiários-alvo do projeto são agregados familiares com emprego formal e rendimentos entre 300 e 600 dólares por mês. O intervalo de acessibilidade indicado é preliminar e estará sujeito a uma avaliação adicional após a determinação pelo Governo da abordagem política para o componente de terrenos do projeto, o que influenciará a estrutura final de preços da habitação e o perfil dos beneficiários.

O projeto foi autorizado pelo CAFI a avançar para os próximos passos durante uma reunião a 23 de outubro de 2023. O Grupo de Trabalho Interministerial foi reconstituído e realizou a sua primeira reunião a 21 de outubro de 2024. Foram discutidas várias questões críticas relativas ao registo das terras de 20 ha e à subsequente subdivisão do terreno em parcelas de 200 m^2. Uma série de discussões foi conduzida com o Ministério da Justiça no primeiro trimestre de 2025, resultando na emissão de um despacho do Ministério da Justiça reconhecendo o local do projeto como terreno estatal. Em março de 2026, o Ministério da Justiça emitiu finalmente o certificado de direito de propriedade (Certidão do Direito de Propriedade) para as 20 ha de terreno do Governo.

Com base na decisão do Governo, a modalidade híbrida PPP que foi optada para o desenvolvimento do projeto do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato foi revisitada, e várias questões administrativas precisam de ser abordadas com a IFC. Por isso, foi preparado um orçamento provisório para o ano fiscal de 2026, antecipando os custos administrativos do cancelamento da PPP, conforme refletido na tabela abaixo.

Novas iniciativas de PPC estão a ser preparadas no âmbito da implementação da assistência técnica (TA) do Banco Mundial. A bolsa é uma colaboração entre a DGGMRE-DNPPP e o Banco Mundial com três objetivos principais: (i) reforço de capacidades, (ii) preparação de novas iniciativas e (iii) melhoria do ambiente legal e regulatório para a facilitação de projetos PPP. Entre 2025 e 2026, no âmbito deste programa de subsídios, foram realizadas várias formações básicas de PPP com ministérios de linha, culminando num workshop sobre desenvolvimento de projetos PPP. Foi identificada uma "longa lista" de dezasseis projetos potenciais com vários ministérios e agências de linha, incluindo o Ministério do Turismo e Ambiente, o Ministério do Comércio e Indústria, o Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária, a Autoridade Municipal de Dili e a APORTIL.

Destes dezasseis projetos, dois foram selecionados tanto pela equipa do Banco Mundial como pela DGGMRE para serem submetidos a estudos de pré-viabilidade, a serem implementados por uma equipa de consultoria adquirida através da Fase Um da subvenção. Os dois potenciais projetos PPP são: (i) Expansão da Zona Turística de Ramelau ao abrigo da MTE; e (ii) Operação e Manutenção do Mercado Municipal de Baucau sob a MCI e o Município de Baucau. Os resultados dos estudos de pré-viabilidade foram apresentados durante a terceira e última missão do TA do Banco Mundial em meados de 2026 e serão apresentados ao CAFI para aprovação para prosseguir com os estudos de viabilidade. Adicionalmente, foi planeado um estudo de pré-viabilidade para o setor das pescas; no entanto, esta nova iniciativa será adiada para a próxima fase da Assistência Técnica.

Uma parte importante da Assistência Técnica do Banco Mundial é o programa prático de capacitação na modalidade PPC. Este programa é implementado para membros da equipa DNPPP, MPIE e alguns funcionários governamentais selecionados de ministérios de linha. O programa começa com uma apresentação sobre o que são as modalidades de PPP e como estão a ser utilizadas para o desenvolvimento de infraestruturas e serviços em diferentes países. Os participantes desenvolvem então conceitos de projetos PPP nos respetivos setores. Os projetos potenciais e os conceitos subsequentes constituem a longa lista de projetos potenciais de PPP, que depois passam por um processo de triagem para formar uma lista curta de projetos. Os projetos da lista restrita são então apresentados ao CAFI para aprovação e passem pela fase de viabilidade com o envolvimento do MPIE e dos ministérios relevantes da linha.

A tabela seguinte contém as despesas reais do governo para 2023 a 2025, despesas estimadas para 2026, alocação orçamental geral proposta para 2027 e alocação orçamental estimada para 2028 em diante para projetos PPC.

Tabela 25: Despesa Real (2023 – 2025), Despesa Estimada (2026), Alocação (2027) e Alocação Estimada (2028-2030), milhões de dólares

	2023 Atual	Atual de 2024	2025 Atual	2026 Est. Exp.	2027 Allo.	2028 Est.	2029 Est.	2030 Est.
Orçamento de Fontes Combinadas (DTG + SE)	**0**	**0**	**0**	**0,78**	**1,28**	**0,35**	**0,15**	**0,15**
Dotação Todo Governo (*DTG*)								
PMU Habitação Acessível					0,13	0,13	0,13	0,13
TBP - Auditoria - TP-OMSU			0	0,3	0,49	0,02	0,02	0,02
TOTAL DE LEGENDAS	**0**	**0**	**0**	**0,3**	**0,62**	**0,15**	**0,15**	**0,15**
Fundo das Infraestruturas (FI)								
TBP PPP								
Estágio O&M do Porto da Baía de Tibar - Inquérito Hidrográfico Independente			0	0,09	0,11			
Estágio de O&M PPP do Porto da Baía de Tibar - Especialista Independente para Confirmação de Dragagem					0,11			
TOTAL DE LEGENDAS	**0**	**0**	**0**	**0,09**	**0,22**	**0**	**0**	**0**
Novas Iniciativas								
PPP de Expansão do Turismo do Monte Ramelau (trabalho preparatório de PPP, design e estudos de FS, TSR, preparação de documentos de concurso e autorização do local)				0	0,06	0,05		
Baucau Market O & M (PPP trabalho preparatório, design e estudos FS, TSR, preparação de documentos de concurso e autorização do local)				0	0,06	0,05		

PPP de Porto de Pesca (trabalho preparatório de PPP, design e estudos, TSR, preparação de documentos de concurso e autorização do local)				0	0,06	0,1		
TOTAL DE LEGENDAS				**0**	**0,17**	**0,2**	**0**	**0**
Habitação Acessível (FASA - FS & TSR - IFC)								
FASA - FS & TSR - IFC				0,11	0,28			
TOTAL DE LEGENDAS				**0,11**	**0,28**	**0**	**0**	**0**
Presidente Nicolau Lobato Aeroporto Internacional Híbrido PPP (FASA - FS & TSR - IFC)								
FASA - FS & TSR - IFC				0,28	0			
TOTAL DE LEGENDAS	**0**	**0**	**0**	**0,28**	**0**	**0**	**0**	**0**

*Fonte: Ministério das Finanças, * PMU = Unidade de Gestão de Projetos, TP-OMSU = Unidade de Operação e Serviço de Gestão do Porto de Tibar, FS = Estudo de Viabilidade, TSR = Relatório de Estruturação de Transações, IFC = Corporação Financeira Internacional, FASA = Acordo de Serviço de Consultoria Financeira e PT = Pós-Transação.*

4.2. Declaração de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

Os riscos fiscais são fatores que podem fazer com que os resultados fiscais se desviem das expectativas ou previsões. Os riscos fiscais podem surgir de choques macroeconómicos ou da realização de passivos contingentes – ou seja, obrigações desencadeadas por um evento inesperado ou cuja realização durante o ano fiscal é incerta.

As responsabilidades contingentes são um tipo de risco fiscal que envolve obrigações que os governos devem pagar, mas que não surgem a menos que ocorra um determinado evento no futuro que o desencadeie.

No caso de Timor-Leste, isto pode levar a levantamentos excessivos adicionais, esgotando o Fundo Petrolífero e prejudicando a sustentabilidade fiscal e a estabilidade macroeconómica. Países com instituições mais fortes podem controlar e gerir melhor os riscos subjacentes para que fiquem menos expostos ao desencadeamento de passivos contingentes.

O Governo está empenhado em melhorar a divulgação, análise e gestão dos Riscos Fiscais e Passivos Contingentes.

Para além deste requisito legal, Timor-Leste comprometeu-se também com o "Desenvolvimento de uma Declaração de Riscos Fiscais e Estratégia de Gestão de Riscos" no âmbito da Estratégia de Reforma da Gestão de Riscos Fiscais 2022-2027.

De acordo com o FMI, as melhores práticas internacionais em torno da gestão de riscos fiscais e passivos contingentes envolvem uma compreensão mais completa dos riscos potenciais, dos passos para quantificar riscos e dos passos para mitigar ou prever riscos.

Assim, para melhor gerir os riscos fiscais e as responsabilidades contingentes, o Ministério das Finanças procura tomar as seguintes medidas:

1. *Divulgação: descrever riscos explícitos e potenciais e o compromisso em geri-los.*
2. *Recolher: dados de gestores de gestão e empresas estatais sobre o seu stock de riscos.*
3. *Análise: de concentração e correlação de riscos.*
4. *Gerir, mitigar e monitorizar: tomar medidas para gerir o stock existente de riscos e evitar o aumento; previsão para contingências; monitorizar cristalizações ou alterações de risco.*

As declarações de riscos fiscais publicadas no relatório orçamental descrevem uma parte fundamental da estratégia global de gestão de riscos. Neste sentido, a seguinte demonstração de risco fiscal apresenta um esboço dos riscos macroeconómicos e específicos. Bem como uma avaliação dos impactos potenciais e das medidas de mitigação.

4.2.1. Riscos Macroeconómicos

Os riscos macroeconómicos são uma categoria de riscos fiscais que surgem devido a variações nas suposições e previsões macroeconómicas utilizadas nas previsões do Governo. É provável que surjam riscos fiscais se o PIB for inferior ao previsto ou se a inflação for significativamente superior às previsões apresentadas na secção anterior.

Como explicado anteriormente, a inflação em Timor-Leste é largamente impulsionada por fatores globais devido à elevada proporção de importações no consumo interno[12]. Os principais riscos para as previsões de inflação neste documento são, portanto, uma depreciação inesperada do dólar americano, pois isso aumentaria o custo das importações e, consequentemente, os preços, aumentos dos preços do petróleo e aumentos dos preços das importações alimentares como o arroz e outros produtos

[12] A análise dos dados de comércio e consumo sugere que mais de 50 por cento do consumo interno está diretamente nas importações.

básicos. Uma inflação mais elevada devido a estes fatores pode levar a uma despesa pública superior à prevista atualmente. O aumento do preço das importações levará a um aumento do consumo governamental. O aumento dos preços do petróleo levará a um aumento do subsídio concedido à empresa estatal de eletricidade, EDTL.

Uma estratégia potencial de mitigação para os riscos relacionados com a inflação seria impulsionar o investimento na agricultura nacional e nas energias renováveis. Nos últimos anos, o EDTL tem sido um dos maiores beneficiários de despesas de transferência, pois o Governo tem protegido os cidadãos do aumento dos custos de importação de combustível ao subsidiar a compra de eletricidade. Para reduzir a exposição às flutuações nos custos de transporte marítimo e nos preços globais do petróleo e diminuir os riscos fiscais decorrentes do subsídio à eletricidade, o Governo deve procurar investir em alternativas de energia renovável.

O aumento da produção agrícola interna, especialmente a produção de arroz, também reduziria a dependência das importações para satisfazer a procura interna e, assim, protegeria o país das flutuações nos mercados agrícolas globais.

O conflito geopolítico pode também representar um risco macroeconómico distinto. A escalada no Médio Oriente em 2026 ilustra este mecanismo, já que as perturbações no transporte marítimo através do Estreito de Ormuz levaram a um aumento acentuado dos preços globais do petróleo. Juntamente com a necessidade de comprar reservas de combustível de emergência a custos elevados para sustentar a produção de eletricidade, o Governo enfrentou pressões inflacionistas diretas devido ao aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos importados. Isto exigiu medidas de ajuda não orçamentadas para a segurança alimentar e energética no âmbito do Orçamento de Retificação, desviando-se do caminho macroeconómico inicialmente previsto.

Embora os preços globais dos combustíveis tenham diminuído desde junho e se espere que regressem aos níveis pré-conflito, o risco de novos choques energéticos provocados pelo conflito mantém-se. Tais desenvolvimentos poderão novamente exigir despesas não orçamentadas com pouca antecedência. Isto reforça a importância dos investimentos planeados na agricultura e nas energias renováveis como medidas-chave de mitigação contra a volatilidade externa.

Tudo sendo igual, uma queda no PIB é provável que esteja associada a uma queda nas receitas internas. O PIB é, em última análise, uma medida da atividade económica e – na ausência de alterações na política fiscal, administração ou dimensão da base tributária – uma queda na atividade económica significará rendimentos mais baixos e, portanto, impostos mais baixos cobrados. Se o PIB nominal for 10 por cento inferior à

prevista atualmente para 2026, as receitas internas poderão cair cerca de 20 milhões de dólares.

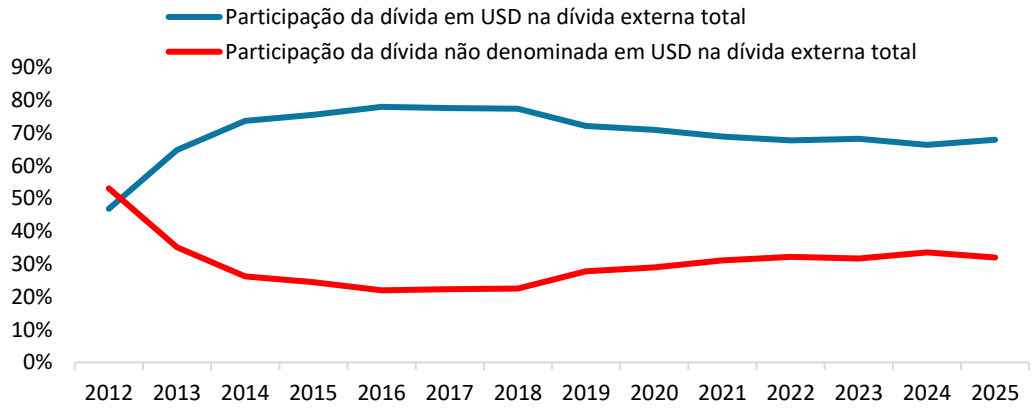
Como explicado anteriormente, os dois principais riscos para as previsões do PIB são as importações e a execução governamental. Dada a elevada dependência dos gastos públicos para impulsionar o crescimento económico, se a execução ficar abaixo das expectativas, o crescimento do PIB também será afetado. De forma semelhante, uma grande parte do Orçamento de 2025 foi destinada a transferências para agregados familiares. Se uma maior parte destas transferências for gasta em importações do que o sugerido pelas tendências históricas, o crescimento do PIB será inferior ao previsto.

No entanto, os riscos globais decorrentes disto serão parcialmente mitigados pelo facto de importações mais elevadas também resultarem num aumento dos direitos de importação cobrados. São também mitigados pelo facto de a redução dos gastos também apoiar a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Se a execução do governo ficar abaixo do nível atual, isso também reduzirá o défice fiscal existente e poderá prolongar a vida útil do Fundo de Petróleo.

Os riscos macroeconómicos também são relevantes para a carteira atual de empréstimos, especialmente quando as alterações nas taxas de câmbio podem afetar os custos futuros do serviço da dívida. A Figura 24 apresenta a composição monetária da carteira de dívida externa do Governo, separando a dívida denominada em dólares americanos da dívida noutras moedas. Esta combinação é um risco fiscal chave porque os passivos mantidos fora do dólar americano podem tornar-se mais dispendiosos quando as taxas de câmbio mudam desfavoravelmente. Em linha com a política de empréstimos do Governo e a economia dolarizada de Timor-Leste, a dívida em dólares americanos continua a ser a maior fatia do portefólio.

Embora esta quota tenha diminuído gradualmente após 2018, os dados atualizados mostram uma reversão em relação a 2024, com a dívida em dólares americanos a aumentar para quase 70%. Esta tendência reduz a exposição ao câmbio e melhora a previsibilidade no planeamento do serviço da dívida. Do ponto de vista da gestão do risco fiscal, manter uma elevada quota da dívida em dólares americanos deve continuar a ser uma prioridade, enquanto a composição monetária dos novos empréstimos deve continuar a ser monitorizada de perto.

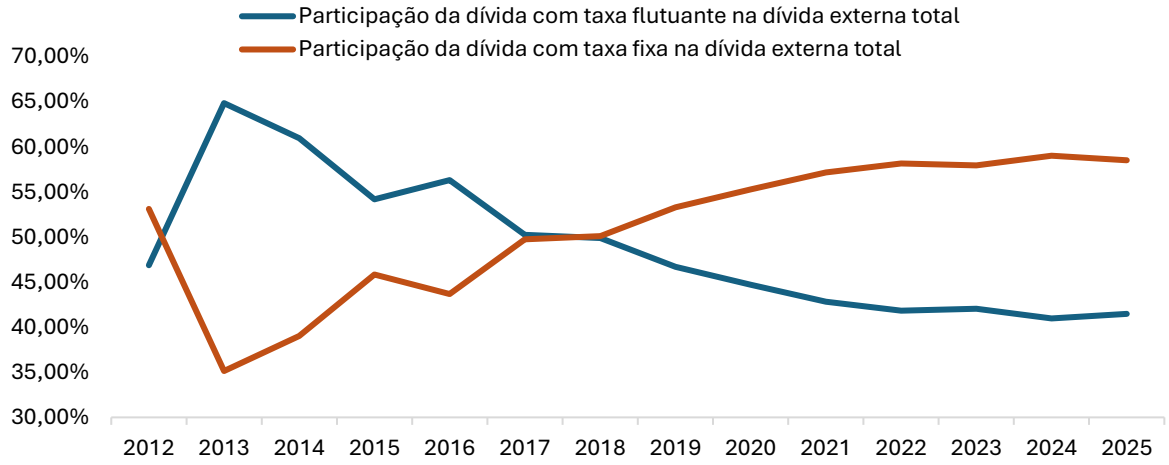
Figura 24. Dívida em dólares americanos versus dívida não em dólares americanos, percentagem



Fonte: DNPME, Ministério das Finanças, junho de 2026

O gráfico seguinte ilustra a estrutura de taxas de juro da carteira de dívida e mostra a exposição do Governo ao risco de taxa de juro. Desde 2013, a quota da dívida a taxa fixa aumentou e tornou-se a maioria da carteira em 2017 e 2018. Esta mudança reduz o risco fiscal porque os empréstimos de taxa fixa proporcionam maior certeza sobre as obrigações futuras de serviço da dívida e protegem o orçamento de aumentos súbitos das taxas de juro globais. No entanto, à medida que Timor-Leste perde gradualmente o acesso a financiamento altamente concessional como país misto, os custos de empréstimo podem aumentar ao longo do tempo. O gráfico reforça, portanto, a importância de manter um equilíbrio prudente entre custo e risco, priorizando o financiamento concessional e a taxa fixa sempre que possível, ao mesmo tempo que gere cuidadosamente a exposição à dívida a taxa flutuante.

Figura 25: Dívida Fixa vs Flutuante, percentagem



Fonte: DNPME, Ministério das Finanças, junho de 2026.

A médio prazo, o Fundo Petrolífero é o principal amortecedor contra os riscos macroeconómicos. O nível atual do fundo oferece uma margem significativa nos próximos anos. Por exemplo, as receitas internas teriam de ser mais de 50 por cento inferiores às previsões apresentadas neste documento para que o Fundo Petrolífero se esgote um ano mais cedo do que o atualmente previsto.

4.2.2. Responsabilidades Contingentes Explícitas Reconhecidas por Lei ou Contrato

Os litígios judiciais são uma fonte importante de responsabilidades contingentes e o custo para o Estado depende do resultado do litígio que ainda está pendente.

Abaixo encontram-se os processos judiciais atuais contra a República Democrática de Timor-Leste e o seu custo máximo potencial caso o caso fosse decidido a favor do reclamante.

Caso Timor Corp: Processo judicial no Tribunal Distrital de Dili com uma responsabilidade máxima de cerca de $2.371.815,36.

Caso Bolloré Logístic Timor: Processo judicial no Tribunal de Recurso com responsabilidade máxima de cerca de $254.901,70.

Caso Ensul Engenharia: Processo judicial no Tribunal Distrital de Dili com responsabilidade máxima de cerca de $1.444.617,8

O sistema de garantia de crédito para MPME é uma iniciativa destinada a apoiar empresas em início de carreira, pela qual uma garantia governamental cobre até 70 por cento do valor do empréstimo empresarial às MPME, de modo a incentivar o desenvolvimento do setor privado no país, com uma garantia total de 4 milhões de dólares. O Banco Central de Timor-Leste trabalha com os bancos para partilhar o risco e gerir os riscos. O montante máximo do empréstimo individual é de $150.000. No entanto, esta iniciativa já está 100% orçamentada, pelo que não representa risco adicional caso os empréstimos incumprissem.

A Facilidade Garantia Crédito Suave (FGCS) é um esquema de garantia de empréstimos garantido pelo Governo, concebido para proporcionar acesso a financiamento a juros baixos para empresas e particulares. Os empréstimos são concedidos por instituições financeiras participantes que têm acordos com o Governo (atualmente apenas BNCTL), com obrigações de reembolso garantidas pelo Governo. O esquema recebeu inicialmente um orçamento de 1,38 milhões de dólares e foi posteriormente reforçado com mais 50 milhões de dólares através da Lei n.º 6/2022, primeira alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2022.

No entanto, como parte das medidas de financiamento para o Orçamento Retificativo de 2026, o Governo decidiu realocar 45 milhões de dólares do esquema, restando uma alocação de capital remanescente de 5 milhões. O esquema está totalmente orçamentada, o que significa que as potenciais perdas resultantes de incumprimentos de empréstimos já estão cobertas na alocação aprovada e não criam riscos fiscais adicionais para além da previsão orçamental existente.

4.2.3. Parcerias Público-Privadas (PPPs)

Os contratos de Parcerias Público-Privadas podem envolver garantias ou indemnizações sobre variáveis de risco específicas, onde o Governo pode ser solicitado a compensar o setor privado pela perda de receitas resultante destes riscos.

Até à data, existe apenas uma PPP em funcionamento, o Porto de Tibar, cuja construção foi concluída no ano passado. As responsabilidades contingentes associadas ao Porto de Tibar relacionam-se com flutuações cambiais, ocorrência de Força Maior ou atos de Deus, ou seja, eventos pelos quais nenhuma parte pode ser responsabilizada, circunstâncias políticas imprevistas e acordos relacionados com diferentes eventos de cessação.

4.2.4. Passivos Contingentes Implícitos

Para além das responsabilidades contingentes explícitas referidas acima, o Governo deve também considerar as responsabilidades contingentes implícitas. Estas são responsabilidades contingentes quando não existe uma obrigação legal para o Governo intervir. Apesar disso, a intervenção governamental pode ser necessária para proteger o bem-estar económico dos seus cidadãos. Tais responsabilidades contingentes em Timor-Leste provavelmente ocorrem como resultado de crises ambientais, sociais ou económicas. Qualquer crise que leve à perda de meios de subsistência devido a danos, deslocamento, desemprego ou outras dificuldades económicas semelhantes pode gerar custos inesperados.

Estes custos surgiriam se o Governo interviesse através de esquemas de assistência social e pacotes de estímulo fiscal. Abaixo descrevemos algumas destas responsabilidades contingentes e explicamos como o Governo pode mitigá-las.

Uma responsabilidade contingente implícita é o apoio prestado às empresas estatais. Como os empréstimos são concedidos apenas à AC, as Empresas Públicas em Timor-Leste não apresentam riscos ou passivos de dívida. No entanto, várias empresas estatais recebem grandes transferências do estado anualmente. Os detalhes das transferências estão disponíveis na secção de Desempenho Orçamental deste

documento. O anexo também fornece informações financeiras disponíveis de entidades públicas.

Os desastres naturais são outro risco principal enfrentado por Timor-Leste. O país situa-se perto do chamado "Anel de Fogo do Pacífico", uma área que tem alguns dos sismos e atividade vulcânica mais voláteis do mundo. Com o início das alterações climáticas, o país está também em maior risco de inundações e ciclones.

Na última década, o maior investimento em desastres ambientais ocorreu em 2021, quando o Governo foi obrigado a gastar 6,2 milhões de dólares, principalmente devido ao Ciclone Seroja.

Choques económicos externos são outra fonte de passivos contingentes implícitos. Como demonstrado pela crise COVID-19, as crises de saúde e económicas podem também ser uma fonte importante de riscos fiscais em Timor-Leste. Embora as pandemias sejam eventos pouco frequentes, sendo uma economia pequena e aberta fortemente dependente das importações, Timor-Leste está altamente exposta a eventos económicos noutros países.

Desde a independência, a crise de saúde do COVID-19 foi certamente o maior choque externo que atingiu a economia Timorense. A crise teve o maior impacto nos gastos do governo em 2021, durante o qual o Governo gastou 201 milhões de dólares em medidas para proteger os cidadãos dos impactos de saúde e económicos do COVID-19.

As crises políticas também têm sido uma fonte de riscos fiscais nos últimos anos. Atrasos nas aprovações orçamentais em 2017, 2018 e 2020 contribuíram para um crescimento económico negativo nesses anos. O crescimento económico negativo pode significar uma queda geral nos rendimentos entre empresas e indivíduos. A curto prazo, isto leva a receitas fiscais mais baixas. A longo prazo, atrasa o progresso na diversificação económica necessária para ajudar o país a garantir a sua sustentabilidade fiscal a longo prazo.

Alguns passivos contingentes que representam grandes riscos fiscais noutros países têm menor probabilidade de se materializarem em Timor. Muitos países em desenvolvimento estão expostos a riscos devido a movimentos voláteis das taxas de câmbio. Como Timor-Leste utiliza o dólar americano, que é uma das moedas mais estáveis do mundo, tais riscos são menos prováveis (embora não totalmente imprevisíveis).

No entanto, deve notar-se que Timor-Leste só consegue manter um fornecimento regular de dólares graças ao Fundo Petrolífero. Isto significa que isto poderá materializar-

se como um risco maior na próxima década, conforme explicado na secção de Sustentabilidade Fiscal deste relatório.

Dado o início do sistema bancário, e o facto de vários dos bancos que operam em Timor serem empresas estatais nos respetivos países e estarem sujeitos a credores estrangeiros de última instância, existe também um risco menor de uma crise financeira interna em Timor-Leste em comparação com outros países de baixo ou médio rendimento.

De forma semelhante, a relação dívida/PIB deverá manter-se relativamente baixa, o que significa que há um risco baixo de crise da dívida a médio prazo. Um passivo contingente único em Timor-Leste é o risco para as receitas dos Fundos Petrolíferos devido à volatilidade nos mercados financeiros. Fatores que afetariam o desempenho do Fundo Petrolífero poderiam ser considerados passivos contingentes, pois perdas na carteira de investimentos do Fundo poderiam levar ao esgotamento do Fundo mais cedo do que o previsto. Como descrito anteriormente, isto significaria uma maior exposição a riscos fiscais.

No entanto, o horizonte de investimento do Fundo encurtou-se, dado que os fluxos de petróleo provenientes de Bayu-Undan estão a terminar e espera-se que os gastos e retiradas sigam a tendência atual. Não se espera que os retornos dos investimentos preencham essa lacuna.

Para ajustar ao esperado esgotamento do Fundo, foi criada em 2021 uma carteira de liquidez com investimentos de baixo risco para financiar as retiradas nos próximos três anos. Isto oferece alguma proteção contra ser forçado a vender ações e obrigações após uma perda, mas é menos eficaz quando as retiradas excedem significativamente as projeções. Além disso, um período prolongado de mau desempenho nos investimentos encurtaria ainda mais a vida útil esperada do Fundo. Para além dos mercados financeiros, o Fundo está exposto ao futuro do projeto Greater Sunrise.

Em 2019, o Governo decidiu que o Fundo Petrolífero emprestasse 650 milhões de dólares à Timor Gap E.P. e suas subsidiárias para financiar a aquisição de participações no projeto de desenvolvimento Greater Sunrise. Estes empréstimos são avaliados de forma independente todos os anos para as demonstrações financeiras auditadas do Fundo. Os reembolsos dos empréstimos estão ligados às receitas do Timor Gap E.P. provenientes do projeto petrolífero, o que significa que o Fundo está exposto ao sucesso do projeto de desenvolvimento.

Para garantir que o fundo de contingência tenha uma alocação suficiente para cobrir quaisquer riscos fiscais materializados, a nova Lei do Orçamento e do Quadro de Gestão

de Contingência consagrou um limiar mínimo para o fundo de contingência, que deve equivaler a um mínimo de 2 por cento da despesa total do Orçamento e um máximo de 5 por cento da despesa total.

Para o Orçamento Retificativo de 2026, foi alocado um total de 52,3 milhões de dólares para o fundo de contingência. Assim, isto cumpre o requisito legal, pois representa pouco mais de 2 por cento do orçamento consolidado para a RAEOA e a AC. O Orçamento Geral do Estado para 2027 também garantirá que pelo menos 2 por cento das alocações propostas para o orçamento consolidado sejam para o fundo de contingência.

Para além do financiamento de contingência, o Governo e as Empresas Públicas podem recorrer a saldos de caixa em caso de perdas inesperadas. A 31 de dezembro de 2025, os saldos em caixa são os seguintes, exceto para BNCTL e RTTL, EP, para os quais a informação mais recente disponível sobre saldos de caixa é feita em 2024:

Tabela 26: Saldos de Caixa para Entidades do Setor Públicoem Timor-Leste, milhões de dólares

Entidades	Saldo de Caixa (milhões de dólares)	Ano mais recente disponível
TIMOR GAP, EP	78,7	2025
ANM, IP	1,0	2025
Murak Rai Timor, EP	4,4	2025
ANATL, EP	5,8	2025
BTL, EP	32,3	2025
CA	214	2025
RAEOA	37,7	2025
EDTL, EP	153,6	2025
ANP, IP*	0,0	2025
INSS	36,8	2025
BNCTL	245.8	2024
RTTL, EP	2,21	2024
Total	**812,3**	

**Montante inferior a $100 mil*

Fonte: Relatórios Financeiros Disponíveis a 31 de dezembro de 2025

Os saldos de caixa acima referidos baseiam-se nas informações públicas mais recentes. Os saldos de caixa reais na altura em que o orçamento foi aprovado podem diferir destas estimativas. Estes números aguardam atualizações após a publicação dos

relatórios financeiros das Empresas Estatais. A proposta orçamental de 2027, que será apresentada ao Parlamento no dia 1 de outubro, conterá números atualizados.

Grandes choques económicos podem exigir que o Governo intervenha com níveis muito mais elevados de apoio económico. Se tal resposta exigir níveis de despesa que ultrapassem o fundo de contingência, o Governo pode contar com levantamentos do Fundo Petrolífero. No entanto, isto tem um custo, pois retiradas imprevistas consistentes do Fundo Petrolífero farão com que o fundo se esgote mais cedo. Isto também demonstra a importância de garantir que a política fiscal possa maximizar a longevidade do Fundo Petrolífero.

Além disso, se o Fundo Petrolífero se esgotar antes de as receitas internas serem suficientemente elevadas para suportar o financiamento de contingência, os passivos contingentes poderão representar maiores riscos fiscais.

O Ministério das Finanças continuará a melhorar a informação fornecida na declaração de riscos fiscais à medida que a recolha de dados continua a melhorar.

4.3. Metodologia e Suposições

4.3.1. Metodologia do Modelo de Sustentabilidade Fiscal

O Ministério das Finanças realiza análises de sustentabilidade fiscal para o teto orçamental em cada ciclo orçamental. Através da modelação, pode ser estimado o impacto do teto orçamental selecionado na sustentabilidade a longo prazo de Timor-Leste, especificamente o saldo global do Fundo do Petróleo.

Para produzir a análise, precisamos de projetar despesas, receitas internas e o desempenho do Fundo Petrolífero. Abaixo resumimos os principais dados e pressupostos do modelo que são usados para alcançar este objetivo.

4.3.1.1. Dados Reais

Levantamento do Fundo Petrolífero em 2026 – O valor do levantamento do FP em 2026 é conforme estabelecido na proposta orçamental para o Orçamento de 2026. O valor do levantamento para 2027 também será conforme estabelecido neste documento. A análise de tendências sugere que a execução orçamental atingirá 87 por cento em 2026. Assume-se que qualquer excedente do financiamento disponível que exceda a execução do orçamento será reintegrado no Fundo Petrolífero.

Dados FP – O modelo utiliza dados do FP em maio de 2026. Isto inclui o saldo do FP, informações sobre a divisão de ativos do FP e as informações mais recentes sobre Levantamentos e Rendimento Sustentável Estimado.

Dados de Empréstimos e Apoio Direto ao Orçamento – O modelo incorpora previsões de desembolso para empréstimos e apoio orçamental direto mencionado neste documento.

4.3.1.2. Suposições/Projeções

Despesa Governamental - Assume-se que a despesa pública entre 2028 e 2038 irá variar em linha com os níveis indicados nas secções de projeções fiscais e tetos de despesa acima. Uma proposta para o nível e a desagregação das despesas está fornecida na parte das projeções fiscais da secção 1 deste documento. Para além de 2031, presume-se que os níveis de despesa aumentarão com a inflação a longo prazo e o crescimento populacional (cerca de 4 por cento ao ano).

Receitas Internas – As previsões para receitas internas são explicadas abaixo

Rendimento do Fundo Petrolífero - O modelo também utiliza pressupostos atualizados sobre a taxa estimada de retorno do fundo petrolífero da Unidade FP do Ministério das Finanças. O Fundo de Petróleo está segmentado numa componente de crescimento e liquidez. De acordo com as suposições da Unidade de Fundos Petrolíferos em março de 2026, assume-se que o componente de crescimento tem um rendimento de 4,2 por cento, enquanto o componente de liquidez tem um rendimento de 2,7 por cento. O componente de liquidez do fundo é assumido como suficiente para financiar três anos de levantamentos. Para modelar isto, assumimos que o componente de liquidez anual é três vezes o montante do levantamento.

Apoio Orçamental Direto - As estimativas de Apoio Orçamental Direto para 2027 são fornecidas pela direção geral para mobilização de recursos externos. Embora as estimativas ainda não estejam disponíveis para além de 2028, assumimos que o AOD se manterá constante até 2030 e aumentará com a inflação para além desse período.

Desembolso de Empréstimos - As previsões de desembolso de empréstimos a médio prazo são fornecidas pela direção geral para mobilização de recursos externos. Para além do médio prazo, assume-se que crescem em consonância com a inflação e o crescimento populacional.

4.3.2. Método de Previsão das Receitas Internas

As receitas domésticas de 2026 baseiam-se numa análise de tendências (ou seja, considerando os primeiros cinco meses de dados e assumindo que o crescimento das receitas está alinhado com os anos anteriores). As previsões de receitas para 2027 e além são produzidas da seguinte forma:

Assume-se que os impostos sobre vendas, direitos de importação e impostos especiais de consumo crescem em consonância com o crescimento das importações. Isto deve-se ao facto de estes impostos serem cobrados na fronteira e não haver alterações na política. Assume-se que os impostos sobre o rendimento, salários e serviços mantêm uma proporção constante com o PIB nominal na ausência de alterações à base tributária ou à política fiscal. Portanto, à medida que o PIB e as importações aumentam, também aumentam as cobranças de impostos. Presume-se que as receitas não fiscais cresçam em consonância com o crescimento populacional e da inflação.

Como referido na secção 1 deste documento, as previsões de receitas internas ainda não consideraram os impactos das receitas resultantes da adesão à ASEAN. Esta análise será realizada a tempo da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2027.

As projeções assumem que um Imposto sobre o Valor Acrescentado será introduzido em 2027. Embora a política do IVA ainda esteja em discussão, as estimativas preliminares baseiam-se na suposição de que a taxa de IVA será de 10 por cento, substituindo direitos de importação, impostos sobre serviços e impostos sobre vendas. Assumimos também que o impacto do IVA nos agregados familiares de baixos rendimentos será neutro em relação à inflação. Isto será conseguido através do zero-rating em produtos-chave como alimentos e medicamentos.

4.3.3. Previsão do PIB

As previsões do PIB neste documento foram produzidas utilizando um quadro de modelação macroeconómica desenvolvido com assistência técnica do Instituto de Formação de Singapura (STI) do FMI e do Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (PFTAC).

A contribuição do Governo para o PIB é estimada através da análise da execução dos gastos públicos em 2026 e da aplicação das tendências históricas de execução. Para 2027 a 2031, assumimos que a despesa pública aumenta em linha com as previsões de despesa delineadas na secção de projeções macroeconómicas deste documento. Assumimos também que as taxas de execução governamentais das despesas de capital irão apresentar melhorias constantes como resultado das melhorias de GFP e aquisições mencionadas neste documento.

As previsões para o consumo e a atividade de investimento do setor privado são informadas pela análise das tendências históricas de consumo, investimento e informações de remessas da Balança de Pagamentos e do crédito do setor privado. Presume-se que o setor privado deverá registar um crescimento forte e consistente de 2027 a 2031.

Todas as suposições relacionadas com o crescimento dos preços do petróleo e das matérias-primas, taxas de câmbio globais e previsões de inflação a longo prazo são retiradas das Perspetivas Económicas Mundiais do FMI e dos Preços das matérias-primas do Banco Mundial.

As previsões económicas neste documento visam prever as taxas anuais de crescimento do PIB para os próximos cinco anos. Embora isto seja importante para apoiar as decisões governamentais de planeamento, deve notar-se que estas previsões dependem de pressupostos e, por isso, incluem um elemento de incerteza. Estas dependem também da implementação bem-sucedida das políticas mencionadas na secção 2. Para além disso, há ainda mais incerteza.

As principais fontes de incertezas nas previsões orçamentais acima apresentadas são as seguintes:

- Execução dos Orçamentos
- Alocação e qualidade das despesas governamentais
- Volume de Importações.

As taxas de execução podem variar de ano para ano e estão sujeitas a riscos políticos e económicos. Por exemplo, a despesa executada foi afetada em 2017, 2019 e 2020 pela crise política e pelo COVID-19.

As taxas de execução também dependerão da capacidade de absorção dos diferentes ministérios de linha. Este é o montante que os ministérios conseguem gastar, independentemente do seu orçamento. Por exemplo, ministérios de linha que veem um grande aumento orçamental podem não ter capacidade para executar o aumento dos gastos devido a limitações de recursos. Se as taxas de execução ficarem abaixo do esperado (as previsões assumem que as taxas históricas de execução são mantidas), então as previsões do PIB apresentadas neste documento provavelmente serão sobrestimadas.

De forma semelhante, as previsões apresentadas acima fazem suposições sobre a alocação e qualidade das despesas. As previsões acima assumem que haverá uma grande mudança para a despesa de capital à medida que o Governo procura atingir taxas de crescimento mais elevadas. Assume também que esta despesa será investida em investimentos de alta qualidade que conduzam a melhorias no capital do país.

Se orçamentos mais elevados forem, em vez disso, alocados para despesas de transferências improdutivas ou para projetos ineficientes, as previsões do PIB não serão alcançadas.

Outra grande incerteza surge das importações. Se a despesa pública for particularmente dependente das importações, significando que grande parte da nova despesa vai para bens e serviços provenientes de fora de Timor-Leste, as previsões do PIB para os próximos anos podem ser reduzidas em descida, pois as importações têm um efeito negativo no PIB final. A combinação da qualidade dos gastos públicos e do nível das importações significa que o aumento dos gastos públicos em Timor-Leste não tem sido correlacionado com um maior crescimento do PIB.

No entanto, grandes picos no crescimento da despesa pública não foram correlacionados com grandes picos de crescimento económico. Isto pode dever-se ao facto de os aumentos na despesa pública não corresponderem necessariamente a melhorias na despesa com qualidade. Ao mesmo tempo, orçamentos mais baixos com despesas mais eficientes e de maior qualidade podem potencialmente conduzir a um maior crescimento económico e ajudar a preservar o Fundo Petrolífero.

4.3.4. Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas e as previsões feitas pelos organismos internacionais de referência

Abaixo é apresentada uma comparação entre as previsões do Ministério das Finanças e as de outras instituições. Todas as instituições utilizam pressupostos ou fontes de dados diferentes ao fazer as suas previsões e, por isso, existem frequentemente diferenças nas projeções entre instituições. Frequentemente, o Ministério das Finanças terá informações mais atempadas relacionadas com planos de despesa pública do que outras instituições.

Tabela 27: Previsão da taxa de crescimento do PIB (por cento)

Instituição	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Ministério das Finanças	4,5	4,3	4,6	4,8	4,8	5,0	5,0
FMI (Artigo IV 2025)	3,9	3.3	3,2	3,2	3,2	3,2	
Banco Mundial	4,5	4,1	4,0	4,0			
INETL, IP	4,5						

Fonte: Previsões do FMI: Artigo IV do FMI 2025, Previsões do Banco Mundial: Relatório Económico do Banco Mundial sobre o Timor-Leste, abril de 2026, https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects; INETL, IP, Preliminar 2025.

A tabela abaixo apresenta uma comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas no Orçamento Retificativo de 2026 e a evolução real observada.

O crescimento para 2025 foi estimado em 4,5 por cento, com base numa estimativa de que a despesa pública teria 90 por cento de execução. A execução final em dezembro de 2025 foi inferior ao previsto, com uma taxa final de 86 por cento. Apesar disso, o valor real foi superior ao do ano anterior, pelo que as estimativas preliminares do PIB sugerem que a economia cresceu 4,5 por cento em 2025.

A previsão de crescimento para 2026 foi prevista para 4,5 por cento na proposta do Orçamento Geral do Estado para 2026. O choque global dos preços dos combustíveis causado pelo conflito no Médio Oriente desde fevereiro deste ano levou a uma ligeira revisão em baixa para 4,3 por cento, uma queda de 0,2 pontos percentuais.

A previsão de crescimento para 2027 também foi revista em baixa neste documento. A previsão original para 2027 assumia um forte crescimento da despesa pública. No entanto, como explicado nas projeções macroeconómicas e fiscais acima, embora uma redução dos gastos públicos provavelmente conduza a um menor crescimento, uma despesa mais eficiente pode, na verdade, melhorar os padrões de vida.

Tabela 28: Previsões macroeconómicas no relatório orçamental original de 2026 vs. Declaração de Estratégia Orçamental de 2027 (por cento)

Item	Relatório Orçamental Original de 2026			Declaração de Estratégia Orçamental 2027		
	2025	**2026**	**2027**	**2025**	**2026**	**2027**
% de crescimento do PIB	4,5	4,5	4,7	4,5	4,3	4,6
Inflação Média Anual	0,5	1,2	2,0	0,5	2,2	2,0

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças

Aitarak Laran, Díli, Timor-Leste
www.mof.gov.tl